MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ADRIANA LANGER

EXPANSÃO E SUSTENTABILIDADE DO ENSINO SUPERIOR EM MATO GROSSO DO SUL: O CASO DA UFMS (1992–2012)

DOURADOS-MS
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Faculdade de Educação

ADRIANA LANGER

EXPANSÃO E SUSTENTABILIDADE DO ENSINO SUPERIOR EM MATO GROSSO DO SUL: O CASO DA UFMS (1992–2012)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação, na linha de pesquisa de História da Educação, Memória e Sociedade. Área de Concentração: História, Políticas e Gestão da Educação.

Orientador:Reinaldo dos Santos

DOURADOS-MS
2014

ADRIANA LANGER

EXPANSÃO E SUSTENTABILIDADE DO ENSINO SUPERIOR EM MATO GROSSO DO SUL: O CASO DA UFMS (1992–2012)

APROVADA:
___ de _____de 2014.

_____
Prof. Dr. Reinaldo dos Santos/ FAED - UFGD
Presidente da comissão e orientador

_____
Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado/ FAED - UFGD
Membro

_____
Prof. Dr. Ademilson Batista Paes/ UEMS - Paranaíba
Membro

O passado é um intrometido – está sempre presente;

O presente é um sanduíche de nada; e o futuro?

Ah! O futuro é o que estamos fazendo agora...

Mário Quintana.

AGRADECIMENTO

A Deus, pela sabedoria e fortaleza, que me sustentou no decorrer de todo o tempo destinado aos estudos e pela oportunidade de escrever mais esta página em minha trajetória de vida pessoal, profissional e acadêmica.

Ao meu esposo, Bráulio, pelo apoio incondicional e incentivo, pelo carinho dedicado, por entender minhas ausências e a ansiedade no envolvimento com a pesquisa, por me fortalecer e estimular nos momentos de desânimo, enfim, por acreditar em mim quando decidi me dedicar ao mestrado, mesmo sabendo que seria uma caminhada extensa.

Às minhas filhas Anny Isabely e Mariah Cataryna, presentes de Deus em minha existência, pois, mesmo sem saber me darem forças e motivos em suas ações e carinho para que eu continuasse a caminhada da academia.

À minha mãe Lídia, por me compreender e me apoiar em momentos de angústia e medo e por me auxiliar nos cuidados e educação de minhas filhas.

À minha sogra Maria Dinisa, meu sogro Ilberto, pessoas especiais que fizeram papel de mãe e pai para as jóias mais valiosas que Deus me presenteou que são minhas filhas, sem vocês por perto para darem carinho, atenção e todo cuidado necessário a elas eu não teria conseguido.

A todos os padrinhos e madrinhas, amigos e amigas que auxiliaram direta ou indiretamente com os cuidados as minhas filhas em meus momentos de ausência para a pesquisa.

Aos colegas de caminhada, Emne, Clóvis, Rodrigo, Elizabete e Inês, pelo apoio, carinho, companheirismo nos momentos felizes e de angústia.

Ao Prof. Dr. Reinaldo dos Santos, sinto privilégio em tê-lo como orientador, por me aceitar como orientanda, acreditar que eu sou capaz, compartilhar seus conhecimentos e vivências e me mostrar os caminhos e sentidos da pesquisa, principalmente nos momentos de indecisão e medo.

Aos professores Dr Ademilson Batista Paes, Dra. Alessandra Cristina Furtado e Dra. Maria do Carmo Brazil, pelas observações, apontamentos no momento da qualificação e na defesa da dissertação, que contribuíram grandemente para o desenvolvimento deste trabalho. Em especial, pelo carinho

com que essas observações foram feitas, encorajando-me para que eu fiz
melhor.

Aos depoentes e técnicos que participaram desta pesquisa com suas histórias, seu tempo, suas emoções, seu carinho, receptividade e respeito comigo e com o tema pesquisado, caso contrário não seria possível a realização. Muito obrigada por me possibilitarem escrever, por meio de seus depoimentos, mais um capítulo em minha trajetória.

Aos professores doutores que fizeram parte da vida acadêmica, Reinaldo dos Santos, Alessandra Cristina Furtado, Magda Carmelita Sarat Oliveira, Alaide Maria Zabloski Baruffi, Maria do Carmo Brazil, Elisângela da Silva Alves Scaff, pela acolhida, pelas contribuições e pelos momentos de crescimento e à secretária Fernanda Santos Lima pela atenção e apoio durante o curso.

Aos colegas do Grupo de Estudo GEPHEMES e GEPETIC/UFGD, que me acolheram com carinho, respeito, apoio e amizade.

A todos os colegas da turma de Pós-Graduação 2012 pelo carinho.

LANGER, A. **Expansão e sustentabilidade do ensino superior em Mato Grosso do Sul: o caso da UFMS (1992 – 2012)**. Dourados, 2014. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, 2014, 120 p.

RESUMO

Neste trabalho, analisamos a expansão e sustentabilidade do ensino superior em MS nos governos de FHC e Lula, tendo um recorte temporal entre os anos de 1992 e 2012. Utilizamos como objeto de pesquisa a UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), em dois campus do estado: Ponta Porã (CPPP) e Nova Andradina (CPNA). A escolha se deu pelas características destes campus, sendo o primeiro com cursos voltados à área de exatas e o segundo voltado à área das humanas. O estudo em questão foi desenvolvido a partir de documentos produzidos pela UFMS, leituras de obras relacionadas ao tema e fontes orais de dirigentes, professores e funcionários da instituição. Relacionamos as dimensões locais, as perspectivas do sistema de implantação de novos campus e cursos com os movimentos políticos e educacionais de expansão. A partir da análise das fontes documentais e fontes orais, foi questionado o procedimento de abertura de campus e cursos neste movimento de expansão das universidades federais e a possibilidade de sustentabilidade perante os critérios utilizados para a escolha de local, cursos e área de atuação escolhidos para esta expansão. Apontamos os caminhos percorridos para a implantação da expansão e explicitamos o significado de sustentabilidade para a abertura destes novos campus e cursos, utilizando os conceitos de campo científico, região e poder no referencial de Bourdieu.

Palavras - chave: Educação. Ensino Superior. Expansão. Mato Grosso do Sul.

LANGER, A. **Expansion and sustainability of higher education in Mato Grosso do Sul: UFMS case (1992 – 2012)**. Dourados, 2014. Dissertation (Master's degree in Education). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, 2014, 120 p.

ABSTRACT

In this study, we examined the expansion and sustainability of higher education in Mato Grosso do Sul state during the FHC and Lula presidential administrations, between 1992 and 2012. We used UFMS (Federal University of Mato Grosso do Sul) as the object of research, in two campuses in the state: one in Ponta Porã (CPPP) and the other in Nova Andradina (CPNA). The choice was made based on the characteristics of these campuses, with the former featuring courses aimed at the formal and natural sciences, and the latter aimed at the humanities. The present study was developed upon documents published by UFMS, works related to the subject and oral sources from leaders, professors and staff from the mentioned institution. We related the local circumstances, the perspective of implementation of new campuses and courses to the political and educational efforts towards expansion. Based on the analyses of the document and oral sources, the process of implementation of new campuses and courses in this effort of expansion of the federal universities and the possibility of sustainability were questioned in relation to the criteria used for the choice of location, courses and field of interest for this expansion. We pointed out the paths taken to the implementation of this expansion and made clear the meaning of sustainability to the opening of these new campuses and courses, using the concepts of scientific field, region and power in Bourdieu's view.

Key words: Education. Higher education. Expansion. Mato Grosso do Sul.

LANGER, A. **Expanión y sustentabilidad de la enseñanza superior en Mato Grosso do Sul: em el caso de UFMS (1992 – 2012)**. Dourados, 2014. Disercón (Maestria en Educación). Faculdad de Educación, Universidad Federal da Grande Dourados, 2014, 120 p.

RESUMEN

Em éste trabajo, analizamos la expansión y el sustento de lo ensiñanzo superior em el MS em los gobiernos de FHC y Lula, teniendo una disminuición temporaria entre los años de 1992 y 2012. Utilizamos como objeto de investigación la UFMS (Universidad Federal del Mato Grosso do Sul), en los dos campos del estado, Ponta Porã (CPPP) e Nova Andradina (CPNA). La elección se há dado a través de características em este campo, siendo el primero con cuisos mirados para las áreas de ciencias exactas y el segundo para lãs áreas de ciências humanas. El estudio en discusión fue desarrolado a partir de documentos producidos por UFMS, lecturas de obras relacionadas al tema o fuentes orales por dirigentes, profesores y funcionarios de La institución. Relacionamos las dimensiones locales, las perspectivas del sistema de implementacíon de nuevos campos o cursos con los movimientos políticos y educacionales de expansión. A partir da análisis de las fuentes documentales o fuentes orales, fue investigado el procedimiento para la apertura del campo y de cursos en éste movimiento de expansión de universidades federales, la possibilidad u sustentabilidad delante los critérios utilizados para la elección del local, cursos y área de actuación elegidos para ésta expansión. Apuntamos los caminos recorridos para la implementación y expansión, recalcamos el significado de sustentabilidad para la apertura de éstos nuevos campos o cursos, utilizando los conceptos de campo científico, región y poder em lo referencial de Bourdieu.

Palavras - clave: Educación. Enseñanza Superior. Expansión. Mato Grosso do Sul.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa com localização dos campus da UFMS no estado de MS 45
FIGURA 2 – Quadro cronológico de implantação dos campus. 49
FIGURA 3 – Foto da entrada do Campus de Ponta Porã 52
FIGURA 4 – Mapa com localização do Campus em Ponta Porã.....53
FIGURA 5 – Foto do Bloco I da UFMS em Ponta Porã 54
FIGURA 6 – Foto com vista superior do Bloco II da UFMS em Ponta Porã 55
FIGURA 7 – Mapa com localização da UFMS de Nova Andradina 56
FIGURA 8 - Foto da entrada campus de Nova Andradina.....58
FIGURA 9 – Foto do Campus de Naviraí 59
FIGURA 10 - Mapa com localização do Campus de Naviraí 60
FIGURA 11 – Foto do Campus de Bonito 61
FIGURA 12 – Mapa com localização do Campus de Bonito.....62
FIGURA 13 – Foto da entrada do Campus de Chapadão do Sul 64
FIGURA 14 – Mapa com a localização de Ponta Porã em MS.....74
FIGURA 15 – Pórtico da entrada de Ponta Porã 75
FIGURA 16 – Mapa com a localização de Nova Andradina 77

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

a.C - antes de Cristo

AGB – Associação de Geógrafos Brasileiros

AGCD – Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços

BIRD – Banco internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCBS - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde

CCET - Centro de Ciências Exatas e Tecnologia

CCHS - Centro de Ciências Humanas e Sociais

CES – Centro de Estudos Sociais

CEP - Código de endereçamento postal

CEUD - Centro Universitário

CFE - Conselho Federal de Educação

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNPq - Conselho Nacional de Pesquisas

COUN – Conselho Universitário

CPAC - Comissão permanente de apoio a assistência ao acadêmico

CPD - Centro Pedagógico de Dourados

CPCS - Campus de Chapadão do Sul

CPDO - Campus de Dourados

CPNA - Campus de Nova Andradina

CPNV - Campus de Naviraí

CPPP - Campus de Ponta Porã

DAUNI - Diretório acadêmico

EaD - Educação a distância

ENC - Exame Nacional de Cursos

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

EJA - Educação de jovens e adultos

EX - Exemplo

FACOM - Faculdade de Computação

FADIR - Faculdade de Direito

FAMED - Faculdade de Medicina

FAMEZ - Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia

FMI - Fundo monetário internacional

FAODO - Faculdade de Odontologia

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIES - Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior

GO – Goiás

GTRU - Grupo de Trabalho da Reforma

ICBCG - Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande

IES - Instituição de ensino superior

IFES – Instituto Federal do Espírito Santo

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IFMS - Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

LARPP - Laboratório de Robótica de Ponta Porã

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LEPMAT - Laboratório de Ensino e Pesquisa em Matemática

LULA – Luiz Inácio Lula da Silva

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MS - Mato Grosso do Sul

OMC - Organização Mundial do Comércio

PROUNI - Programa Universidade para Todos

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PPP – Projeto Político Pedagógico

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SAD – Secretaria de Estado de Administração

SAP - Secretaria de Apoio Pedagógico

SECAC – Secretaria Acadêmica

SISU – Sistema de Seleção Unificada

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

TI - Técnicos em Informática

UDF - Universidade do Distrito Federal

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UEMT - Universidade Estadual de Mato Grosso

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

UNE - União Nacional dos Estudantes

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **15**

CAPÍTULO I - EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: nos governos FHC e Lula **26**

1.1 Expansão do ensino superior nos governos de FHC e LULA.....29

1.2 Ações de FHC e LULA para o ensino superior.....31

CAPÍTULO II - PROCESSO DE EXPANSÃO DA UFMS **44**

2.1 Implantação da UFMS.....44

2.2 Expansão da UFMS 46

2.3 Caracterização dos campi implantados e reestruturados pelo REUNI: instalação de campus, cursos e vagas 52

CAPÍTULO III - SENTIDO E SUSTENTABILIDADE DA UFMS **66**

3.1 Processo de abertura de cursos e IES 67

3.2 Caracterização do municípios pesquisados 73

3.3 Sentidos de aberturas de novos campus e cursos 78

3.4 Sustentabilidade e expansão dos campus e novos cursos.....83

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... **100**

FONTES BIBLIOGRÁFICAS **109**

APÊNCICE – Roteiro de entrevista 116

Quadro com a relação de entrevistas 117

ANEXO – Decreto com o projeto REUNI..... 118

INTRODUÇÃO

O trabalho trata de uma pesquisa documental, bibliográfica e de campo que foi realizada na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) nos Campus de Ponta Porã e Nova Andradina. É possível identificar o objeto de estudo em a expansão e sustentabilidade do ensino superior em Mato Grosso do Sul. As fontes utilizadas são: pesquisa e investigação bibliográfica seguido de análise de documentos da própria instituição, do MEC e fontes orais de ex-alunos, alunos atuais, professores e funcionários da instituição bem como a própria Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Seu objetivo foi analisar o processo de expansão e sustentabilidade do ensino superior em Mato Grosso do Sul entre as décadas de 1992 e 2012, um recorte temporal que abrange os Governos de Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva. Esta análise buscou compreender o processo de abertura e motivos possíveis que levaram ao fechamento de campus e cursos nestes dois municípios que tiveram seu surgimento durante um segundo período de expansão da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

A dissertação está organizado inicialmente por um texto de apresentação que busca explanar sobre o tema proposto para pesquisa, seus objetivos, formas de pesquisas e

também da organização do trabalho. Possui também o sumário que apresenta e identifica a organização do relatório, passando por um resumo dos capítulos elaborados. Para finalizar, o trabalho apresenta as conclusões obtidas com a pesquisa e análise de dados e também as referências bibliográficas e fontes utilizadas na pesquisa.

O tema da dissertação apresentado neste trabalho foi se estabelecendo durante o primeiro e parte do segundo semestre do curso de Mestrado em Educação oferecido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Este trabalho foi produzido na análise do contexto da expansão e sustentabilidade do ensino superior em Mato Grosso do Sul, inserida em um recorte temporal entre 1992 a 2012, frente os Governos de FHC e Lula. As análises estão organizadas em três capítulos, nos quais a intenção foi de apresentar como estão sendo expostos os trabalhos acerca do tema, os movimentos de expansão e sustentabilidade de aberturas de novos campus e cursos e as caracterizações destes, bem como a pesquisa de campo que foi articulada em depoimentos, questionários e análises documentais dos campus pesquisados.

A temática que trata da expansão e sustentabilidade da educação superior demonstra que vem obtendo atenção na discussão para este nível de ensino, notadamente entre as décadas de 1992 e 2012, durante a implantação das políticas de educação superior, este período aponta os Governos de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002) que alterou a expansão das instituições dos setores privados e de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010), quando aponta a tentativa e procura para realçar a expansão das instituições federais, onde nesta pesquisa tratamos das instituições federais do estado de Mato Grosso do Sul, o caso da UFMS.

A ideia foi utilizar um recorte temporal entre 1992 e 2012, utilizando dois governos o de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, e tem como viés observar o desenvolvimento do ensino superior e sua interiorização e entender que estas expansões se deram de maneira política, de certa forma semelhante e que possuem laços com a expansão.

Outros aspectos são os projetos dos próprios campus, embora eles tenham se concretizado a partir de 2008, estes projetos são de fato da década de 1990, mesmo tendo se concretizado anos após, a ideia é de iniciar a pesquisa em períodos prévios aos das práticas dos projetos.

Um terceiro aspecto para a utilização deste recorte temporal, trata-se de um contexto sobre campus e cursos por interesses para estas cidades, os campus foram inseridos em um espaço de grande expansão do ensino privado, de grande expansão da EaD e de instalação da UEMS e UFMS. Por estes três aspectos é que se deu a escolha deste período entre 1992 e 2012, lembrando que apesar das instalações de novos campus e cursos terem sido iniciados em 2008, o processo de escolhas e definições tiveram início anteriormente.

Outro ponto importante a ser mencionado, antes de falarmos diretamente sobre os aspectos pesquisados, é a questão da sustentabilidade das instituições e como essa definição se encaixa em nossa pesquisa. Embora essa questão seja polêmica e até mesmo remeta a uma questão ecológica, não é esse o intuito de utilizarmos esse termo.

Desde a LDB, os cinco aspectos para a análise de um curso de nível superior nos mostram que um deles é o nível de sustentabilidade, ou seja, saber se o curso tem um bom corpo docente, se possui infraestrutura, se possui salários adequados e demanda para os cursos escolhidos, mas tem que se provar a sustentabilidade, que em um médio prazo seja possível manter os docentes nos campus, ampliar laboratórios, conseguir ter um fluxo de alunos, pois muitas vezes em dois ou três anos se consome a demanda e o curso já não possui mais alunos para manter os cursos abertos.

A sustentabilidade está na LDB como um dos aspectos de avaliação nos cursos de nível superior bem como também está inclusa no SINAES como uma das cinco dimensões, para avaliar se um curso deve ser aberto ou não, se deve ser mantido ou não, em ambos os casos percebemos problemas com a sustentabilidade.

Para que se possa entender a trajetória de luta no sentido de efetivar o ensino superior do Brasil para Mato Grosso do Sul, inicialmente é interessante abordar autores renomados como Kunt (2005), Mark (1977), Bordieu (2012); evocam os mesmos a história do pensamento econômico, deixando claro que o desenvolvimento histórico das forças produtivas tem resultado em uma capacidade sempre crescente de as sociedades produzirem excedentes sociais cada vez maiores. Dentro dessa evolução histórica, cada sociedade tem sido dividida, de modo geral, em dois grupos.

Smith (1974), em relação ao trabalho, no seu primeiro livro, aponta que as causas deste desenvolvimento das potencialidades produtivas do trabalho e a ordem segundo a qual a produção é naturalmente distribuída, pelas diferentes classes sociais, serão analisadas; diz que os homens têm uma maior tendência para descobrir métodos mais

simples e rápidos de atingir um objetivo quando toda a sua atenção se concentra nele, do que quando se encontra dispersa por uma grande variedade de elementos.

Qualquer que seja o atual estado, destreza e discernimento com que o trabalho é efetuado, a abundância ou a insuficiência da produção anual deve depender, enquanto se mantiver este estádio, da proporção existente entre o número dos que são anualmente empregados em trabalho útil e dos que não o são. O número de trabalhadores úteis e produtivos, como veremos, é sempre proporcional à quantidade das reservas de capital afetadas na sua colocação e à forma particular como este capital é aplicado (SMITH, 1974).

Em primeiro lugar, o desenvolvimento da destreza dos trabalhadores aumenta, infalivelmente, com a quantidade de trabalho que eles podem realizar; e a divisão do mesmo, reduzindo a intervenção de cada um a uma simples operação e transformando esta última no seu único trabalho durante toda a vida. Em segundo lugar, a vantagem que decorre do melhor aproveitamento do tempo que normalmente se perderia ao passar de um tipo de trabalho para outro é muito maior do que a primeira vista se poderia imaginar.

Marx (1977), em relação ao método da economia política, diz que quando consideramos um determinado país do ponto de vista da economia política, começamos por estudar a sua população, a divisão dessa em classes, a sua repartição pelas cidades, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais e os preços das mercadorias.

De acordo com Marx (1977), há formas de sociedades muito desenvolvidas, mas há a quem falta historicamente maturidade, e há as quais descobrimos as formas mais elevadas da economia, como por exemplo: a cooperação, uma divisão do trabalho desenvolvida.

Apesar de historicamente a categoria mais simples poder ter existido antes da mais concreta, pode pertencer, no seu completo desenvolvimento em compreensão e em extensão, precisamente a uma forma de sociedade complexa, enquanto que a categoria mais concreta se achava já completamente desenvolvida numa forma de sociedade mais atrasada.

O trabalho parece ser uma categoria muito simples. A ideia de trabalho nesta universalidade, como trabalho em geral, é, também, das mais antigas. No entanto, concebido do ponto de vista econômico nesta forma simples, o trabalho é uma categoria tão moderna como as relações que esta abstração simples engendra.

Para Marx (1977), em toda a ciência histórica ou social em geral, é preciso nunca esquecer, a propósito da evolução das categorias econômicas, que o objeto, neste caso a sociedade burguesa moderna, é dado tanto na realidade como no cérebro; não esquecer ou as categorias exprimem, portanto formas de existência, condições de existência determinadas, muitas vezes simples aspectos particulares desta sociedade determinada, deste objeto e que, por conseguinte, esta sociedade de maneira nenhuma começa a existir. Seria, portanto impossível e errado classificar as categorias econômicas pela ordem em que foram historicamente determinantes.

Para Kunt (2005), se aceitarmos a distribuição da riqueza e da renda tal como ela existe, concluiremos que a troca no mercado é uma das poucas situações sociais em que essa unanimidade existe. Em uma situação de troca, ambas as partes querem o que estão conseguindo com mais intensidade do que aquilo que estão abrindo mão na troca. Portanto, quando só consideramos a troca, existe unanimidade, e a harmonia prevalece. É por isso que o utilitarismo pode ser identificado com a perspectiva da troca, em teoria econômica, e é por isso que a perspectiva da troca sempre vê o capitalismo como um sistema de harmonia social.

Smith (1974), diz que durante a aprendizagem, todo o trabalho do aprendiz é propriedade do seu mestre, entretanto, aquele deve em muitos casos ser mantido pelos seus pais ou outros parentes e vestido por eles. Coloca ainda que a educação para as profissões liberais é ainda mais monótona e cara. A recompensa peculiária dos pintores, escultores, advogados ou médicos, portanto, deve ser muito mais liberal, e é efetivamente isto que acontece.

Os lucros das reservas de capital parecem ser muito pouco afetados pela facilidade ou dificuldade de aprender os negócios em que são empregados. As diferentes formas usuais de empregar o capital nas grandes cidades parecem, na realidade, ser igualmente fáceis ou difíceis de aprender. Nenhum ramo de negócio, quer seja interno ou de exportação, parece ser mais complicado do que qualquer outro (SIMITH, 1974).

No intuito de oferecer coerência e complementaridade à pesquisa, buscamos propiciar um diálogo com as noções de Bourdieu, pela diversidade de concepções desenvolvidas pelo sociólogo, tomando as noções de campo, campo científico, região e poder para fundamentar as discussões no decorrer dos capítulos do texto.

Ao situar o estudo na relação com a Sociologia e a Educação, compreendemos que o processo de configuração da educação superior em educação no Mato Grosso do Sul faz parte de um fenômeno mais geral, o da educação; ou o que Bourdieu (2012) denomina "campo científico".

Os pontos de partida, os fundamentos para a compreensão e explicação desse mundo influenciam a maneira como a pesquisa é proposta e os pressupostos que orientam o pensamento também norteiam a abordagem de pesquisa. Neste sentido, a apropriação do conceito de campo de Bourdieu propicia o entendimento que para a abertura dos cursos de nível superior no MS, foram necessários esforços e ações de grupos de pessoas que objetivavam se inserir no campo científico, ou seja, na produção do conhecimento em educação.

O campo científico foi concebido por Bourdieu (2004, p. 20) como o "[...] universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência". Trata-se, no entanto, de um mundo social que não está livre das pressões externas do mundo social global, devido ao fato de todo campo ser um campo de forças e de luta para se conservar ou transformar a si próprio.

As relações entre região e poder são intrínsecas. O poder está na região em meio a seus próprios sujeitos, enquanto que a ideia de região para Pierre Bourdieu (1989) se sustenta na concepção de uma construção mediada por lutas de forças entre os sujeitos de um dado espaço. A região avança os aspectos físicos e geográficos que delimitam um determinado espaço, e para o sociólogo, se constitui nas lutas, nos atos e nas práticas sociais entre indivíduos e grupos de indivíduos, ou seja, nas relações de forças simbólicas e materiais (BOURDIEU, 1989).

Bourdieu (2005) elucida que a análise da realidade deve considerar um enfoque relacional que busque demonstrar o sistema de relações existentes nos espaços sociais, inclusive porque ele reconhece a complexidade e pluralidade de aspectos que constituem a realidade do mundo social.

No livro "Razões Práticas", o autor apresenta o que é essencial no seu trabalho; destacamos o que aparece em primeiro lugar, uma filosofia da ciência também chamada de *relacional*. Essa filosofia condensada em um pequeno número de conceitos fundamentais – *habitus*, campo, capital – é que tem como ponto central a relação, de mão

dupla, entre as estruturas objetivas (dos campos sociais) e as estruturas incorporadas (BOURDIEU, 2005).

O referencial em Bourdieu se fundamenta em dois aspectos que se complementam: por um lado, os conceitos por ele elaborados como campo científico, poder e região contribuem para iluminar a análise da pesquisa sobre o ensino superior em MS e sua relação com o contexto político e social nacional, por outro, buscamos aproximar da sua forma de pensar sobre a ciência e, consequentemente, do caminho teórico-metodológico (dialético) por ele adotado.

As contribuições de Bourdieu para o discernimento do objeto de pesquisa aqui proposto são fecundas. No entanto, não pretendemos esgotar a discussão sobre o ensino superior no MS no contexto das políticas públicas para o setor no cenário nacional, mas avançar no tema ao lançar reflexões e questões que merecem ser trazidas à tona.

O Capítulo I traz inicialmente ao leitor uma análise historiográfica sobre a Educação e o Ensino Superior, tem como orientação para a historiografia, as escritas dos autores mais utilizadas como bibliografia básica para o aprendizado acerca da História da Educação. A seleção de quais autores utilizarem para realizar a historiografia não parte apenas por a maioria deles estar sendo utilizada como leitura de referência para o tema, mas por se apresentarem como leitura básica nos cursos de graduação que utilizam os estudos da história e expansão da Educação Superior no Brasil.

Faz, em um segundo momento, uma reflexão sobre a História do Ensino Superior no Brasil, pois é possível compreender que a história do ensino superior não aparece com frequência nas bibliografias que tratam do tema.

No terceiro momento do capítulo buscou-se tratar sobre a História e Expansão do Ensino Superior nos últimos vinte anos, uma análise acerca dos Governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Este recorte foi pesquisado por entender ser o período onde ocorreram maiores movimentações para a expansão do ensino superior no Brasil através de Programas e bolsas oferecidas pelo Governo, que tornaram possível o acesso e a permanência dos alunos no ensino superior em Universidades que apresentam estrutura e organização sustentável para atendê-los com qualidade de ensino.

O Capítulo II trata-se da expansão e caracterização dos movimentos dos novos campus e cursos da educação superior, observando a relação entre políticas de expansão e sustentabilidade do ensino superior em Mato Grosso do Sul. Inicialmente retratamos ao

leitor a história e o processo de implantação da UFMS em Mato Grosso do Sul, desde sua origem em 1962, com a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Campo Grande, na cidade de Campo Grande, que seria o embrião do ensino superior público no sul do então estado de Mato Grosso e em 1967 o Governo do ainda estado de Mato Grosso, inaugurou em Corumbá o Instituto Superior de Pedagogia, passando pela divisão do estado em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul no ano 1977 onde a instituição passou a responder como Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Os passos seguintes passam pela caracterização e sentido dos novos campus implantados no estado a partir do Programa Reuniu implantado para proporcionar a expansão do ensino superior no Brasil. Estas caracterizações e implantações mostram os sentidos dessas implantações e quais ações políticas e metodológicas foram utilizadas para que esta implantação acontecesse. Mostra a estrutura e a condição oferecida pela UFMS neste terceiro movimento de expansão e quais os sentidos e sustentabilidades que foram implantados neste período.

O Capítulo III tem como base da pesquisa concentrar-se em estudos e análises de fontes documentais tais como Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), projeto e relatórios de avaliações institucionais, resoluções, deliberações produzidas pelos Conselhos Superiores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, além de leis, decretos, Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, documentos do MEC, Projeto REUNI, além dos possíveis questionários e fontes orais que foram realizados com funcionários, diretores, alunos e ex-alunos e também com algumas pessoas do município analisados.

O terceiro capítulo também aponta que destes cinco campus que fizeram parte deste movimento de expansão a partir do REUNI dois selecionados foram o de Ponta Porã e Nova Andradina, uma caracterização e um contexto histórico destes municípios são apresentados para que possamos situar o leitor de que tipo de município estamos tratando e em quais condições encontra-se a implantação desta expansão. Em um momento importante, aponta para o leitor como funciona e quais as condições de processo de abertura de cursos e de Instituições de Ensino Superior. Para finalizar o capítulo buscou analisar a real sustentabilidade da expansão dos novos campus e Cursos em Mato Grosso do Sul.

Podemos apontar ao leitor que as informações obtidas referente os campus e cursos, foram bastante diferenciadas em relação aos campus pesquisados. O que queremos dizer é que as fontes ofertadas para a realização da pesquisa foram disponíveis em níveis bem diferentes. No III capítulo abordamos mais fontes e dados e exploramos mais estas informações, referentes ao campus de Ponta Porã que de Nova Andradina. No campus de Ponta Porã foi possível obter maiores informações e fontes que em Nova Andradina, por esse motivo no decorrer do capítulo será notável uma análise mais detalhada do Campus de Ponta Porã ao de Nova Andradina.

Para a realização da pesquisa se fez necessário o deslocamento até o município de Nova Andradina para a realização da pesquisa tanto em documentos oficiais quanto para as fontes orais o que não ocorreu para o Campus de Ponta Porã, pois trata-se do município em que a pesquisadora reside. Porém a distancia entre Ponta Porã e Nova Andradina não foi obstáculo para a realização da pesquisa, o maior empecilho para que a pesquisa em Nova Andradina acontecesse de maneira mais completa, foram a falta de disponibilidade de documentos oficiais, os quais fomos informados que estaria disponibilizado apenas no site da universidade e este se quês está ativo para o Campus de Nova Andradina, o descumprimento da agenda para os depoimentos orais e também a não autorização do depoimento obtido de algumas fontes que ficaram com receio em falar sobre o tema pesquisado.

No Campus de Ponta Porã não nos deparamos com estes obstáculos, de maneira que a pesquisa pode ser concluída com maior facilidade, pois as fontes orais puderam ser exploradas de maneira mais completa e as fontes documentais estavam disponíveis de maneira que análise pudesse ocorrer de forma mais clara e a pesquisa pode ser concluída com maior exatidão e com resultados mais claros que no campus anterior. Porém, nenhuns dos obstáculos encontrados causaram danos à pesquisa ou impossibilitou a percepção das transformações e expansão ocorridas no ensino superior em Mato Grosso do Sul, diante do recorte temporal abordado na pesquisa.

A universidade transformou-se em mais um recurso do desenvolvimento social e econômico dos países, submetendo-se às mesmas leis políticas e econômicas que os demais recursos (ZABALZA, 2004, p.25). Se esse processo constitui uma perda ou um ganho para as próprias universidades, isso é algo discutível. Seja qual for nossa opinião, o certo é que a universidade faz parte consubstancial das dinâmicas sociais e está submetida

aos mesmos processos e às mesmas incertezas do âmbito político, econômico ou cultural que afetam qualquer uma das outras realidades e instituições sociais com as quais convivem (ou nas quais se integra como mais um subsistema): a saúde, a função pública, os outros setores do sistema educacional, a área da produção e as instituições culturais.

O trabalho realizado possui relevância por ser necessário saber como era nossa localidade anteriormente, como era vista e feita a questão educacional, como se deu a expansão do Ensino Superior no Brasil, como foi o processo de expansão da UFMS, como também os sentidos e sustentabilidade dos campus e novos cursos.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa descritiva, onde se procurou embasamento bibliográfico, no sentido de amparar os dados coletados, fica claro que a pesquisadora ficou apenas de expectadora, não interferindo no processo de coleta, apenas coletou-se os dados (por meio das fontes orais, do referencial teórico e informações obtidas junto aos campus da UFMS), procurando discorrer posteriormente um trabalho que pudesse oferecer subsídios de melhor embasamento para o educador frente à problemática em questão, que trata da expansão e sustentabilidade do Ensino Superior em Mato Grosso do Sul, o caso da UFMS, no período de 1992 a 2012.

Após realizar esse trabalho e fazer leituras de vários autores, pode-se concluir que na verdade, houve uma ascensão espetacular da educação em nosso país, embora se reconheça que a situação poderia ter acontecido de modo rápido, caso a burocracia não tivesse emperrado tanto. A aprendizagem universitária pressupõe, por parte do aluno, aquisição e domínio de um conjunto de conhecimentos, métodos e técnicas científicas de forma crítica. Iniciativa para buscar informações, relacioná-las, conhecer e analisar várias teorias e autores sobre determinado assunto, compará-las, discutir sua aplicação em situações reais com as possíveis consequências para a população, do ponto de vista ambiental, ecológico, social, político e econômico.

Faz parte dessa aprendizagem adquirir progressiva autonomia na aquisição de conhecimentos anteriores, desenvolvendo sua capacidade de reflexão e a valorização de uma formação continuada, que se inicia na universidade e se prolongará por toda sua vida. Só que essa valorização não se fará com advertências apenas, mas com atividades que permitam ao aluno aprender como se faz efetivamente esta formação.

O que parece imprescindível destacar é que aprender a aprender é mais do que uma técnica de como se faz. É a capacidade do aprendiz de refletir sobre sua própria

experiência de aprender, identificar os procedimentos necessários para aprender, suas melhores opções, suas potencialidades e suas limitações.

O homem sempre sonhou, pensou e imaginou algo em sua vida, como poderia agir para vencer os obstáculos que se interpunham no seu dia a dia . Sonhar com algo de forma objetiva e clara é uma situação que requer um ato de planejar. Por isso, o ato de planejar se faz necessário, porém, requer habilidade para prever as necessidades futuras, tornando assim mais fácil o caminho para alcançar os objetivos, sendo assim, é de extrema importância o objetivo deste estudo, pois para podermos compreender os acontecimentos educacionais de hoje, é necessário reviver o passado, com intuito de não fazer acontecer os erros que se passaram e pensar em uma situação melhor no que tange à implantação e expansão do Ensino Superior.

CAPÍTULO I

EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: nos governos FHC e Lula

A história da educação brasileira é uma história difícil de ser estudada e compreendida. Ela evolui em rupturas marcantes e fáceis de serem observadas. A primeira grande ruptura travou-se com a chegada dos portugueses ao território do Novo Mundo. Não podemos deixar de reconhecer que os portugueses trouxeram um padrão de educação próprio da Europa, o que não quer dizer que as populações que por aqui viviam já não possuíam características próprias de se fazer educação. E convém ressaltar que a educação que se praticava entre as populações indígenas não tinha as marcas repressivas do modelo educacional europeu.

A educação faz parte da história, pois sempre esteve presente no desenvolvimento do ser humano, ela, portanto não pode ser vista apenas como uma disciplina, sua importância é bem maior, faz a abordagem científica do cotidiano. Ao estudar a história é possível perceber sua interligação com os indivíduos e a formação da sociedade.

> O fim principal da educação, no sentido mais amplo, consiste em ajudar o pequeno homem a atingir a sua plena formação humana. Os outros objetivos (transmitir a herança da cultura de uma dada civilização, preparar para a vida da sociedade e para o comportamento do bom

> cidadão, adquirir a bagagem mental necessária para cumprir uma função particular no ambiente social, para atender às responsabilidades familiares, para ganha a vida) são corolários e fins essenciais, mas secundários (MANACORDA, 2004, p.338).

Um dos objetivos desse trabalho é a possibilidade de ver a trajetória da história do ensino superior no Brasil. Também se constatará a vinda de diversos grupos para o Brasil: bandidos, padres, militares, fidalgos que tiveram ganho de terra, sacerdotes, degredados que cometeram crimes ou pecados, geralmente de amor, e também homens bons, camponeses, agricultores e artesãos. O início da educação ocorreu pelos Jesuítas que tinham como objetivo explorar, catequizar e difundir a fé católica. Percebe-se ainda na história da educação brasileira o impasse entre as verbas financeiras e o construção de uma educação melhor.

O processo educativo ainda nas sociedades primitivas constituía-se basicamente por métodos informais, no qual os valores, princípios e costumes eram transmitidos às gerações futuras por meio da convivência em sociedade. Desse modo, os novos indivíduos eram integrados à ordem social. Todavia, a transmissão desses valores, limitava-se somente à memória, ou seja, não havia nenhum outro mecanismo além da convivência que registrasse esses valores culturais nas sociedades antigas.

A educação pode ser compreendida como um processo que leva em conta um conjunto de ações humanas em diferentes momentos que retratam um passado distante, e, por conseguinte traçam um futuro próximo, a partir de um presente cheio de interpretações objetivas e subjetivas. A educação não pode ser considerada um fenômeno neutro, pois está engajada na política e sofre os efeitos da ideologia, conforme os diferentes contextos históricos.

Na visão de Gary Becker[1]: “a educação é o motor do desenvolvimento, pois um dos elementos essenciais do desenvolvimento é uma população treinada e educada”.

De acordo com Castro Filho (2002, p.17): “Visando conferir maior consistência à educação, foi promulgada em 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN”; que é atualmente o principal instrumento legal em matéria de educação em nosso país, sem prejuízo de outras normas jurídicas condizentes ao assunto.

---

[1]Professor da Escola de Economia da Universidade de Chicago. Prêmio Nobel de Economia de 1992. REVISTA EXAME. Edição de 5/04/2000, p.178.

A finalidade da educação superior objetiva-se em estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e reflexivo; formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento; incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da criação e da difusão da cultura; promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade; comunicar o saber por meio do ensino de publicações ou de outras formas de comunicação; suscitar o desejo permanente do aperfeiçoamento cultural e profissional possibilitando correspondente concretização; estimular o conhecimento do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade e promover a extensão aberta à participação da população.

De acordo com Castro Filho (2002, p.19):

> Em conformidade com o que dispõe o artigo 44 da LDB, a educação superior abrange os seguintes cursos e programas: cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino; cursos de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo; cursos de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino; cursos de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Segundo Castro Filho (2002), as instituições públicas de ensino superior e os institutos de pesquisa no Brasil vêm passando, há anos, por um nefasto processo de sucateamento, que vem ocasionando a perda de excelentes professores, fato este visivelmente perceptível nas universidades federais.

Para uma compreensão do que estamos vivendo é que se faz necessário reviver a história, precisamente a do ensino superior, sendo assim, segue a história do ensino superior, como se iniciou, a passagem desta pelos tempos e pelos governos de FHC e Lula, detecta-se ainda que após séculos de instalação da primeira universidade brasileira houve avanço na educação superior, trazendo a tona benefícios aos estudantes brasileiros.

1.1 Expansão do ensino superior nos governos de FHC e LULA

A evolução do Ensino Superior vem ocorrendo desde o governo FHC. Este nível de ensino era até então era extremamente difícil de ser alcançado pela maioria dos estudantes, especialmente pela classe mais necessitada, que não dispunha de recursos e conhecimentos para o acesso à universidade.

De acordo com Amaral (2003), nesse cenário, FHC (1995-2002) iniciou o movimento de reforma do estado brasileiro e da educação superior. As reformas nesse nível de ensino seguiram a tônica reformista em âmbito global, como: diferenciação das IES; ampliação das instituições privadas; incentivos a fontes alternativas de financiamento para instituições públicas bem como a mudança na função do estado no tocante que a educação superior, passando de agente de um processo integral a agente apenas regulador e controlador.

A partir de 1995 no governo de FHC, a universidade passou por um processo rigoroso no aspecto administrativo tornando-se mais autônoma, possibilitando maior desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica, com grande expansão do ensino privado, porém sem atender ainda, aos aspectos sociais e econômicos previstos.

A partir de 1996, com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, tivemos o que podemos chamar de segundo estágio, no qual estabeleceu-se o aspecto mais importante e relevante do ensino superior brasileiro – a proliferação das universidades privadas. Com isso, a universidade tomou rumos diferentes, por meio do crescimento deste seguimento da educação. A maioria de estudantes que não conseguiam adentrar às universidades públicas convergiam-se às universidades privadas.

Tais estudantes, normalmente advindos das escolas públicas, não detinham quantidade e qualidade de conhecimentos suficientes para que obtivessem classificação nos vestibulares das universidades públicas, assim, acabavam por adentrar nas universidades privadas para complementação de seus estudos.

Por outro lado, o acesso à universidade pública brasileira passou a atender um grupo restrito de estudantes, egresso de escolas particulares de ensino médio com grau qualitativo e quantitativo de conhecimentos superiores àqueles anteriormente mencionados, de tal forma a permitir que os mesmos obtivessem aproveitamento satisfatório nos concursos vestibulares dessas universidades. O principal objetivo desta dissertação, não é analisar a qualidade do ensino médio oferecido em escolas públicas e

privadas, porém é necessário relatar que o ensino médio sendo oferecido com qualidade satisfatória, auxilia na possibilidade de ingresso ao ensino superior em qualquer universidade desejada.

Outro movimento, não menos importante que os anteriores, é a aplicação da Lei. A LDBEN impôs certas regras, como a exigência mínima de 1/3 dos docentes com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado e a manutenção de mais 1/3 do quadro de docentes em regime de tempo integral, ou seja, como efetivo.

O Art. 57 da Lei é mais incisivo: "Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aula". Isso mostra o rigor da Lei e a forma como o governo pretende dar um novo gerenciamento à educação superior. Além disso, exige o envolvimento da universidade enquanto órgão científico com a comunidade e a remodelação e/ou instalação de novos órgãos no MEC para gerir o ensino brasileiro. Esta nova diretriz já pode ser vista nas principais instituições de ensino superior, seja pública ou privada.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2008) demonstrou características marcadas tanto pela continuidade quanto pela ruptura em relação às políticas educacionais do governo anterior (CARVALHO, 2006) e tem optado por uma expansão desse nível de ensino com significativo investimento público, seja por meio de novas instituições federais de ensino superior, seja dos programas como ProUni (Programa Universidade para Todos) e Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) apesar de manter os mecanismos de mercado na sua regulação.

Na verdade, a tão sonhada reforma universitária proposta pelo governo Lula em 2004 não conseguiu emplacar. Apesar da vocação extrema pelo continuísmo, os cientistas e intelectuais responsáveis pela educação superior no Brasil, apresentaram sim algumas sugestões de mudança, com as quais se esperava obter melhores resultados. Embora muitas dessas sugestões e mudanças tenham em seu bojo excelentes ideias, não se conseguiu na prática introduzi-las nos currículos das faculdades. Por isso, várias reformas foram feitas ao longo de tantos anos, mas os benefícios não alcançaram o foco: o estudante universitário.

A reforma do estado brasileiro colocada nos governos de FHC e Lula por meio da adoção de uma série de acordos estruturais na economia, acarretou consequências diretas para a política educacional brasileira com destaque na educação superior. Os dados

demonstram que essa política, promovida nos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva, incentivou o acréscimo da oferta desse nível de ensino com a diminuição dos custos e o privilegiamento da mercantilização do mesmo, ou por meio do crescimento de IES privadas com fins excepcionalmente lucrativos ou da ruptura das IES públicas para o mercado.

1.2 Ações de FHC e LULA para o Ensino Superior

Frigotto (2007, p. 1134) afirma que a

> Transição inconclusa da década de 1980 e a adesão subordinada ao Consenso de Washington a partir do governo Collor, mas realizado sobretudo nos oito anos do governo Fernando H. Cardoso, aprofundaram o fosso de uma sociedade *que se ergueu pela desigualdade e se alimenta* dela. Definem-se, na denominada "era Cardoso", o embate de forças que atravessam o século XX e que se explicitam na metáfora do pêndulo utilizada as forças que se alinhavam numa perspectiva de uma sociedade capitalista e dependente aos centros hegemônicos do capital-mundo e as que postulavam um desenvolvimento nacional autônimo e com relações sem declinar da soberania.

O autor questiona ainda em que medida os cinco primeiros anos do governo Lula da Silva, prosseguiram:

> Ou alternaram essa tradição histórica. Um balanço das análises do pensamento crítico de esquerda nos mostra que, no fundamental, não alterou essa tradição e, o que é pior, está desarticulando as lutas do campo da esquerda e os movimentos sociais duramente construídos ao longo do século XX (FRIGOTTO, 2007, p.1134).

Corbucci (2004) afirma que o governo FHC favoreceu-se pelas medidas adotadas por gestões anteriores no que tange a política do MEC para a educação superior, principalmente na questão de extinção do CFE e criação do CNE, que possibilitou delegar maiores responsabilidades para a expansão do ensino superior ao seu setor privado.

Cunha (2003, p.39), ao analisar a proposta do governo de FHC para a educação superior, destacou a preponderância do papel econômico a ela atribuído:

> Como a base do novo estilo de desenvolvimento', cujo dinamismo e sustentação provém de fora dela mesma – do progresso científico e tecnológico. Essa indução atuaria no sistema educacional pelo topo, isto é, pela universidade, entendendo-se que a competência científica e tecnológica é fundamental para garantir a qualidade do ensino básico, secundário e técnico [...] Afirmava a necessidade de se estabelecer uma "verdadeira parceria" entre o setor privado e governo, entre universidade e indústria, tanto na gestão quanto no financiamento do sistema brasileiro

> de desenvolvimento científico e tecnológico. A proposta referia-se negativamente à rede federal de ensino superior, que "precisaria ser revista". [...] A política para o ensino superior deveria promover uma "revolução administrativa" o objetivo seria administração mais racional dos recursos e a utilização da capacidade ociosa, visando a generalizar os cursos noturnos e aumentar as matrículas, sem despesas adicionais. Para isso, as universidades deveriam ter uma "efetiva autonomia", mas que condicionasse o montante de verbas que viesse a receber à avaliação de desempenho. Nessa avaliação, seriam levados em conta, especialmente, o número de estudantes efetivamente formados, as pesquisas realizadas e os serviços prestados.

No governo de FHC foi publicado, o documentário intitulado Plano Diretor da reforma do aparelho do estado (BRASIL, 1995), que propunha elementos fundantes da condução da reforma do estado com o objetivo de viabilizar novos reordenamentos para a sociedade civil, a partir da implantação de quatro setores estratégicos do estado. Para redefinir os papéis do estado, partiu-se do princípio de que este deveria deixar de ser o "responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento" (BRASIL, 1995. p. 12)

Buscou-se, na reforma, afirmar o princípio da governança, por meio da administração pública gerencial, inspirada na teoria da administração de empresas e orientou-se pelos seguintes elementos: definir precisamente os objetivos que o administrador público deveria alcançar, garantir a autonomia do administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros para atingir os objetivos constatados e cobrar e controlar a *posteriori* os resultados. Também se propunha a prática da competição administrada no interior do próprio estado, mediante a concorrência entre as unidades internas, a administração pública permeável à maior participação dos agentes privados e/ou das organizações da sociedade civil, deslocar a ênfase dos procedimentos (meios) para os resultados (fins), e que, no aparelho do estado ou administração pública, fosse possível distinguir quatro setores, como seguem:

1. Núcleo Estratégico: setor que define as leis e as políticas públicas e cobra o cumprimento. Constitui-se no centro em que as decisões estratégicas são tomadas, correspondendo aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, no Poder Executivo, ao Presidente da República, ministros e assessores diretos, responsáveis pelo planejamento e formulação das políticas públicas.

2. Atividades Exclusivas: setor em que são prestados serviços que somente o estado pode realizar mediante o poder de regulamentar, fiscalizar, e fomentar. Ex: cobrança e fiscalização de impostos, a política, entre outras coisas;

3. Serviços não-exclusivos: setor em que o estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não-estatais e privadas. São serviços que envolvem os direitos humanos fundamentais, como o da educação e da saúde.

Os objetivos propostos para os serviços não-exclusivos são: instituir o programa de "publicização", transformando as atuais fundações públicas em organizações sociais, ou seja, em entidades de direito privado, sem fins lucrativos; delegar maior autonomia e responsabilidade aos dirigentes; obter maior controle social direto desses serviços por parte da sociedade, por intermédio dos conselhos de administração; diversificar o funcionamento, sendo que o estado continua financiando as organizações e a sociedade participaria por meio da compra de serviços e doações; aumentar a eficiência e a qualidade dos serviços para atender bem o cidadão-cliente a custo menor.

O projeto das organizações sociais tinha como objetivo permitir "publicização" dos serviços não-exclusivos do Estado, mediante a transferência do setor estatal para o público não-estatal, constituindo-se em "organizações sociais", ou seja, entidades de direito privado que, por iniciativa do Poder Executivo, obteriam a autorização legislativa para celebrar contrato de festão para ter direito à doação ornamentaria. Nessa reforma, teriam prioridade para se transformarem em organizações: os hospitais, as universidades e as escolas técnicas, os centros de pesquisa, as bibliotecas e os museus.

4. Produção de bens e serviços para o mercado: São atividades econômicas voltadas para o lucro que permanecem no aparelho do estado. Ex. o setor de infra-estrutura.

No setor das atividades exclusivas e de serviços competitivos ou não exclusivos, o foco é a qualidade e o custo dos serviços prestados aos cidadãos. Nessa tese, o princípio que correspondente é o da eficiência, a busca de uma relação ótima entre qualidade e custo dos serviços colocados à disposição do público. Para tal meta, a administração deverá ser, necessariamente, a gerencial. Para o setor não-exclusivo ou competitivo do estado, a propriedade ideal nessa perspectiva, é a pública não-estatal que não se constitui na propriedade privada, porque se trata de um tipo de serviço subsidiado. Esse novo tipo de propriedade permitiria, de acordo com a proposta, o controle social por meio da

participação dos conselhos de administração dos diversos segmentos envolvidos e favorecia a parceria entre sociedade e estado. Reformar o aparelho do estado significaria assegurar maior governança, tornando mais eficientes as atividades exclusivas de estado, por meio da transformação das autarquias em "agências autônomas", e os serviços sociais competitivos em organizações públicas não-estatais, ou seja, em "organizações sociais".

A efetivação da educação superior como um serviço público não-estatal buscada pelo governo FHC não se materializou, apesar de ter sido aberto espaço para um processo de desresponsabilização do estado com esse nível de ensino ao se reduzirem as verbas públicas para o financiamento e estimular o seu empresariamento. A afirmação, nesse período, do discurso da educação, como um *bem público,* do papel das instituições privadas e para o financiamento privado das instituições públicas, esmaecendo os limites entre o público e o privado.

Oliveira (2000), ao estudar o cenário da educação superior brasileira nos anos 1990, verificou que a reorganização da educação superior e das universidades seguiram uma orientação política que se subordinava às regras do mercado mediante a competitividade por autofinanciamento. Essa orientação alternava sua identidade e papel institucional e por uma racionalidade técnica que levava a uma especialização das IES em áreas de competência que visavam à potencialização dos recursos para alcançar maior eficiência e competitividade. As questões sobre a diversificação das fontes de funcionamento, o apelo da vocação e do atendimento das demandas locais e regionais pelas IES, a visão economicista/produtivista e a racionalização técnica são tendências que permanecem nas atuais políticas para a educação de reforma do estado e da introdução do público não-estatal pelo governo FHC. Vale dizer que as universidades públicas federais não foram transformadas em entidades de direito privado como objetivou a reforma, bem como os servidores (professores e funcionários técnico-administrativos) continuam sendo regidos pelo regime estatutário e as instituições conservam o financiamento público ofertando cursos gratuitos de graduação e pós-graduação stricto-sensu.

Corbucci (2004, p. 681) assinala que o Plano Plurianual do governo FHC referente ao período 1996-1999 destacou duas premissas básicas para orientar as ações da educação superior:

> Contribuição do setor para a melhoria da qualidade do ensino; formação de recursos humanos qualificados para a modernização do país. Além da preocupação com a necessidade de se criar um sistema de avaliação de qualidade do ensino ofertado, sobretudo o da esfera provada.

O Documento também reconhecia a posição do Brasil em relação aos outros países do quesito de Ciência & Tecnologia e defendia que o país deveria preparar-se para a abertura da economia e a sua inserção no processo de globalização. Porém, a:

> Despeito dessas diretrizes políticas integrantes dos discursos oficiais, os dispêndios do MEC com a educação superior, em especial àqueles destinados a manutenção da rede federal, foram sistematicamente contigenciados ao longo da década de 1990 (CORBUCCI, 2004, p; 681).

Oliveira (2000), ao analisar os diagnósticos realizados pelo governo FHC sobre os problemas no campo da educação superior, principalmente em relação às IFES, verificou, no âmbito da reforma, um processo de ADAPTAÇÃO/CONFORMAÇÃO que foi compreendido como um processo de metamorfose das IFES. De acordo com o autor, passou-se a exigir de cada uma dessas instituições:

> a)definir a natureza/entidade e *missão* básica que possui no cenário acadêmico; b) definir as reais vocações e potencialidades específicas; c) contribuir decisivamente para o desenvolvimento do Estado e da região em que se insere; d) expandir as vagas; sobretudo no período noturno, sem ampliar o quadro de docentes e técnico-administrativos, objetivando aumentar a relação professor/aluno; e) otimizar a utilização das instalações físicas e dos equipamentos bem como das habilidades docentes; f) diminuir as taxas de reprovação e evasão; g) reduzir os recursos destinados à residência estudantil, restaurantes, bolsas e subsídios; h) flexibilizar o ensino, os cursos, os currículos e os programas de estudo; i) melhorar a qualidade do ensino oferecido; j) adequar os cursos de formação e os serviços às demandas do mercado e trabalho, l) aperfeiçoar mecanismos de produtividade; n)buscar alternativas de financiamento; o) flexibilizar a política de pessoal docente e técnico-administrativo; p) qualificar e titular docentes e servidores; q) integrar pós-graduação/graduação; s) ampliar a produção e capacidade científica instalada; t) desenvolver processos de inovação tecnológica de produção e difusão da ciência e da cultura; u) exercer *ampla autonomia* (OLIVEIRA, 2000, p. 75 - grifado no original).

Oliveira (2000, p.76) ainda ressalta que,

> Dificilmente, uma universidade conseguirá fazer tudo isso, cumprir toda essa extensa agenda [...] Espera-se que cada instituição redefina sua identidade com base no investimento estratégico em uma área específica, entendida como vocacional. A *multiversidade* de tarefas e ações reservam-se as instituições de excelência. Por isso, definir vocação e otimizar as potencialidades existentes implica em assumir, quase sempre, como objetivos e metas, alguns dos itens apontados em detrimentos se outros.

Em outro recorte, Gomes (2008) chama a atenção para as semelhanças entre os governos do FHC (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2008) em relação à elaboração dos diagnósticos oficiais sobre a situação da educação superior, que, em linhas gerais, traçaram o seguinte cenário: quantitativo reduzindo o número de matrículas; pequena proporção da relação professor/aluno; baixa qualidade dos cursos de graduação; necessidade de uma nova regulamentação para a autonomia universitária, principalmente no quesito financeiro das IFES, dentre outros. Porém, para o autor, a forma como os dois governos atuaram sobre os problemas enfrentados pela educação superior, principalmente em relação à expansão de vagas, foi diferente.

Na sua análise, a expansão da educação superior no governo FHC ocorreu mediante a expansão de IES privadas, quando esse nível de ensino foi tratado como uma mercadoria a ser conquistada pelo consumidor, o fomento da competitividade pelas IES pela via da avaliação, o drástico corte no financeiro da IFES. Já no governo Lula, a expansão foi tratada, inicialmente, a partir do ProUni, das políticas de cotas, da criação de novas IFES e da instalação de campus principalmente em cidades de médio porte. Ainda para o autor, esse tema passa pela configuração discursiva da:

> Democratização e da justiça social, fundado de redistribuição indireta da renda, no sendo de que a expansão da educação superior passa necessariamente pela incorporação de setores tradicionalmente excluídos da educação superior: a população estudantil de baixa renda proveniente das escolas públicas, no que se inclui a população negra e grupos étnico-raciais (GOMES, 2008, p. 30).

Analisando o período FHC (1995-2002), Ristoff (2003), tendo como parâmetro as fontes financiadas das IFES, afirma que coexistem três tipos de universidades nos campus destas instituições que revelam uma crise de identidade. São elas: universidades do MEC, que é uma instituição de ensino da graduação, com salas de aula antigas, laboratórios e bibliotecas desatualizadas, muitas aulas ministradas por professores substitutos e por estagiários e os professores vivendo basicamente dos proventos recebidos do MEC, Universidade da Capes e do CNPq, que têm como foco os mestrados e doutorados, as bolsas de produtividade em pesquisa, os laboratórios, as bolsas de pós-doutorado, os estudos avançados, os projetos de extensão e consultorias, possibilitando aos professores complementar seu salário com as bolsas do CNPq; Universidade das fundações de Apoio, que utilizam-se das fundações para multiplicar as especializações, os mestrados fora de sede, os cursos a distância, as consultorias, as prestações de serviços, todos remunerados e

para complementar os salários dos professores por meio desses programas. Nessa perspectiva, o autor conclui que essas

> Três universidades, embora residam no mesmo *campus*, vivem em mundos totalmente distintos. A primeira imagina-se pública, grande e gratuita, a segunda imagina-se de elite, pequena e catedrática; a terceira só penso no próprio umbigo e usa o público para tornar-se cada vez mais privada e lucrativa [...]. O que ocorre nas universidades federais observa-se também em muitas universidades estaduais e, especialmente nas grandes universidades estaduais paulistas, como a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade de Campinas (Unicamp) (RISTOFF, 2003, p. 140).

A crise de identidade das IFES, para Ristoff (2003), é apenas faceta de uma crise maior, que definiu como a crise de elitismo, a crise de modelo e a crise financeira, pela qual passa o sistema universitário nacional público como um todo e que, na realidade, se expressa no plano político.

Em dezembro de 1996 foi promulgada a Lei n. 9.394, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que possibilitou um novo ordenamento jurídico para a educação brasileira e introduziu inúmeras modificações no campo da educação superior. Dentre elas, deve-se ressaltar: a educação superior ocorrerá em instituições de ensino superior públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização (art 45); a distinção entre as IES públicas, IES privadas sem fins lucrativos e IES privadas com fins lucrativos (Decreto n. 2.306/97); a diversificação das IES ao mudar sua organização acadêmica para: universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas supervisores (Decreto n. 2.306/97, art 4). Também o parágrafo único do Artigo 52 da LDB propiciou nova possibilidade da caracterização para as universidades: “é facultada a criação de universidades especializadas por campo de saber”.

Esse novo tipo de IES introduz uma modificação substantiva em relação à natureza e identidade das universidades tradicionais. No entanto, antecedente a essa nova configuração para as universidades, no final governo Itamar Franco (1994), já tinha sido publicada a transformação da Faculdade Paulista de Medicina em Universidade Federal de São Paulo, quase dois anos antes da publicação da LDB, portanto. Quanto aos centros universitários, foram criados com objetivo de se constituírem em instituições de ensino pluricurriculares, abrangendo uma ou mais áreas do conhecimento, caracterizando-se pela excelência de ensino, ganhando autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede,

cursos e programas de educação superior, além de outras atribuições o autor chama a atenção de que

> Quase autônomos, os detentores de quase toda autonomia universitária, os centros universitários ocupam o lugar, no discurso reformista oficial, da universidade de ensino, definida por oposição à universidade de pesquisa, esta sim, a universidade plenamente constituída (CUNHA, 2003, p.54).

A nova organização das IES tende, por meio da sua diversificação, a romper com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, uma vez que se exige somente das instituições universitárias essa articulação, demonstra que a

> Assegmentação do campo do ensino superior, marcado que era pelas dicotomias público x privado e universidade x faculdade, tendo a diferenciar-se ainda mais pelo surgimento dos centros universitários dotados de autonomia e das universidades especializadas. Se esse processo de ressegmentação persistir conforme os padrões estabelecidos, é provável que o número de instituições reconhecidas pelo Estado como universidade diminua sensivelmente, ao passo que deve aumentar, mais do que proporcionalmente, o número das instituições reconhecidas como centros universitários (CUNHA, 2000, p. 196).

Vale ressaltar que a LDB introduziu também um novo tipo de curso, os chamados cursos sequenciais, por campo de saber, por diferentes níveis de abrangência (art. 44, parágrafo 1º). Sua criação visava ser uma alternativa aos tradicionais cursos de graduação, promovendo a flexibilidade e a sintonia com as demandas do mercado de trabalho.

Em 1995, foi criado pela Lei n. 9.131 o Exame Nacional de Cursos (ENC) e a avaliação das condições de oferta dos cursos de graduação (infraestrutura, currículo acadêmico, qualificação docente, dentre outros), pelo Decreto n. 2.026/96. Dentre as inúmeras críticas que esse sistema de avaliação sofreu, havia uma que contestava:

> Prova [que] não media o aporte do curso para os alunos, sua forma de apresentação das médias e [o fato de que o] *ranking* que se estabelecia entre os cursos de cada área prestava-se muita contestação. [..] A forma como imprensa explorava os resultados desse ranking de cursos e instituições colocou o “Provão” sob forte suspeita de mais servir ao interesse oficial de demonstrar controle sobre o sistema do que efetivamente avaliá-lo e regulá-lo. O fato é que, após seis anos de aplicação [...] não houve suspensão ou impedimento de funcionamento de nenhum curso ou instituição (SGUISSARDI, 2009, p. 1032).

Em 1998, foi criado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Um dos objetivos

iniciais desse exame era o de propiciar aos empregadores potenciais indicadores intelectuais dos jovens concluintes do ensino médio, candidatos ao mercado de trabalho, índice que poderia ser aproveitado pelas IES para a seleção de ingresso no curso superior. Desde o início, as IES privadas tenderam a adotar o ENEM, integralmente ou em parte, no processo seletivo. As universidades públicas tiveram grande resistência na sua utilização durante os dois primeiros mandatos do governo FHC. No governo Lula da Silva, esse exame começou a ser mais utilizado como critério de seleção e cobrado via programa do Prouni.

Sguissardi (2009) chama a atenção para o Decreto n. 2.306/1997 que reconheceu a educação superior como um bem de serviço comerciável, ou seja, um objeto de lucro ou acumulação. O autor explica que esse decreto constituiu-se em uma norma única no mundo jurídico educacional e que, inclusive, antecipou a discussão no AGCD e OMC sobre a desregulamentação dos serviços educacionais, dentre eles, a educação superior, como mercadoria. O autor também ressalta que apesar desse decreto ter sido revogado pelos Decreto 3.860/2001 e Decreto – Ponte 5.773/2006, seu conteúdo ainda continua válido.

No governo de FHC (1995-2002), também foram introduzidas outras medidas de reestruturação/modernização para a educação superior e para as universidades públicas: a)Lei n. 9.678/98, que institui a gratificação de estímulo a docência no magistério superior das IFES, em que os valores de gratificação serão adequados à pontuação concedida aos docentes em exercício, b) Lei n. 10.260/2001, que dispões sobre o Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (FIES), que possibilita indiretamente a alocação de verbas públicas para as instituições privadas com avaliação positiva, buscando assegurar o preenchimento de parte das vagas do setor privado; c) Lei n. 10.168/2000, que estabelece o Programa de Estímulo à Interação Universidade – Empresa para o Apoio à Inovação a partir de parcerias entre universidades, centros de pesquisas e setor privado; d) Lei n. 10.172/2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação, com vários vetos que explicitam a transferência de responsabilidades do poder público para a sociedade no financiamento da educação.

O processo de reforma da educação superior na década de 1990 orientou-se por um perfil pragmático que implicou alterações na concepção e organização desse nível de ensino. Essas alterações se deram mediante a mudanças na legislação educacional, ao se

relegar a segundo plano o setor público, na diversificação das fontes de financiamento e nas políticas de diferenciação institucional.

De acordo com Lima, Azevedo e Catani (2008), as reformas implantadas pelas políticas públicas no Brasil são influenciadas por modelos estrangeiros e relatórios teóricos.

Por exemplo, a reforma universitária de 1968 foi influenciada pelo modelo departamental da universidade norteamericana, as reformas para educação superior na década de 1990 tiveram como parâmetro teórico o liberalismo ortodoxo do Banco Mundial e nas primeiras décadas do século XXI, o processo de Bolonha vem-se constituindo em ponto de referência.

A reforma em curso para a educação superior brasileira, propõem oferecer qualidade de ensino público e com condições que é um direito de todo população. A formação de profissionais de alta qualidade é uma obrigação indispensável para o desenvolvimento da sociedade brasileira com redução da exclusão social.

Segundo Castro Filho (2002, p.35):

> A educação superior no Brasil está seguindo os princípios instituídos na Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI (tal declaração foi promulgada em decorrência da Conferência mundial de educação superior, cujos participantes reuniram-se na sede da UNESCO, em Paris, de 5 a 9 de outubro de 1998), e a autonomia, juntamente com a imunidade aos impostos que, para as instituições públicas, obedece ao disposto no artigo 150, inciso VI, alínea a e para as instituições privadas sem fins lucrativos, obedece ao disposto no artigo 150, inciso VI, alínea c, são instrumentos legítimos e eficazes para a diminuição das desigualdades sociais, proporcionando liberdade e aumentando as chances para os indivíduos.

Ao que tudo indica, o país despertou para o fato de que é inconcebível pensar em progresso, sem que haja melhorias na área educacional.

Miranda (*apud* Ricken, 1981, p.43), observa a influência da economia na expansão do ensino superior ao relatar que o mesmo é visto sob um ponto de vista individual, “como um investimento no indivíduo, visando a formação de um capital humano cuja acumulação resulta em aumento de produtividade individual, no desempenho de tarefas mais complexas, o que redunda em maiores salários”. Destaca, também, que o ensino superior exerce claramente um papel econômico ao contribuir para o crescimento da economia, à medida que influencia o aumento da produtividade individual e da produtividade agregada. Afirma, ainda, sob o ponto de vista econômico, que o ensino

superior constitui-se como um importante mecanismo para distribuição da renda nacional per capita.

O ensino superior público, do Brasil, que ao longo de décadas se supunha ter conseguido certa homogeneidade nos procedimentos, deixa-se ver hoje em sua enorme heterogeneidade entre e intrauniversitária. Na área privada, não existem apenas unidades isoladas oferecendo precários cursos a uma clientela que não pode pagar, mas complexos universitários que pagam melhor que o setor público, atraindo professores com elevada qualificação e capacidade de pesquisa e atendendo a uma clientela proveniente de camadas sociais elevadas. Por outro lado, se antes era condenada a presença de grande número de professores e alunos de tempo parcial, encontráveis principalmente no setor privado, eles passam hoje a receber uma importância antes não reconhecida.

A crítica feita à baixa qualidade do ensino superior de massas não tem o passado recente como referência e sequer o conjunto do restrito sistema vigente até os anos 60; precisa deslocar-se para a comparação com setores do sistema que formam as elites. E também estas são hoje educadas num patamar muito acima dos que vigoravam há 30 anos; a baixa qualidade de hoje talvez possa ser comparada com a alta qualidade de ontem.

De acordo com Paiva; Warde (1994, p.35): “estamos, neste final do século, diante de forte movimento contrário ao credencialismo e ao cartorialismo”. Portanto, os diplomas são relativamente declinados, cada um é convocado a divulgar o que verdadeiramente pode fazer e as universidades a confirmar, por meio de seus egressos, a qualidade do entendimento que são aptas a oferecer.

Como assinala o mestre Teixeira (1998, p.164): “a história da idéia de universidade no Brasil revela uma singular resistência do país a aceitá-la”. Primeiro, a Coroa negou-a aos jesuítas; depois, durante o Império e a República Velha, apesar dos muitos projetos e do grande entusiasmo, a ideia jamais se efetivou.

O governo de Lula demonstrou em relação às políticas educacionais e particularmente em relação às políticas de educação superior, elementos de continuidade e ao mesmo tempo de alterações no que tange a modernização conservadora implementada no governo FHC. Verifica-se o embate de projetos distintos de universidade, no qual se discute: o papel e a relevância das universidades, parcerias público-privadas, inovação tecnológica, novas diretrizes curriculares para graduação; avaliação e qualidade de cursos

programas de graduação e pós-graduação, fontes de financiamento, gestão estratégica, dentre outros.

É preciso lembrar que o processo de reforma no governo de FHC (1995-2002) promoveu alterações na concepção e organização na educação superior ao introduzir mudanças na legislação educacional, redução drástica de recursos para universidades públicas, incentivo à diversificação das fontes de financiamento, redução da autonomia universitária, incentivo à diferenciação institucional com ênfase no ensino, expansão do acesso ao nível superior de ensino, sobretudo via IES privadas, incentivo às parcerias entre a universidade e a indústria, implantação de sistema de avaliação baseado no "Provão", que promoveu os rankings institucionais e por curso, certa facilitação nos processos de autorização e credenciamento de instituições e reconhecimento de cursos, expansão de cursos por meio da EaD.

Em certa medida, o diagnóstico apresentado no governo FHC foi semelhante ao do governo Lula no que tange ao papel das IFES, uma vez que estas deveriam contribuir para o desenvolvimento da região onde estão inseridas, expandir suas vagas, aumentar a relação professor/aluno, diminuir as taxas de evasão e reprovação, flexibilizar os currículos dos cursos e programas, adequar os cursos e os serviços às demandas existentes, aperfeiçoar os mecanismos de avaliação, qualificar mais a gestão e ampliar os indicadores de produtividade.

Após instalação da primeira universidade brasileira, pouco avançamos para mudar a visão retrógrada da educação superior. Ao longo de tanto tempo, não encontramos na prática políticas que justifiquem espelhar mutações tais que trouxessem benefícios aos estudantes brasileiros. Ao contrário, continua-se batendo na mesma tecla, caminhando de cabeça baixa, sem a coragem necessária para fazer as reformas urgentes que precisamos.

Continua-se assim, privilegiando a quem não precisa, em detrimento aos de menor poder aquisitivo. No Brasil, há uma preocupação generalizada dos legisladores em elaborar leis demasiadamente abrangentes, quase perfeitas. A começar pela Constituição Brasileira, contestada a quatro ventos pela sociedade, não pelo seu teor técnico, mas pela sua aplicabilidade, longe dos anseios dos seguimentos da área civil, poderes públicos e, principalmente, do judiciário, com interpretações errôneas, num vai e vem incompreensível de nossos juristas. As reformas seguintes se intensificaram, surgindo os

cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado e, logicamente a diversificação do conhecimento gerou uma série de questionamentos ao sistema.

O momento de hoje faz com que se lembre muito daquela época, com o acesso às universidades públicas apenas para os estudantes de maior poder aquisitivo. Com raras exceções. Quem consegue adentrar na universidade pública? Alunos advindos de escolas particulares, que pagaram caro para fazer o segundo grau numa escola elitizada, pagaram mais caro ainda para cursar um pré-vestibular da capital e por isso, detêm conhecimentos suficientes para obterem resultados no vestibular.

Após o exposto, entende-se que o melhor método de transmissão de conhecimento consiste na formação de alunos altamente qualificados que sejam capazes de assumir papéis de liderança no mercado de trabalho. O ensino passou a ganhar o destaque que merece ter em qualquer nação desenvolvida e o ensino superior, em particular, vem se tornando, a cada dia, uma condição mínima de dignidade para que a pessoa humana seja reconhecida enquanto cidadã.

O que se procurou mostrar, ao longo deste texto, foi que existe um caminho razoavelmente claro e possível de ser trilhado pela educação superior brasileira nas próximas décadas, que pode melhorar sua qualidade, ampliar seu atendimento e fazer com que ela desempenhe melhor os papéis que a sociedade espera. O resultado das transformações aqui propostas seriam uma nova realidade com a cara do Brasil, naquilo que o país tem de mais marcante: grande, complexo, contraditório, flexível, desigual, dinâmico, criativo e progressista.

CAPÍTULO II
PROCESSO DE EXPANSÃO DA UFMS

2.1 Implantação da UFMS

Este capítulo[2] busca tratar da expansão e caracterização dos movimentos dos novos campus e cursos da educação superior, observando a relação entre políticas de expansão e sustentabilidade do ensino superior em Mato Grosso do Sul. Iniciamos fazendo uma reflexão sobre o processo de implantação e expansão de campus e cursos da UFMS, passando pela caracterização dos novos campus e cursos criados durante o terceiro movimento de expansão da instituição.

De acordo com Franco e Serra (2009), a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), teve sua origem em 1962, com a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Campo Grande, na cidade de Campo Grande, que seria o embrião do ensino superior público no sul do então estado de Mato Grosso.

[2] O capítulo II foi construído baseado em informações obtidas no site oficial da UFMS, em trabalhos que pesquisam a UFMS na busca de compreender a sua implantação e expansão no estado e no projeto de reestruturação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

FIGURA 1 – Mapa com localização dos campus da UFMS no estado de MS.

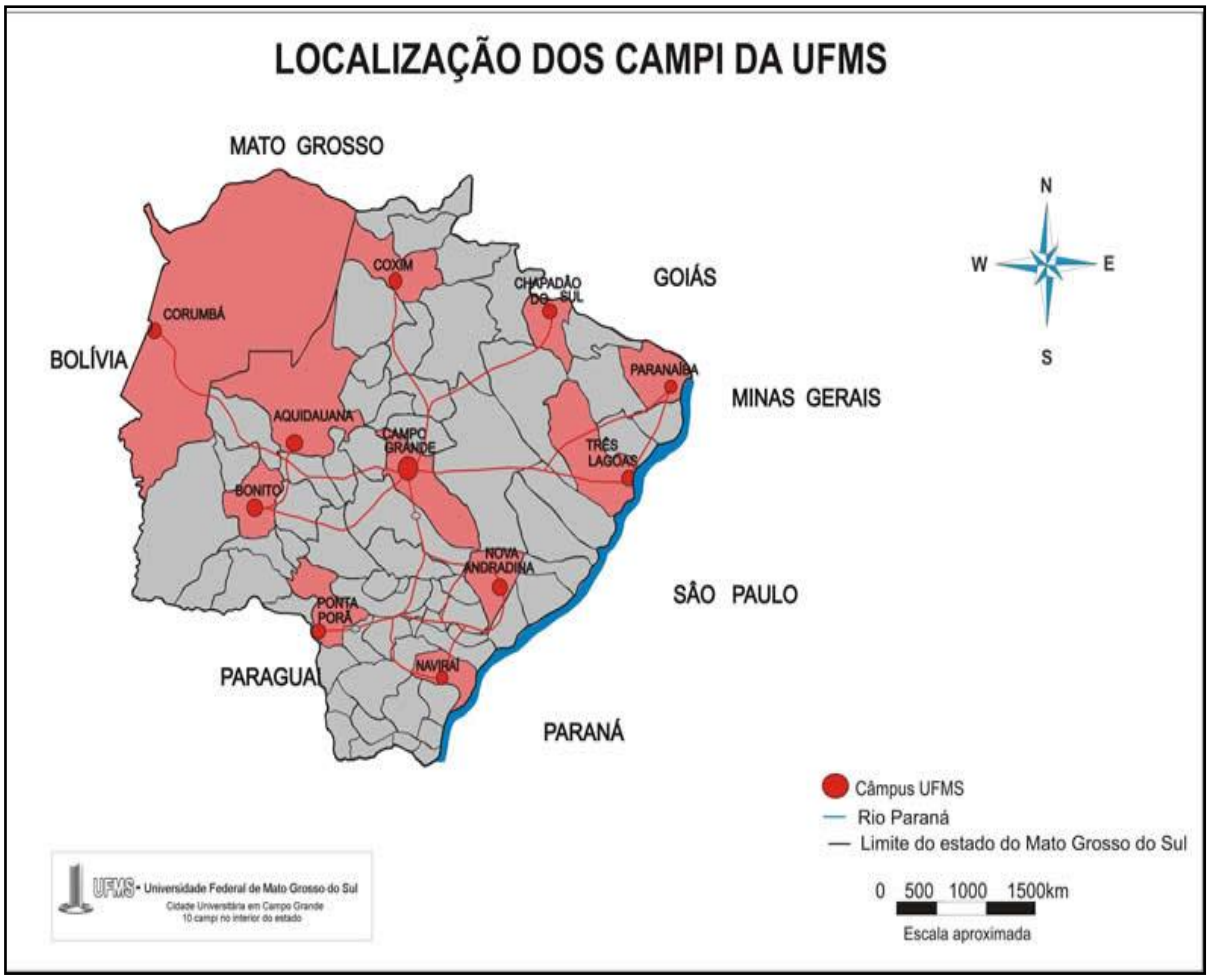

Figura 1- O mapa acima,demonstra o estado de Mato Grosso do Sul e suas fronteiras com outros estados brasileiros: Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato grosso e também faz fronteira com dois países, o Paraguai e a Bolívia. Está ilustrando os municípios em que a UFMS está localizada, neste mapa, podemos perceber que a UFMS além do Campus de Campo Grande onde está localizada a reitoria, ainda conta com mais dez campus. Destes utilizaremos como fonte de pesquisa, os campus localizados no município de Ponta Porã, que faz fronteira seca com o Paraguai e está a 400km da capital do estado e Nova Andradina, localizada no vale do Ivinhema a pouco mais de 300km de Campo Grande. Fonte: https://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=wl-22/08/2013.

Em 26 de julho de1966, pela Lei Estadual nº 2.620, esses cursos foram perdidos devido à criação do Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande (ICBCG), que a partir de então reformulou a estrutura anterior, fundou departamentos e criou o curso de Medicina. Em 1967 o Governo do ainda estado de Mato Grosso, inaugurou em Corumbá o Instituto Superior de Pedagogia e em Três Lagoas o Instituto de Ciências Humanas e Letras, ampliando assim a rede pública estadual de ensino superior, onde se utilizando da Lei Estadual nº 2.947, de 16.09.1969 integrou os Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas construindo assim a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT). No ano

seguinte 1970 foram criados mais dois Centros Pedagógicos incorporados a UEMT o de Aquidauana e Dourados. (UFMS, 2012).

De acordo com Franco e Serra (2009), com a criação da Lei nº 6.674, de 5 de julho de 1979, após a divisão dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a Universidade também foi separada, onde a do estado de Mato Grosso passou a se chamar Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e a universidade do estado de Mato Grosso do Sul passou a se chamar Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, atualmente a (UFMS) e sua sede situada em Campo Grande, capital do estado.

Podemos constatar que, além das unidades da sede em Campo Grande/MS a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), também possui campus em outros dez municípios do estado: Ponta Porã, Aquidauana, Bonito, Corumbá, Coxim, Chapadão do Sul, Paranaíba, Três Lagoas, Nova Andradina e Naviraí. “Em alguns a UFMS possui além de cursos de graduação, cursos de pós-graduação Lato e Strito Sensu, de Doutorado e também cursos de graduação à distância” (UFMS, 2012).

Outro campus que fez parte da história da UFMS e que não poderíamos deixar mencionar é o de Dourados, que (UFMS, 2012) teve como data de inauguração 20 de dezembro de 1970, o campus iniciaria suas atividades com o curso de agronomia que começou a funcionar em 1971, mas com oferta para vagas em seu primeiro vestibular nos cursos de Letras e Estudos Sociais que tiveram o início das aulas em abril com dez professores. É com a Lei Nº 11.153, de 29 de Julho de 2005 que a UFMS campus de Dourados passa a ser a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), onde o Presidente da República no Art. 1º autorizada o desmembramento, a universidades continuam de natureza pública, vinculadas ao Ministério da Educação, com sede e foro no Município de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul. (UFGD, 2012). Após o desmembramento a UFMS mantém sua sede em Campo Grande, contando com outros dez campus no estado de Mato Grosso Sul, que hoje contemplam a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. (UFMS, 2012).

2.2 Expansão da UFMS

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul a UFMS, em sua sede em Campo Grande, conforme as informações disponíveis pela universidade, possui oito unidades setoriais: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), Centro de Ciências Exatas e

Tecnologia (CCET), Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS), Faculdade de Computação (Facom), Faculdade de Direito (Fadir), Faculdade de Medicina (Famed), Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (Famez) e Faculdade de Odontologia (Faodo) e também possui mais dez campus no interior do estado que foram implantados em três movimentos de expansão, sendo o terceiro o período estipulado para a pesquisa do presente trabalho.

O terceiro período de movimentação e expansão da UFMS se constitui partindo do REUNI, que visa a implantação do ensino superior gratuito e de qualidade para toda a população do interior. O REUNI foi instituído pelo governo federal por meio do Decreto nº. 6.096, de 24 de abril de 2007, e tem como um dos seus objetivos "dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior".

A estrutura física da UFMS, de acordo com o que nos é apontado no site oficial da instituição, possui, também, alguns núcleos prestadores de serviços à comunidade, entre eles está o Hospital Universitário, o núcleo de informática, as unidades como a Base de Estudos do Pantanal, o Hospital Veterinário, a Fazenda Escola, as piscinas, as quadras, os ginásios, o Estádio Pedro Pedrossian e o Teatro Glauce Rocha.

Tais complexos visam apoiar e ampliar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, tripé da educação que é uma das exigências do MEC e SINAES para a implantação de universidades e de centros de ensino superior.

Atualmente, a UFMS oferece cento e dois cursos de graduação (noventa e quatro presenciais e oito a distância), abrangendo cento e quatorze modalidades e/ou habilitações e trinta cursos de pós-graduação, sendo vinte e dois de mestrado e oito de doutorado, além da Residência Médica e Residência Integrada Multiprofissional em Saúde. Conta em seu quadro de recursos humanos com um corpo docente composto por novecentos e quarenta e oito docentes e mil setecentos e setenta e nove servidores técnico-administrativos em educação. (UFMS, 2012).

Em sua trajetória, a instituição afirma por meio de sua história e projetos, buscar a consolidação, seu compromisso social com a comunidade sul-mato-grossense, gerando conhecimentos voltados à necessidade regional, como preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Relata que evidenciou a necessidade de expandir a formação profissional no contexto social demográfico e político sul-mato-grossense.

Aponta a preocupação com a formação de recursos humanos para a saúde o que afirma caracterização do início de sua história.

Além dos cursos de graduação, a UFMS oferece também cursos de pós-graduação, sendo de ordem de especialização, mestrado e doutorado, estes cursos de especialização, de acordo com site oficial da instituição, não são oferecidos em todos os campus. Atualmente a UFMS conta com dez campus no interior do estado e a sede na capital do estado, a cidade de Campo Grande.

A UFMS afirma por meio de seus documentos como PPP, avaliações institucionais e ainda alguns relatos de dirigentes que atualmente está estruturada em um área de mais de 500 km e que seus campus e cursos atingem cerca de 100 municípios, buscando oferecer dentre eles os mais variados cursos de graduação em áreas de licenciatura e bacharelado. A universidade conta ainda com campus em Corumbá, onde defendem a ideia de que o Pantanal é um dos ambientes mais importantes para a realização de estudos e pesquisas, desde 1987 mantém projetos em uma área doada de 21,5 hectares na Fazenda de São Bento, no município de Corumbá.

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, desde sua criação até a data da presente pesquisa, passou por três movimentos de expansão. O primeiro após a divisão do estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul em 1977 com a implantação dos Campus de Campo Grande, Corumbá, Dourados, Aquidauana e Três Lagoas. O Segundo movimento de expansão acontece durante os anos noventa, com a implantação de mais dois campus, Coxim e Paranaíba. O terceiro movimento de implantação se deu através do REUNI com os campus de Chapadão do Sul, Ponta Porã, Bonito, Naviraí e Nova Andradina, dentre este terceiro movimento estão os dois campus nos quais desenvolvemos a pesquisa e que apontam sinais de que o quarto movimento de expansão acontecerá por meio de abertura de novos cursos em campus que possuem menos de três cursos, isso para que não se tornem extensão do Campus de Campo Grande, movimento que falaremos mais claramente na capítulo a seguir.

É possível organizarmos a expansão[3] da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul de maneira cronológica em que foram implantados os campus e quais os cursos fazem parte desta implantação. A tabela abaixo mostra os movimentos mais importantes da

[3] As informações sobre a ordem cronológica de implantação dos cursos e campus, foram obtidas por meio do projeto de reestruturação e expansão da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

expansão da UFMS e os cursos que iniciaram as atividades no ano de implantação em Mato Grosso do Sul.

FIGURA 2 – Quadro cronológico de implantação dos campus.

Ano de Implantação	**Campus**	**Cursos**
1962	Campo Grande	Farmácia e Odontologia
1966	Campo Grande	(instituto de Ciências Biológicas) Medicina
1967	Corumbá	Pedagogia
1967	Três Lagoas	Ciências Humanas e Letras
1970	Aquidauana	Letras, Ciências Físicas e Biológicas e Estudos Sociais
1970	Dourados	Letras e Estudos Sociais
2001	Coxim	História e Letras
2001	Paranaíba	Matemática e Administração
2006	Chapadão do Sul	Agronomia
2006	Nova Andradina	História e Geografia
2006	Campo Grande	Medicina, Medicina Veterinária, Zootecnia e Odontologia
2009	Bonito	Administração, Turismo e Meio Ambiente
2009	Naviraí	Ciências Sociais e Pedagogia
2009	Ponta Porã	Sistemas de Informação, Ciências da Computação e Matemática
2009	Campo Grande	Computação e Direito

Quadro 1 – Demonstrativo cronológico de implantação da UFMS. O quadro acima faz uma cronologia das datas em que cada campus foi implantado e quais cursos iniciaram suas atividades na inauguração dos campus. O Campus de Dourados, atualmente, não faz mais parte de UFMS, atualmente o município de Dourados conta com as atividades acadêmicas do Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Fonte: Projeto de reestruturação UFMS, 2008 a 2012.

O quando nos permite perceber com facilidade que a UFMS passou três movimentos importantes de expansão desde sua criação em 1962 realizando implantações até a década de 1970, mas após sua criação passa por um período de três décadas de movimentações, até que em 2001 implantam os Campus de Coxim e Paranaíba. Após este primeiro

movimento de expansão, em 2006 a universidade registra outro movimento de expansão e implantação de campus com o Campus de Chapadão do Sul e Nova Andradina e até a data desta pesquisa identificamos sendo o terceiro movimento de expansão o de 2009 com a implantação dos Campus de Bonito, Naviraí e Ponta Porã e a inda com a implantação de novos cursos no Campus de Campo Grande. Vale apontar que esses dois últimos movimentos de expansão que compreendem entre 2006 e 2009 obtiveram influencias do projeto REUNI para sua expansão e reestruturação, em 2006 com novos cursos e em 2009 com a implantação de campus e cursos.

As instituições de ensino superior na rede pública começam sua expansão a partir da implantação dos Campus de Corumbá e Três Lagoas que juntamente com agregadas ao instituto de Campo Grande concretizam a UEMT e após 1977, depois da divisão dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, passam a ter a denominação de Fundação Universidade federal de Mato Grosso do Sul. (UFMS, 2012).

A UFMS ampliou sua estrutura na âmbito da pesquisa, ensino e extensão em seus campus, sua estrutura física deveria ser alterada para poder atender as necessidades da universidade, tanto na capital quanto nos campus do interior. Ocorreu também a necessidade de ampliação do hospital universitário com novos serviços a serem oferecidos, observando também a necessidade da construção de novos laboratórios e departamentos. Frente às questões de pesquisa, ensino e extensão, a UFMS afirma ter aprovação de oito novos cursos de mestrado e conta atualmente com vinte e seis cursos de mestrado e oito de doutorado ativos.

De acordo com a UFMS (2012), a universidade visando a melhoria da qualidade de ensino, aumento do número de vagas em cursos já existentes e implantação de novos cursos e campus, buscou apoio ao REUNI, e com essa parceria conseguiu com a reestruturação e interiorização do ensino superior implantar mais três campus: o de Bonito, Ponta Porã e Naviraí, além de reestruturar outros campus do interior do estado.

Afirma ainda que:

> A UFMS tem por meta ampliar o número de cursos noturnos com vistas a oportunizar o acesso àqueles que ocupam atividades laborais no período diurno e possam, paralelamente, melhorar o seu nível de escolaridade e consequentemente a qualidade de vida com reflexos junto à sociedade onde se encontram inseridos. (UFMS, 2012).

Visando, com isso, melhorar a qualidade do atendimento estudantil, conseguindo reduzir o nível de evasão, aumentando o número de conclusão e também oferecer novos cursos em períodos que atendam a população em turnos opostos aos de suas atividades profissionais, conseguindo assim elevar a procura por vagas nos cursos ofertados pelas instituições do interior, levando em consideração que uma grande maioria da população enfrenta dificuldades em conciliar o trabalho ou a família à frequência e permanência nos cursos de nível superior, levando em consideração que tais cursos exigem além da frequência, o tripé de ensino, pesquisa e extensão, exigindo dedicação de sues discentes.

O REUNI causou grande impacto no programa de expansão da UFMS, em Campo Grande, de acordo com as informações obtidas pelo site oficial da instituição, foram oferecidos mais 14 novos cursos e mais de 800 novas vagas de ensino presencial.

Em Campo Grande, os centros de Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Exatas e Tecnologia, Ciências Humanas e Sociais e as Faculdades de Medicina Veterinária e Zootecnia, Odontologia e Computação, foram contempladas com novas vagas. Além disso a universidade conseguiu por meio de recursos do REUNI e de outros programas, além de ampliar sua estrutura física, melhorar as condições de uso dos prédios e equipamentos dos campus.

> A cidade Universitária recebeu milhões de reais em investimentos provenientes do Reuni. Isso tornou possível a construção de novas unidades e aquisição de equipamentos que beneficiam toda a comunidade acadêmica, atendendo as atividades de ensino, pesquisa e extensão. (UFMS, 2012).

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul demonstra por meio de suas publicações que vem desenvolvendo expansão pelo interior do estado, aponta que até 2009 contava com campus em sete municípios e que hoje possui campus em dez municípios e estes atendem a região a sua volta.

A expansão do ensino superior, por meio do REUNI, aconteceu de maneira muito rápida e ofereceu diversas possibilidades de inovação e implantação de novos cursos e campus. Esta questão, alisaremos no próximo capítulo serão os sentidos de aberturas de novos campus e cursos no interior do estado, quais condições e estrutura docente, como foram escolhidas as cidades e cursos a serem implantados e assim perceber se o projeto de reestruturação e implantação de novos cursos e vagas foi seguido ao iniciarem as implantações e escolhas para os campus do interior.

No próximo item deste capítulo, falar-se-á sobre as caracterizações dos campus que fazem parte do terceiro movimento de expansão da universidade, este período que varia em suas implantações de campus entre 2006 e 2009 e fazem parte do recorte temporal da pesquisa. Serão citados a seguir os cinco campus onde dois, o de Chapadão do Sul e Nova Andradina, passaram por reestruturações e três, Bonito, Naviraí e Ponta Porã, foram implantados. Dentre estes cinco devemos lembrar que apenas dois, Nova Andradina e Ponta Porã fazem parte como fonte da pesquisa, onde nas próximas páginas a ênfase será maior.

2.3 Caracterização dos campi implantados e reestruturados pelo REUNI: instalação de campus, cursos e vagas[4]

Campus de Ponta Porã (CPPP)

FIGURA 3 – Foto da entrada do Campus de Ponta Porã.

Figura 2 – A foto acima ilustra o Pórtico da entrada da UFMS em Ponta Porã, esta estrutura e o bloco que aparece logo após a entrada do campus, inaugurado em 2012, são as novas instalações nesta localidade, estão disponíveis dois prédios, o segundoque dispõem das salas de aula, não aparece claramente na imagem por estar atrás do prédio frontal, o qual abriga as instalações de secretaria, sala de professores, sala da direção, as salas das coordenações, biblioteca e outras instalações como banheiros e depósitos. À direita deste bloco, imagem que será mostrada nas paginas seguintes, está localizado o primeiro bloco da universidade, construído para a abertura do campus e que até o ano de 2016 está cedido em comodato para a Universidade Estadual de Mato Grosso do SUL (UEMS). Fonte: Fonte: http://cpnv.sites.ufms.br/-04/10/2012.

[4] O item 2.3 deste capítulo, usa como referência para sua construção o Projeto Pedagógico dos campus e o site oficial da UFMS, uma vez que são quase inexistentes as fontes bibliográficas sobre este tema que possibilite maiores referências para a construção do trabalho.

Os campus mais recentes fazem parte do terceiro movimento de expansão da UFMS, Chapadão do Sul e Nova Andradina foram contemplados por meio da reestruturação e abertura de novos cursos e Navirai, Ponta Porã e Bonito receberam sua implantação em 2009, esta expansão ocorreu por meio do projeto do governo federal de reestruturação e implantação de novos cursos e campus o REUNI, com a finalidade principal de oferecer ensino superior à população do interior do estado. A seguir uma caracterização de cada um deles, com a intenção de mostrar as datas de abertura, tamanho dos campus, localização, cursos disponíveis, entre outros.

FIGURA 4 – Mapa com localização do Campus em Ponta Porã

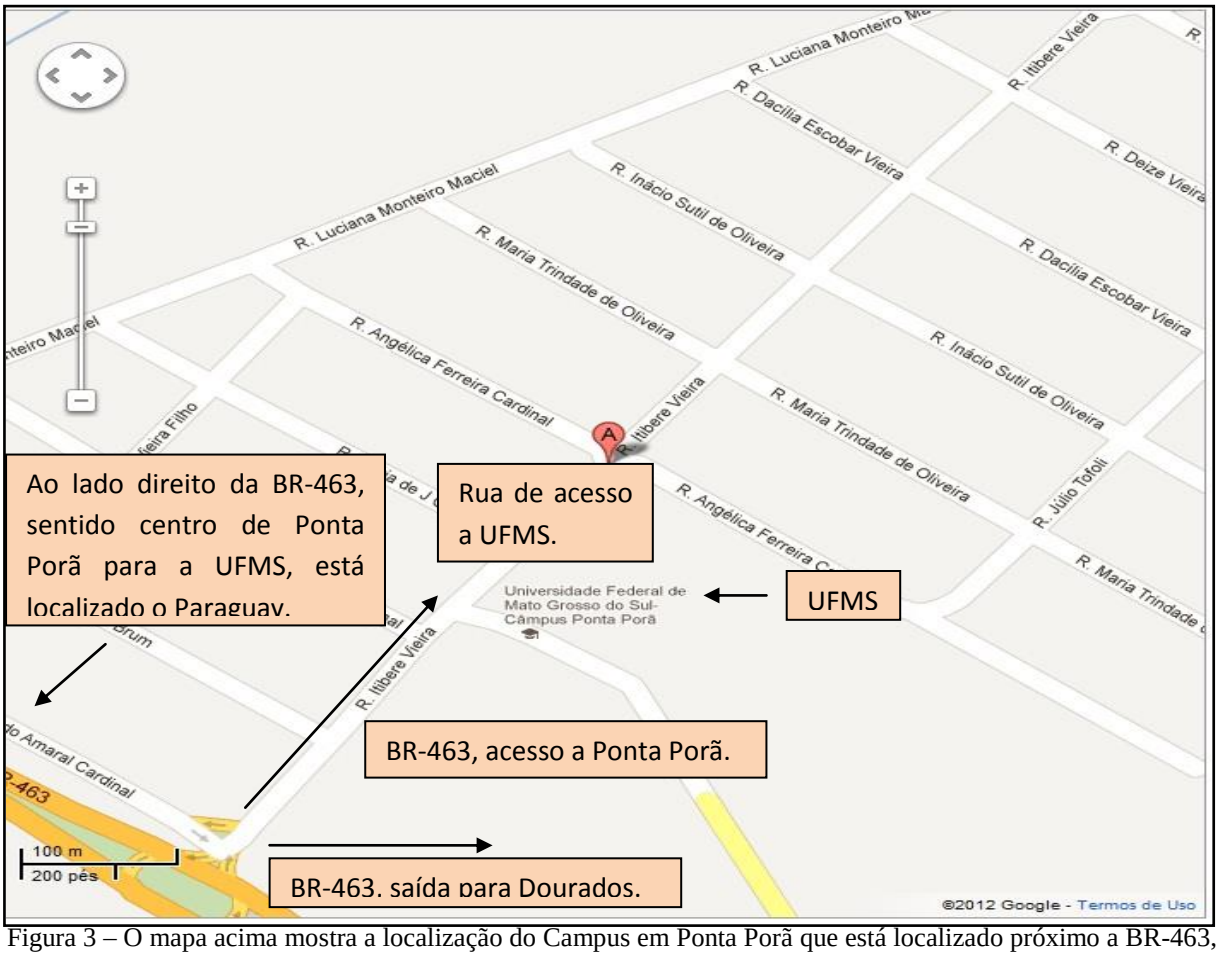

Figura 3 – O mapa acima mostra a localização do Campus em Ponta Porã que está localizado próximo a BR-463, que liga Ponta Porã a Dourados e faz fronteira seca com o Paraguay e está a 6km do centro da cidade de Ponta Porã ao qual faz parte. Fonte: https://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=wl – 12/10/2012

O Campus de Ponta Porã teve sua autorização em 2008 pela Resolução COUN nº 88 da data de outubro de 2008. O CPPP faz parte do movimento da expansão da oferta do ensino superior realizada pelo REUNI, inicialmente com a oferta em 2009 de dois cursos, Matemática – Licenciatura e Sistemas de Informação – Bacharelado e em 2010 iniciou-se

o curso de Ciências da computação – Bacharelado com oferta de 50 vagas. O campus de Ponta Porã atende, além dos acadêmicos do município, alunos de Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Fazenda Itamarati, Antonio João, Bela Vista, Caracol e Jardim, nos quais estes alunos, em grande maioria, utilizam todos os dias ônibus para chegarem ao campus. O número de vagas ofertadas por ano é 50.

O CPPP/UFMS está localizado na rua Itibiré Vieira, s/n – Residencial Julia Oliveira Cardinal, BR 463 – CEP 79907-414 distante de 4,5 do centro de Ponta Porã, saída para Dourados. A estrutura do Campus é nova, totalmente asfaltada, com acesso rápido, dispondo de rodovias duplicadas, possui um terreno de 10 hectares, com três blocos construídos, no qual o mais antigo está temporariamente cedido para o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) que oferece cursos de ensino médio técnico-profissionalizante e está localizado na UFMS até que seu prédio próprio esteja concluído, previsto para o início de 2014.

FIGURA 5 – Foto do Bloco I da UFMS em Ponta Porã.

igura 5 – A foto ilustra o bloco I da UFMS, este é o primeiro bloco instalado no Campus de Ponta Porã, está localizado à direita do bloco II, este prédio está cedido para o IFMS até que suas instalações fiquem prontas. No terceiro movimento de expansão dos cursos, este bloco acomodou também os alunos dos cursos de matemática, sistema de informação e ciências da computação, os quais contavam no início com professores voluntários até que os professores fossem empossados e chegassem ao campus. Fonte: http://cppp.sites.ufms.br/bloco-i - 04/10/2012

No Bloco I o campus conta com um auditório, sala da comissão permanente de apoio a assistência ao acadêmico – CPAC, sala da secretaria de apoio pedagógico – SAP, sala do diretório acadêmico – Dauni, sala de TI, sala dos técnicos em informática, sala de

professores, laboratório de robótica de Ponta Porã – LARPP, laboratório de ensino e pesquisa em matemática – LEPMAT e banheiros.

Pelo fato das instalações do Bloco I atualmente estarem estão sendo utilizadas pelo IFMS, as instalações que a UFMS utiliza para atender todo corpo acadêmico estão centralizadas no Bloco II, apenas algumas disciplinas estão sendo ministradas no Bloco I, devido a demanda de alunos.

FIGURA 6 – Foto com vista superior do Bloco II da UFMS em Ponta Porã.

Figura 6 – Nesta foto é possivel visualizar o segundo prédio do bloco II em vista superior, onde estão s situados as salas de aula e laboratórios. Os prédios que estão sendo inaugurados neste terceiro movimento de expansão da universidade são padronizados, desta forma a foto pode tembém nos nortear em como está estruturada a UFMS do Campus de Nova Andradina que também é fonte de pesquisa para este trabalho. O Campus de Nova Andradina conta exatamente com esta mesma estrutura, mas ainda com apenas um bloco. Fonte: http://cppp.sites.ufms.br/bloco-ii - 04/10/12.

O Bloco II foi criado em 2010 com salas e infraestrutura totalmente novas contendo em toda a sua extensão: 02 salas de aula com 83m² cada, 02 salas de aula com 77m² cada, 02 salas de aula com 55m² cada, 02 laboratórios de informática com 84m² cada, 02 banheiros com 27m² cada, 01 biblioteca com – 117m², 01 anfiteatro com – 117m², 09

salas de professores com 6m² cada, salas da SAD, SECAC, Direção, Cozinha e banheiros – 108m², cantina, sala de cópias e impressão, área de serviços e depósito – 27m², totalizando uma área de 1.756,76m² de construção, contando também com estacionamentos, área verde e quadra de esportes.

O CPPP está dividido em sua estrutura organizacional em: Direção que é a responsável pela representação do campus e é tida como a principal atribuição administrativa, os responsáveis por esta função são o diretor e a secretária. Possui a secretaria de apoio administrativo que é responsável pela administração patrimonial e financeira, parte organizacional gerencial e de gestão e processos, projetos e convênios, sob a responsabilidade da chefe administrativa e assistente administrativa. Conta também com a secretaria acadêmica que é organizada pela secretária acadêmica e é responsável pela organização, emissão de documentos e auxílio na gestão acadêmica dos cursos do CPPP. Outra secretaria é a de apoio pedagógico que é responsável pelo suporte didático-pedagógico e administrativo, seus membros ocupam a função de chefe do setor.

Os cursos possuem coordenadores próprios, o coordenador do Curso de Sistemas de Informação, a coordenadora do Curso de Matemática e o coordenador do Curso de Ciência da Computação, além dos docentes que ministram aulas nos campus em seus cursos respectivos.

Campus de Nova Andradina (CPNA)

Nova Andradina teve sua criação por meio da Resolução COUN nº 64, de 12 de Dezembro de 2005, suas aulas iniciaram por meio de uma parceria com a Prefeitura Municipal de Nova Andradina que cedeu a Escola Municipal João de Lima Paes, escola pública municipal que tornou possível o início das atividades acadêmicas no município, pois assim como a maioria dos campos da UFMS este também não estava pronto queno os cursos foram implantados e houve então a necessidade de ser realizado tal acordo com a prefeitura da cidade para a disponibilidade de salas de aula, secretarias e outras estruturas necessárias para o inicio das atividades.

FIGURA 7 - Mapa com localização da UFMS de Nova Andradina

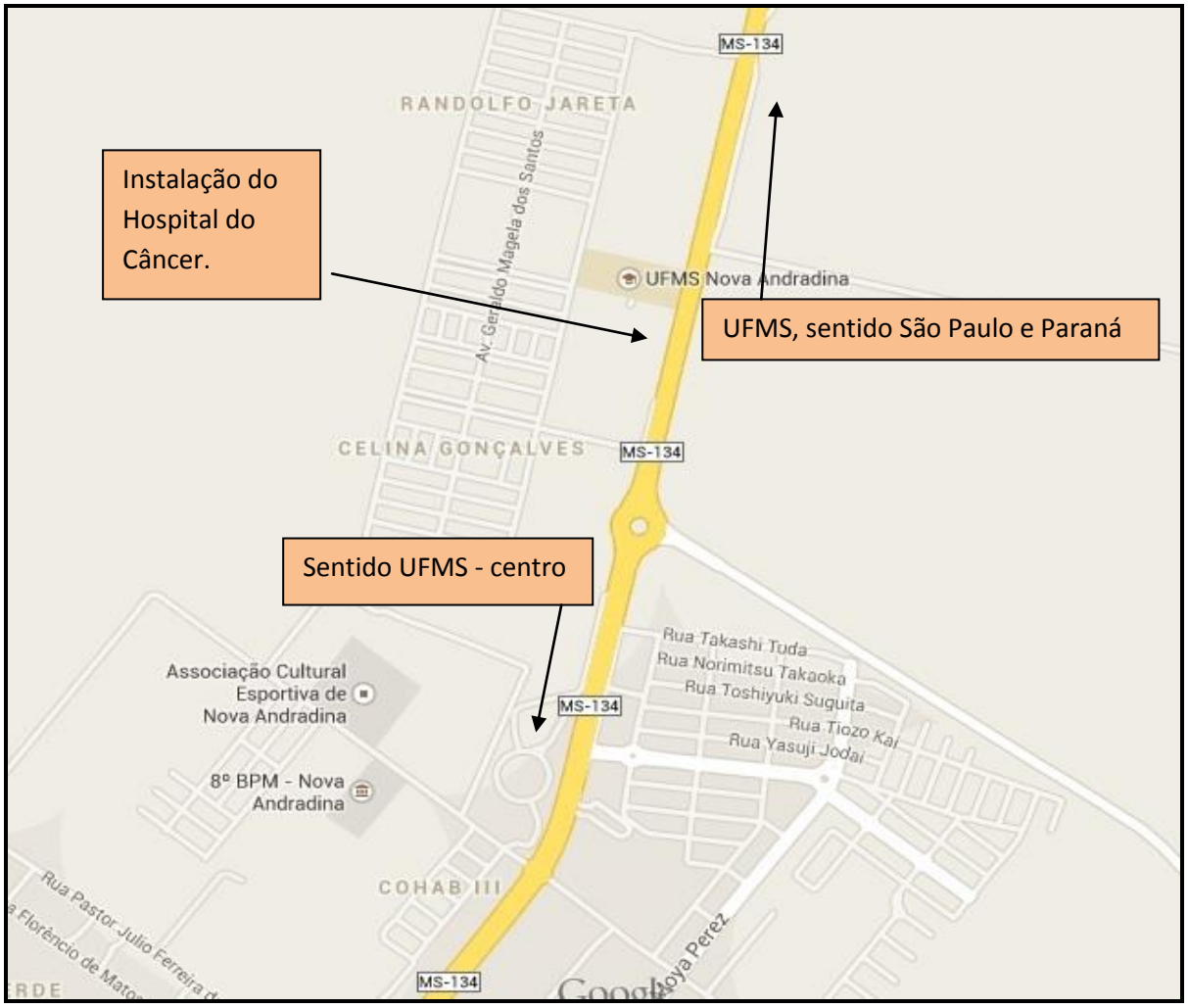

Figura 7 – O mapa acima mostra a localidade do Campus de Nova Andradina. As novas instalações foram inauguradas em outubro de 2009 e buscam atender toda a região Leste do Estado de Mato Grosso do Sul. No ano de 2003, o campus contava para atender aos três cursos oferecidos com dezessete Professores efetivos e nove técnicos administrativos para uma demanda de 211 alunos matriculados no curso de Administração, 176 alunos matriculados no curso de História e no ano de 2013, apenas 13 alunos matriculados no curso de Geografia que justificava a baixa quantidade de alunos por não estar sendo oferecidas novas vagas para o curso. O campus aponta dificuldades em sustentar os cursos de história e geografia, pensando nesta situação podemos apontar que sua localidade de certa forma, muito próxima a Dourados, que já oferece o curso de história há aproximadamente quarenta anos e que é um curso que já oferece especialização a nível de doutorado, que possui curso de história há aproximadamente quinze anos, onde ambos se deparam com uma procura que não ultrapassa um nível de dois candidatos por vaga, possa ser um dos motivos. O mesmo acontece com o curso de geografia, que é oferecido nas cidades de Dourados e Glória de Dourados e a procura por vagas é quase nenhuma. Fonte: https://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=wl – 12/10/2012

O campus ofertou neste período , os cursos de História e Geografia, ambos de Licenciatura, na modalidade presencial. Os dois cursos foram implantados no segundo semestre de 2006 e no segundo semestre de 2009 iniciou o curso de Bacharelado em Administração igualmente na modalidade presencial. Os três cursos ofereciam em média cinquenta vagas e seu ingresso era realizado por vestibular, o que hoje acontece por meio

do Sistema de Seleção Unificada (SISU), tendo notas obtidas pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

FIGURA 8 – Foto da entrada campus de Nova Andradina.

Figura 8 – A foto mostra a entrada do Campus de Nova Andradina, o Pórtico e as estrutura do bloco são padrão para todos os campus, nesta imagem ainda é possível visualizar que o campus não conta com pavimentação asfáltica após sair da BR, sua distância até o centro é de 7km. Em frente ao campus está sendo construído o Hospital do Câncer, o que está criando expectativas para os funcionários, dirigentes e discentes sobre a melhoria das condições de acesso ao campus, principalmente em relação ao transporte público. Fonte: http://cpnv.sites.ufms.br/ - 23/11/2013.

Campus de Naviraí (CPNV)

O Campus de Naviraí – CPNV foi um dos campus que por meio do acordo firmado com o MEC o REUNI teve a expansão de cursos e vagas oferecidos, no qual fazia parte das metas do acordo a instalação de mais três campus no interior de o estado de Mato Grosso do Sul. Este campus teve como data de início de suas atividades o ano letivo de 2009, no qual oferecia dois cursos de graduação, Ciências Sociais – Licenciatura que foi criado juntamente com a criação do campus em 2009, com o principal objetivo em formar professores para lecionar as disciplinas de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio nas escolas da região, no qual uma demanda e profissionais da época justificaria a abertura deste curso. São oferecidas todos os anos turmas com 60 vagas e a forma de ingresso é por meio do SISU, ENEM, movimentações internas, aproveitamento de vagas para portadores de diplomas.

FIGURA 9 – Foto do Campus de Naviraí.

Figura 9 – A foto mostra o Campus de Naviraí, este também faz parte do terceiro movimento de expansão do ensino superior em Mato Grosso do Sul. O campus possui o mesmo padrão estético e organizacional dos outros cinco que fazem parte deste movimento. Não é possível visualizar na imagem, mas o pórtico e entrada da universidade também seguem os padrões de expansão. Fonte: http://cpnv.sites.ufms.br/ - 23-11-2013

O segundo curso é o de Pedagogia – Licenciatura que foi implantado no campus também em 2009 o curso é estruturado na forma presencial com duração mínima de quatro anos, assim como o curso de Ciências Sociais Pedagogia também oferece turmas anuais com 60 vagas para cada turma e os métodos de ingresso são os mesmos, o curso tem como principal objetivo a formação de profissionais na área da educação para atuarem da educação infantil aos anos iniciais do ensino fundamental. Os dois cursos possuem duração mínima de quatro anos e máxima de seis anos com modalidade de aulas presenciais sendo oferecidos às turmas no período noturno com aulas também aos sábados e matrículas semestrais.

A inauguração do campus ocorreu em março de 2010, quando as aulas deixaram de ser organizadas e ministradas na Escola Municipal Marechal Rondon local que foi cedido temporariamente pela Prefeitura Municipal de Naviraí e passaram a funcionar no campus construído no município.

FIGURA 10 - Mapa com localização do Campus de Naviraí.

Figura 10 – O mapa mostra a localização do Campus de Naviraí, é possível observar que a campus está situado em um local afastado do centro da cidade e próximo ao aeroporto. As novas instalações do Campus de Naviraí CPNV ocorrida em 2010 está localizado na Rodovia MS 141, Km 04, saída para Ivinhema, em uma área total de 10 hectares, área cedida pela Prefeitura Municipal de Naviraí.Fonte: https://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=wl – 12/10/2012

A primeira turma do Campus de Naviraí recebeu sua graduação em 2013 nas turmas de ambos os cursos e conta atualmente com oito turmas sendo quatro de cada curso tendo em média mais de 300 alunos. O campus após sua inauguração mantém suas instalações permanentes na Rodovia MS 141, Km 04, Saída para Ivinhema Caixa Postal 103 CEP 79950.000 em Naviraí – MS.

Campus de Bonito (CPBO)

O campus do município de Bonito foi criando em 2008 fazendo parte também do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) no qual foram criados juntamente os Campus de Ponta Porã e Naviraí. Assim como as demais, o Campus de Bonito iniciou suas atividades ano letivo de 2009 oferecendo os cursos de Administração e Turismo e Meio Ambiente, em período noturno com o oferecimento de

60 vagas para cada turma, totalizando uma oferta de 120 vagas para ingresso em curso de nível superior em instituição Federal nesse município.

FIGURA 11 – Foto do Campus de Bonito.

Figura 11 – A foto mostra o Campus de Bonito, o pórtico e sua entrada também atendem aos padrões de expansão da universidade, porém este campus apesar de estar situado em um município totalmente turístico, está com seu curso de turismo atendendo apenas aos alunos que faltam concluir a graduação, a situação é a mesma que a de Nova Andradina no curso de geografia. Fonte:http://cpbo.sites.ufms.br/?page_id=33/ 23-10-2013

Assim como outros campus o do Município de Bonito iniciou suas atividades em 2009, também sendo instalados inicialmente em uma escola municipal, instituição de ensino cedida pela Prefeitura Municipal e Secretaria de Educação. O local temporário situava-se na Escola Municipal João Alves da Nóbrega e logo após transferido para a Escola Municipal Professora Durvalina Dorneles Teixeira, com o endereço na Avenida Heron do Couto nº 190, no Bairro Jaraguá. Neste primeiro ano de funcionamento apesar dos dois cursos ofertarem um total de 120 vagas o curso de Administração efetuou matrícula de 49 (quarenta e nove) alunos e o de Turismo e Meio Ambiente de apenas 14

(quatorze) alunos, mesmo sendo uma cidade turística e o curso tendo como objetivo formar profissionais para atender toda a região de Mato Grosso do Sul.

FIGURA 12 – Mapa com localização do Campus de Bonito.

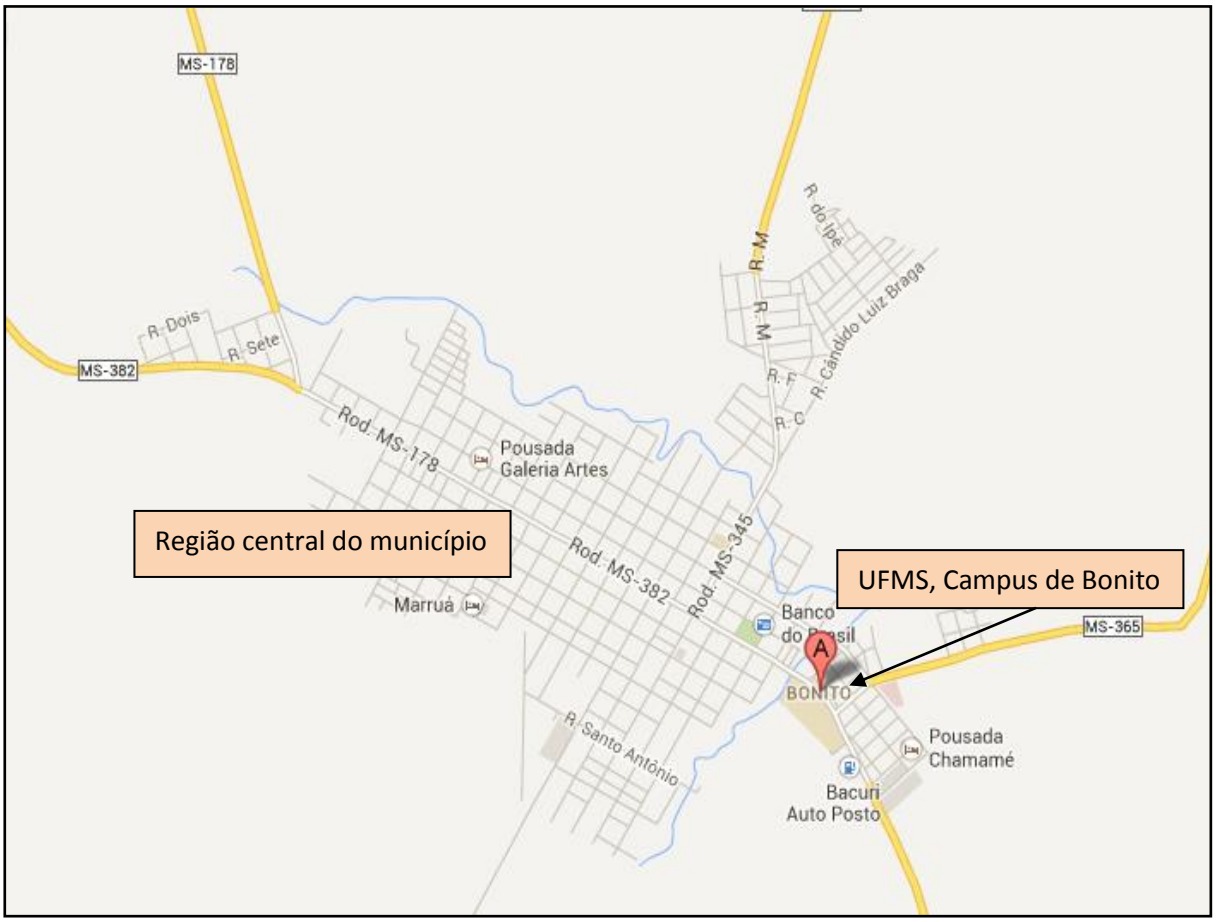

Figura 12 – O mapa acima mostra a localidade do Campus de Bonito, o terreno onde foi construída a unidade de Bonito foi cedido pela Prefeitura Municipal e possui área de 4,5 hectares, a qual foi concluída em novembro do ano de 2010, de acordo com as informações históricas de implantação do campus, a unidade oferece infraestrutura aceitável para atender as turmas dos dois cursos ofertados possuindo oito salas de aula com capacidade para atender até sessenta alunos. Fonte:https://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=wl / 12-10-2012.

Além das salas de aula a unidade de Bonito conta também com biblioteca, laboratório de informática, anfiteatro e demais instalações para acomodar toda a estrutura pedagógica e administrativa do campus, que atualmente está fixada na Rodovia Bonito / Três Morros, Zona Rural CEP 79290-000 Bonito – MS.

O curso de turismo, ao ter início, mostrava atender e estar adequado às diretrizes curriculares exigidas para o funcionamento, aprovado pelo parecer CES/CNE 0288/2003, aprovado 06/11/2003 e com a resolução 13 de 24 de novembro de 2006 do mesmo conselho com a intencionalidade de oferecer a oportunidade de trabalho a profissionais habilitados nesta área, com campo para planejar e gerenciar as atividades turísticas do

estado de Mato Grosso do Sul, que teve intenção de projeto numa denominação de MS 2020 e pela ansiedade da sociedade regional, que almejava o desenvolvimento sustentável da Região da Serra da Bodoquena.

O Curso possui a modalidade de Bacharelado em Turismo e Meio Ambiente. O campus de Bonito foi criado em 28 de Agosto de 2008 pela Resolução COUN/UFMS n° 64 e autorizado a funcionar a partir do ano letivo de 2009, com a duração mínima de três anos e máxima de cinco anos. Porém, apesar de atender a todas as exigências impostas para abertura do curso com a garantia de qualidade de ensino, hoje o curso não possui mais abertura de turmas e apenas estão sendo ofertadas disciplinas para aqueles alunos que estão dentro do prazo estipulado de no máximo cinco anos e ainda não conseguiram cumprir todos os créditos para encerrar o curso. Dessa forma, o curso de Turismo e Meio Ambiente do campus de Bonito aguarda apenas o encerramento da carga horária, que é de direito dos acadêmicos que ainda se encontram na condição de cursando para encerrarem o curso nesta unidade.

Campus de Chapadão do Sul (CPCS)

O Campus de Chapadão do Sul (CPCS), da UFMS, foi criado em 2006, por iniciativa do Reitor Professor Manoel Catarino Paes Peró, oferecendo o curso de Agronomia. O campus também faz parte do processo de reestruturação e expansão das universidades no interior dos estados por meio do REUNI.

A Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul teve grande participação no início das atividades, locando o imóvel para a realização das aulas até a construção do prédio próprio e também com a doação de equipamentos, como: computadores, microscópios, mesas de desenho e materiais de uso diversos. A prefeitura foi, desde o início, e continua sendo, parceira no transporte dos acadêmicos para aulas teóricas e práticas, o que tem sido de fundamental importância, pois o município não conta com transporte público e a grande maioria dos acadêmicos não dispõe de veículo próprio. Para que o curso de Agronomia da UFMS pudesse funcionar durante a finalização da sede própria do CPCS, as primeiras aulas foram ministradas nas dependências da Faculdade de Chapadão do Sul – FACHASUL, locada parcialmente pela prefeitura do município.

FIGURA 13 – Foto da entrada do Campus de Chapadão do Sul.

Figura 13 – A imagem acima é a foto do Pórtico de entrada do Campus de Chapadão do Sul, ela mostra a padronização dentre os campus e comprova sua implantação no ano de 2006. O campus fez parte da reestruturação do ensino superior por meio do REUNI que em 2008 veio para expandir a educação superior no interior dos estados. O campus está localizado na Estrada para Faz. Campo Bom – Caixa postal 112 – Chapadão do Sul / MS – 79560-000. Fonte: http://cpbo.sites.ufms.br/?page_id=33/ 23-10-2013

A inauguração do prédio próprio ocorreu em 06 de novembro de 2008. Implantado em uma área de 15 hectares, com uma área construída de 1.748,70 m², conta com infra-estrutura de laboratórios, salas de aula, espaço administrativo, auditório e biblioteca. O CPCS está localizado estrategicamente na mais importante região agrícola de Mato Grosso do Sul, na porção nordeste do Estado, próximo aos Estados de Goiás e Mato Grosso e distante 330 Km da capital Campo Grande. A região geográfica de abrangência da atuação da UFMS/CPCS é aquela conhecida como “chapadões” (MS e GO).

De acordo com as informações obtidas para a pesquisa, é possível observar que a expansão do ensino superior no Brasil vem ocorrendo de maneira considerável nas últimas décadas e no estado de Mao Grosso do Sul não foi diferente. Muitos municípios do interior receberam campus e cursos e a população dos municípios que não foram contemplados busca, no desejo de ter uma graduação, com persistência e desafio o deslocamento para as cidades que oferecem graduação.

Pensando nesta expansão, perante o recorte temporal da pesquisa, percebe-se ainda a maior diferença entre os governos de FHC e Lula se levar em consideração que o primeiro buscou uma maior expansão para o setor privado das instituições e o segundo buscou a reestruturação do setor público de ensino superior, privilegiando a interiorização das graduações.

O capítulo nos mostra, além da história e estruturação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFM), a estruturação dos campi que fazem parte do programa de reestruturação e expansão das universidades federais no país. Foi possível compreender que como programa, na UFMS, foram implantados três novos campus, Ponta Porã, Coxim e Bonito e ainda outros dois receberam programas de reestruturação, Chapadão do Sul e Nova Andradina.

O que analisaremos no próximo capítulo é se estes campus estão conseguindo manter esta expansão de maneira sustentável e com perspectivas e realidade de consolidação e quais os sentidos de implantação foram utilizados para as escolhas de campus e cursos ofertados para cada município.

CAPÍTULO III
SENTIDO E SUSTENTABILIDADE DA UFMS

Este capítulo vem complementar os anterior no sentido de considerar os processos de aberturas de novos campus e cursos, as caracterizações dos municípios pesquisados e principalmente como se estrutura a sustentabilidade e expansão dos campus e novos cursos no estado do MS. Utilizamos como objeto de estudo a expansão e sustentabilidade do ensino superior no estado de MS e como fonte a UFMS em dois municípios com características diferenciadas. Optamos pelos Campus de Ponta Porã, por ser voltado para área de humanas e Nova Andradina por ser voltado para a área de exatas, tendo em vista que ambos fazem parte do mesmo período de expansão do ensino superior na região.

Sabendo das dificuldades enfrentadas pela maioria da população em ingressar no curso de nível superior, analisaremos neste capítulo como estas instituições estão oferecendo condições para que seus alunos ingressem e possam permanecer nos cursos escolhidos durante todo o período exigido para a graduação.

Dentre tais ações para a permanência de alunos, observamos como se deram os processos para a escolha de cursos, quantidade de vagas e local de abertura de campus,

que foram realizados para atender de forma satisfatória e que ofereçam condições de permanência da população acadêmica em sua formação de nível superior, nesses municípios.

No entanto, o capítulo trata da expansão do ensino superior em MS, no sentido de analisar suas condições de sustentabilidade e permanência de cursos abertos e alunos ativos durante todo o período de sua graduação. Será possível no decorrer deste capítulo compreender como ocorrem os processos de abertura e fechamento de IES e se estes campus atendem de forma sustentável as exigências para que tais cursos e se oferecem condições satisfatórias e adequadas para a formação de seus alunos, analisar-se-á também as características de cada município, para que assim possamos entender se tais cursos atendem à necessidade da população em que estão inseridos.

3.1 Processo de abertura de cursos e de IES

Este texto tem por objetivo investigar, compreender e relatar sobre o processo de abertura de IES e de cursos. O aumento de matrículas em cursos de nível superior em instituições públicas se eleva cada vez mais, cerca de 7,9% no último ano em todo o Brasil. Essa porcentagem se refere a 6.739.689 pessoas matriculadas em cursos de graduação no ensino superior do país e deste total 1.032.936 estão em instituições federais.

Este ritmo é bastante significativo, pois a procura de vagas em instituições de ensino superior no país também se dá por meio de incentivos do governo que são implementados por meio de bolsas de estudos distribuídas por todo o país

> Segundo ele[5], políticas de indução, como o Programa Universidade Para Todos (ProUni), Programa de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) sustentam as taxas de crescimento na educação superior. Nos últimos anos, o MEC já concedeu mais de um milhão de bolsas integrais e parciais do ProUni, além de 570 mil contratos do Fies. (MEC, 2012).

Entre os últimos dois anos a matrícula na rede federal cresceu 10% e possui mais de 58% das matrículas das universidades públicas de campus estaduais e municipais. Estas porcentagens representam cerca de um milhão de matrículas na graduação, totalizando 59 universidades federais e a expectativa é de que esse número chegue a 63 universidades

[5] Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, e o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Luiz Cláudio Costa.

federais com 321 campus em 272 municípios, a previsão é que esta marca seja alcançada até 2014. Também é válido lembrar que ao aumentar o número de vagas oferecidas evidentemente as políticas de cotas de vagas para nível superior irão ter um percentual aumentado.

> A política de cotas é uma iniciativa de cunho institucional incentivada pelo Governo Federal. As universidades possuem autonomia para a definição de suas políticas afirmativas, inclusive em relação à adoção de sistemas de cotas. O Projeto de Lei nº 3913/2008 que institui o sistema de cotas nas instituições federais de educação profissional, tecnológica e superior encontra-se em tramitação no Congresso Nacional. (MEC, 2012).

O ensino superior conta atualmente com o programa de apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, estamos falando do Reuni, que tem por objetivo ampliar não apenas o acesso mas também a permanência na educação superior no Brasil, a expectativa é de que aproximando de 2018 o número de alunos matriculados possa dobrar.

> Para alcançar o objetivo, todas as universidades federais aderiram ao programa e apresentaram ao ministério planos de reestruturação, de acordo com a orientação do Reuni. As ações preveem, além do aumento de vagas, medidas como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, o aumento do número de alunos por professor, a redução do custo por aluno, a flexibilização de currículos e o combate à evasão. (MEC. 2012).

Segundo informações MEC (2012), a expansão do nível superior no que se refere a criação de novos campus e cursos vem acontecendo de forma considerável porém, para que isso aconteça a universidade federal, passa por um trâmite que é simples mas indispensável, o de sua autonomia para criar cursos. As instituições públicas estaduais têm como responsáveis de decisão o Conselho Estadual de Educação e o governador do estado, sem passar pela esfera federal.

Para a abertura de IES e novos cursos são necessários atos autorizativos e atos administrativos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior. O início de funcionamento de uma IES está condicionado à publicação precedente de ações de habilitação pelo Ministério da Educação. A instituição deverá protocolar pedido de recredenciamento ao final de cada ciclo avaliativo do SINAES junto à Secretaria competente, devidamente instruído. (arts. 10, 13 e 20, Decreto nº 5.773/2006).

> Art.1º Este decreto dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituição da educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. I – a regulação será realizada por meio de atos administrativos autorizados do

> funcionamento de instituições de educação superior e de cursos de graduação e sequenciais. II – A supervisão será realizada a fim de zelar pela conformidade da oferta de educação superior no sistema federal de ensino com a legislação aplicável. III – A avaliação realizada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES constituirá referencial básico para os processos de regulação e supervisão da educação superior a fim de promover a melhoria de sua qualidade. (SINAES, 2007, p.173).

Para dar início as suas atividades as IES precisam requerer o credenciamento junto ao MEC. O credenciamento e o reconhecimento que possibilitem as prerrogativas de autonomia dependem do credenciamento específico de instituição já credenciada, em funcionamento regular e com padrão de qualidade satisfatório. O primeiro credenciamento de uma universidade é de cinco anos, o que se refere a dois anos superiores às faculdades e aos centros universitários e seu recredenciamento deve ser solicitado pela IES ao final de cada período avaliativo do SINAES junto aos órgãos competentes para esta ação.

> Para o início de funcionamento de instituição de educação superior é condição obrigatória a existência de ato de credenciamento pelo Ministério da Educação, com publicação no Diário Oficial da União. As fases do processo de credenciamento, a relação dos documentos que devem instruir o pedido de credenciamento e os elementos do plano de desenvolvimento institucional estão regulamentados pelo Decreto nº 5.773/2006. (MEC. 2012).

Como as universidades possuem autonomia não precisam de aprovação do poder público para construirem seus regimentos, porém cabe ainda ao Ministério da Educação analisá-los de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/1996) e o Decreto nº 5.786/2006.

Sabe-se que para ser possível ofertar um curso de graduação a IES depende da autorização do Ministério da Educação, mas vale lembrar que existem exceções as universidades e centros universitários que são autônomas e não dependem de autorização para ofertarem curso superior, porém essas instituições devem informar à secretaria competente os cursos que foram abertos para que haja supervisão, avaliação e posterior reconhecimento. (Art. 28 do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006).

"De acordo com o art. 207 da Constituição, universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão".

Esse conceito foi criado para agregar ao processo de avaliação da Educação Superior critérios objetivos de qualidade e excelência dos cursos. O Conceito Preliminar de Curso

(CPC) vai de 1 a 5 e, como o próprio nome indica, é um indicador prévio da situação dos cursos de graduação. Para que os valores se consolidem, e representem efetivamente o que se espera de um curso em termos de qualidade e excelência, comissões de avaliadores realizam visitas locais para concordar ou alterar o conceito obtido preliminarmente. O Conceito Preliminar de Curso será divulgado anualmente, junto com os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, o Enade.

Cursos que obtiverem CPC 1 e 2 serão automaticamente incluídos no cronograma de visitas dos avaliadores do INEP. Os demais casos, ou seja, cursos com conceito igual ou maior que 3, podem optar por não receber a visita dos avaliadores e, assim, transformar o CPC em conceito permanente.

Consolidado o processo de avaliação conduzido pelo INEP, cursos com conceito 3 serão aqueles que atendem plenamente aos critérios de qualidade para funcionarem. Da mesma forma, cursos com conceito 5 serão cursos de excelência, devendo ser vistos como referência pelos demais. O conceito permanente servirá como referência para subsidiar o processo de regulação dos cursos de graduação no país.

CPC é composto por diferentes variáveis que traduzem resultados da avaliação do desempenho dos estudantes, infraestrutura e instalações, recursos didático-pedagógicos e corpo docente. As variáveis utilizadas em sua composição foram retiradas do Enade, incluindo o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observados e Esperados (IDD), o questionário socioeconômico – e do Cadastro de Docentes 2007.

De acordo com o Art. 32 da Portaria Normativa nº 40/2007 após a autorização do curso, a instituição compromete-se em observar, no mínimo, o padrão de qualidade e as condições em que se deu a autorização, as quais serão verificadas por ocasião do reconhecimento e das renovações de reconhecimento.

A preparação para o exercício do magistério superior se fará em nível de pós-graduação, prioritariamente em programa de Mestrado e Doutorado, conforme o Artigo 66 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Portanto, cabe à Instituição, desde que atendido o ato normativo acima citado, definir a qualificação de seus docentes. Ressalta-se que o Corpo Docente é dimensão avaliada na renovação do ato de autorização do curso, incluindo a adequação entre formação e disciplina assumida.

O regime de trabalho e a qualificação docente, tanto para instituições públicas como privadas, interferem diretamente nos conceitos obtidos pela instituição nos procedimentos

avaliativos estabelecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

A composição do corpo docente das universidades é determinada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no caso dos Centros Universitários pelo o Decreto 5.786/2006:

Universidades: um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Centros Universitários: um quinto do corpo docente em regime de tempo integral; e um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado."

Faculdades: Em relação às faculdades, não existe uma norma que trata do assunto, porém as instituições, buscando cada vez mais elevar sua qualidade de ensino, procuram manter, em seu corpo docente, professores que possuam título de mestre ou doutores. O INEP, em seus instrumentos de avaliação, estabelece conceitos ao corpo docente de acordo com seu perfil.

Conceito 5) Quando, pelo menos, 60% dos docentes previstos para os dois primeiros anos do curso têm titulação obtida em programas de pós-graduação stricto sensu.

Conceito 4) Quando, pelo menos, 45% dos docentes previstos para os dois primeiros anos do curso têm titulação obtida em programas de pós-graduação stricto sensu.

Conceito 3) Quando, pelo menos, 1/3 dos docentes previstos para os dois primeiros anos do curso têm titulação obtida em programas de pós-graduação stricto sensu.

Conceito 2) Quando, pelo menos, 15% dos docentes previstos para os dois primeiros anos do curso têm titulação obtida em programas de pós-graduação stricto sensu.

Conceito 1) Quando menos de 15% dos docentes previstos para os dois primeiros anos do curso têm titulação obtida em programas de pós-graduação stricto sensu.

O E-MEC é o sistema de tramitação eletrônica dos processos de regulação (Credenciamento e Recredenciamento de Instituições de Ensino de Superior, modalidade presencial e a distância, bem como Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos, em ambas as modalidades**).** E-MEC - O E-MEC foi criado para fazer a tramitação eletrônica dos processos de regulamentação. Pela internet, as instituições de educação superior fazem o credenciamento e o recredenciamento, buscam autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. Em

funcionamento desde janeiro de 2007, o sistema permite a abertura e o acompanhamento dos processos pelas instituições de forma simplificada e transparente.

O pedido de credenciamento de instituição de educação superior deve ser feito por meio do E-MEC, sistema de tramitação eletrônica dos processos do Sistema Federal de Ensino (instituições públicas federais e privadas). Para solicitar o credenciamento como instituição de ensino superior, a IES deve firmar também o pedido de autorização de pelo menos um curso de graduação.

A instituição tem autonomia para alterar a grade curricular do curso, devendo esta alteração ser aprovada pelo Colegiado Superior da Instituição, com registro em ata.

Para tanto, alguns critérios devem ser observados.

1 – A grade curricular deve atender as orientações das diretrizes curriculares do curso;

2 – A instituição deve observar, no mínimo, o padrão de qualidade e as condições em que se deu a autorização do curso;

3 – A instituição deve fixar em local visível junto à Secretaria de alunos a matriz curricular do curso;

4 - As alterações devem ser informadas imediatamente ao público, de modo a preservar os interesses dos estudantes e da comunidade universitária e apresentadas ao MEC, na forma de atualização, por ocasião da renovação do ato autorizado em vigor (Portaria Mec 40/2006, artigo 32);

5 – A instituição deve informar aos interessados, antes de cada período letivo, os programas do curso e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições (Lei 9394/96, artigo 47).

Ressalta-se que o aluno não tem direito adquirido no que tange à grade curricular, ou seja, não é obrigatório que a grade curricular inicialmente proposta não se altere ao longo do curso.

A instituição de ensino superior, quando do encerramento de atividade de curso ou da instituição, deve comunicar ao MEC para que haja a cessação dos efeitos do ato de autorização, a transferência dos alunos matriculados e a diplomação dos alunos concluintes. No caso dos cursos ainda não serem reconhecidos e havendo alunos

concluintes, a instituição deve requerer o reconhecimento dos mesmos para fins de emissão de diplomas.

3.2 Caracterização dos municípios pesquisados

Estaremos realizando a pesquisa em dois municípios que fazem parte do terceiro movimento de expansão do ensino superior na UFMS. Os Campus de Nova Andradina e Ponta Porã, onde estaremos analisando especificamente os seguintes critérios:

1. Vocação: se a unidade e os campus contemplam as necessidades para atender a região;
2. Sustentabilidade: se os campus e cursos conseguem se manter em funcionamento e atendendo a demanda e necessidades da população destas regiões;
3. Qualidade: se os campus e cursos conseguem atender a demanda da população com qualidade de ensino nos aspectos variados de sustentabilidade dos cursos.

Para realizar as pesquisas e se estes campus estão cumprindo com as condições mínimas dos critérios acima mencionados foi necessário entender como está estruturado o município em que o campus está instalado.

Município de Ponta Porã MS

O município de Ponta Porã foi criado pela Lei Nº 617, de 18 de julho de 1912. Recebeu em 1915 a categoria de comarca, intitulada pelo então Governador do estado de Mato Grosso Caetano de Albuquerque. Passados alguns anos em 1943, o Presidente Getúlio Vargas criou o Território Federal de Ponta Porã. O município, assim como os demais deste estado, fazia parte até 1977 do estado de Mato Grosso (MT) onde a partir desta data com a divisão do estado passou a ser chamado de Mato Grosso do Sul (MS).

FIGURA 14 – Mapa com a localização de Ponta Porã em MS.

Figura 14 - O mapa acima demosntra a localização do Município de Ponta Porã no estado de Mato Grosso do Sul. Busca facilitar a observação da distância do município de Campo Grande, cidade capital do estado onde está situado o campus que ocupa o maior número de cursos e é considerado o maior da UFMS, este que é a Sede de todos os campus. Mostra também a localidade dos estados brasileiros que fazem fronteira com Mato Grosso do Sul. Fonte: https://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=wl

FIGURA 15 – Pórtico da entrada de Ponta Porã.

Figura 15 - A imagem registra a o Pórtico de entrada de Ponta Porã, representa a miscigenação dos povos por meio das cuias de chimarrão e tereré, símbolo que retrata que além de várias culturas o município abriga vários estudantes de outros municípios que frequentam a cidade para alcançarem a graduação em cursos de nível superior. Fonte: http://www.ilovemsoficial.com/ 23-10-2012

Ponta Porã recebeu este nome porque antes de se tornar município este e toda a região paraguaia se chamava "Punta Porá", que na língua guarani quer dizer "Ponta Bonita", termo denominado por ser nesta época uma região geográfica com grande capões de mata. Também é apontado que outro motivo por receber este nome foi as línguas faladas nesta região: Guarany, Português e Espanhol. Ponta Porã é um município que hospeda várias outras culturas das mais variadas regiões e também de países, principalmente pelo custo de vida na fronteira ser mais baixo e também pelos dois países oferecerem variados cursos de nível superior, um exemplo pode ser o de matemática oferecido no lado brasileiro e medicina oferecido no lado paraguaio.

As duas cidades de países diferentes possibilitam a convivência harmoniosa entre seus povos, tornando possível que seus costumes e culturas estejam cada vez mais entrelaçados. O lado brasileiro além da cultura paraguaia e de todas as outras presentes no pais vizinho, também sofre grande influência da cultura gaúcha. Devido a esta mistura de culturas o símbolo desta cidade é uma cuia de chimarrão e a outra de tereré, que representam duas culturas que por serem tão próximas se tornam apenas uma.

Por fazer fronteira seca com o Paraguai a cidade de Ponta Porã recebeu também a classificação de cidade irmã por estar diretamente ligada com a o país vizinho. Assim como as culturas, o turismo também se mistura e acaba proporcionando aos turistas além do comércio de produtos variados, cassinos, passeios ecológicos, museus, parques ecológicos e danças tradicionais.

A educação de Ensino Superior em Ponta Porã conta hoje com 6 instituições de ensino de cursos presenciais, sendo quatro no setor privado e duas no setor público. As institúições públicas que o município posssui é a UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) e a UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul). Podemos apontar também que o país vizinho também oferece cursos de nível superior em Faculdades e Universidades no setor privado mas que não fazem parte desta pesquisa, uma vez que estavamos analizando apenas a expansão e sustentabilidade do Ensino Superior Brasileiro.

Município de Nova Andradina

A cidade de Nova Andradina é um município brasileiro localizado na região Centro-Oeste, situado no estado de Mato Grosso do Sul, foi fundada e emancipada em 20 de dezembro de 1958 e segundo o IBGE de 2011, o município possui 45.599 habitantes. É considerada a sétima maior cidade com o nono maior PIB de Mato grasso do Sul, sendo eleita como o principal centro urbano e econômico da região sudeste do estado, sua principal atividade econômica é a criação e o abate de bovinos, tendo como referência a cidade cujo título é a “capital do boi ” e está a uma distância de 301 km de Campo Grande (capital estadual) e 1.142 km de Brasilia (capital federal).

Nova Andradina exerce influência sobre os municípios de Anaurilândia, Ivinhema, Angélica, Bataiporã e Taquarussu e é considerada como um Centro de Zona A. Além de

sua grande influência na economia direcionada a bovinos a cidade também atua na agricultura de soja, milho, arroz, algodão, feijão, trigo, mandioca, cana de açúcar.

FIGURA 16 – Mapa com a localização de Nova Andradina.

Figura 16 - O mapa acima está ilustrado no sentido vertical e demosntra a localização do Município de Nova Andradina no estado de Mato Grosso do Sul. Busca facilitar a observação da distância do município de Campo Grande, cidade capital do estado onde está situado o campus que ocupa o maior número de cursos e é considerado o maior da UFMS, este que é a Sede de todos os campus. Fonte: https://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=wl

A educação em Ensino Superior em Nova Andradina conta hoje com 6 estabelecimentos de ensino presenciais: UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul); UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul); IFMS (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul); FINAN (Faculdades Integradas de Nova Andradina); IESNA (Instituto de Ensino Superior de Nova Andradina); ANAEC

(Associação Novaandradinense de Educação e Cultura); FATEC (Faculdade de Tecnologia de Nova Andradina) e 3 interativos: ANHANGUERA UNIDERP, LFG; Unigranet - (Centro Universitário da Grande Dourados - Cursos Via Internet) e UNOPAR (Universidade Norte do Paraná), além de outras instituições de ensino técnico.

Conhecer e compreender a economia de cada município que estamos pesquisando no tema proposto, se torna indispensável para que possamos compreender se os métodos utilizados para escolha e abertura de novos campus e cursos estão de acordo com a região. No próximo ítem será possivel observar como se deu essa estruturação e os procedimentos utilizados para as instalações de novos cursos e campus.

3.3 Sentidos de aberturas de novos campus e cursos

O projeto político pedagógico das instituições de ensino superior prega pelas condições pedagógicas e políticas de cada IES, este aponta todo o processo no qual a instituição irá atuar. Mostra seu histórico, objetivos, finalidades, processo de abertura e escolha de cursos, grade curricular, corpo docente, administrativo, processo seletivo, filosofia, entre outros aspectos que são apontados neste documento.

Os sentidos de instalação dos campus e cursos são realizados de acordo com as indicações e exigências designadas pelo MEC que após a aprovação da abertura dos campus e cursos passa a fazer as avaliações para visualizar se as instituições de ensino estão atuando de acordo com as exigências mínimas para que permaneça a autorização de funcionamento, utilizando também para esta ação a Lei 10.861 de 14 de abril de 2004 que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Para visualizar e compreender quais os sentidos utilizados para a abertura dos campus que estão como fontes da pesquisa, foram feitas análises dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos oferecidos pelos Campus de Ponta Porã e Nova Andradina. No Campus de Nova Andradina são oferecidos os cursos de Administração, que está funcionando normalmente o de história que continua oferecendo vagas, mas passa por dificuldades e o de geografia que atualmente não está oferecendo vagas, apenas está atendendo as turmas que ainda não concluíram a graduação. Em Ponta Porã são ofertados os cursos de Matemática, Sistema de Informação e Ciências da Computação que estão funcionando normalmente e a partir de 2014 passa a oferecer também o curso de Pedagogia no período vespertino.

Os projetos políticos pedagógicos analisados, entre os dois campus, somaram seis projetos, todos estruturados da mesma maneira, iniciam falando sobre a carga horária dos cursos, o turno de funcionamento, a estrutura, faz um breve histórico da implantação da universidade e do campus, o objetivo do curso, a necessidade social, o currículo entre outros elementos que compõe o documento.

Os sentidos de instalação que iremos observar no PPP da universidade têm como princípio analisar quais os procedimentos utilizados pelos campus para a escolha de abertura para os campus e cursos, quais as ações realizadas para identificar qual área atenderia melhor estes dois municípios. Pensando nas necessidades da população de Ponta Porã, Nova Andradina e municípios vizinhos

O Campus de Ponta Porã aponta em seus Projetos Políticos Pedagógicos que o município tem um potencial bastante elevado para se tornar um polo acadêmico, levando em consideração a existência de outras faculdades existentes, desta forma apresenta este como sendo um dos motivos pelo qual se justifica a importância de implantar a UFMS no município. Afirma, também, que o campus foi instalado partindo do projeto REUNI em que o governo visa a ampliar, a expandir e a consolidar o ensino superior frente a uma interiorização das universidades que possam oferecer ensino de qualidade e que atendam e contribuam na formação do cidadão.

> A responsabilidade da UFMS na formação de cidadãos conscientes de suas responsabilidades com o ser humano e comprometidos com a ética e a justiça social é regimental. Dessa forma, a formação ética e humanística é exercitada durante todo o curso, através da constante interação com colegas, professores e coordenadores nas diversas atividades acadêmicas. (PPP DO CURSO DE MATEMÁTICA DA UFMS, 2011, p. 12).

Analisando o PPP do campus de Ponta Porã foi possível identificar a fala marcante da universidade ao se expressar no sentido de que o campus e os cursos estariam sendo implantados também na tentativa não apenas da expansão e consolidação do ensino superior mas também visando a permanência dos alunos e professores no campus. Justificam também que os cursos foram escolhidos para o CPPP por serem cursos que suprириam as necessidades de profissionais no mercado de trabalho regional.

> Tendo em vista essa expansão dos cursos universitários, pelo Reuni, foi criado mais um curso no campus de Ponta Porã – Ciência da Computação / Bacharelado. Com isso, a UFMS visa ampliar sua demanda de alunos e funcionários, contribuindo social, cultural e economicamente com a cidade de Ponta Porã. (PPP DO CURSO DE MATEMÁTICA DA UFMS, 2011, p.3).

Aponta ainda que a permanência e atendimento são realizados por meio de bolsas e incentivos para os acadêmicos, porém relata em seus textos que os cursos iniciaram antes mesmo das instalações do laboratório de informática e biblioteca e assume que apenas após estas instalações concluídas é que se tornou mais apropriada e possível a construção de trabalhos de TCC. (PDI da UFMS, p. 36; 2011).

Os PPP do CPPP aponta ,assim como os demais PPP da UFMS, as suas estruturas e como estão divididas as funções em cada departamento de seus cursos. Possui uma fala explicativa sobre seus objetivos e responsabilidades com a população desta região, aponta também o currículo e a bibliografia para cada disciplina ofertada, porém ao mesmo tempo que aponta a bibliografia para as disciplinas relata em parágrafos anteriores que o campus, por alguns meses, não disponibilizava biblioteca ou laboratório de informática para os acadêmicos pesquisarem e terem acesso às bibliografias indicadas no documento.

Assim para o campus de Ponta Porã podemos dizer que apesar do PPP mostrar todo o esforço para a universidade atender a população de acordo com o que o MEC e SINAES orientam, não conseguem esclarecer quais os sentidos de instalação utilizados na escolha e abertura dos campus e cursos. Entendemos neste trabalho como sentidos de instalação, como sendo os métodos que foram elencados para terem a certeza da sustentabilidade e consolidação para os cursos escolhidos.

Pensamos que pesquisa com a população, reuniões com vereadores e prefeitos, estudo regional e vocacional para necessidades locais, seriam exemplos de métodos ou sentidos que poderiam ser utilizados para a escolha de campus e cursos de maneira sustentável mesmo a longo prazo.

No campus de Nova Andradina os PPPs também são semelhantes ao demais em sua formatação, os itens com diferenças significativas são os específicos por cursos. É preciso registrar que apenas o PPP do curso de história foi possível visualizar por completo, o de geografia e administração foram disponibilizados pelo BS (Boletim Oficial de Atos Administrativo), a justificativa é que o campus não possuía o PPP nas datas de visita e que estes estavam em Campo Grande ou disponível no site da universidade que infelizmente não possui link ativo para o Campus de Nova Andradina.

O PPP aponta que foi de muita importância a implantação do campus de Nova Andradina por ser a única universidade federal da região e que os cursos ofertados, dos quais dois são de licenciatura, serem cursos que a região necessita para atender as escolas.

Porém o PPP nos mostra também que a implantação da universidade aconteceu antes mesmo da construção do campus. Assim como na maioria dos campus da UFMS, as turmas iniciaram suas atividades em um escola cedida pelo município e visam atender não apenas a população da Nova Andradina, mas de toda a região.

> O CPNA tem como finalidade atender a região Sudeste do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada à margem direita do Rio Paraná, incluindo os estudantes oriundos dos municípios de Anaurilândia, Angélica, Bataguassu, Bataiporã, Ivinhema, Novo Horizonte do Sul, Taquarussu, Nova Andradina e os municípios limítrofes de São Paulo e Paraná. (PPP DO CURSO DE HISTÓRIA DE NOVA ANDRADINA, 2013, p. 2)

Os sentidos de instalação e implantação da universidade e dos cursos em Nova Andradina não se apresentam claramente no PPP, pois ao mesmo tempo que é relatada a importância dos cursos ofertados pelo campus para atender as necessidades da região, não é apontado quais foram os métodos utilizados para identificar quais realmente são as necessidades da população.

> A UFMS criou o Campus de Nova Andradina para atender aos anseios da sociedade e considerando a importância da implantação de um curso de licenciatura em História para a comunidade. Também é de importância fundamental para a região e para o mercado de trabalho a formação atualizada de um profissional participativo, com qualificação condizente com as transformações da vida moderna, capaz de atender às exigências e reflexões acerca de uma educação básica que busque a formação de cidadão crítico em relação a um Estado que quer e precisa crescer, resolvendo na medida do possível partes dos seus problemas sociais, entre os quais se encontram a educação e a cultura. (PPP DO CURSO DE HISTÓRIA DE NOVA ANDRADINA, 2013, p. 3).

O que queremos dizer é que não foi possível verificar e apontar se foram realizadas pesquisas com a população e frente aos órgãos competentes para identificar quais as vocações e a real contribuição destes cursos para a região, tão pouco são mencionadas reuniões na câmara de vereadores ou com prefeitos e secretários da educação para que fossem identificadas as demandas e procuras por cursos de nível superior.

O Campus de Nova Andradina assim como o de Ponta Porã estão prestes a receber a instalação de novos cursos, os quais irão, após sua implantação, garantir que o Campus de Nova Andradina não se transforme em uma extensão do Campus de Campo Grande. Desta forma paramos para analisar os critérios de aberturas dos cursos e muitas vezes nos questionamos quanto à importância destes cursos para a população e para servir de mecanismo para garantir a existência do campus.

Ao desenvolver uma análise nas regiões de Ponta Porã e Nova Andradina foi possível identificar que a proximidade de outros municípios com os mesmos cursos sendo ofertados também por estas IES e com um histórico superior em tempo e consolidação, atendendo também a região, nos questionou mais uma vez se estes são realmente os cursos adequados para ofertar ou seria mais uma escolha realizada devido ao custo de instalação e não às necessidades da população.

No Campus de Ponta Porã, a justificativa para a abertura de cursos de Engenharia e Pedagogia de acordo com o PPP e também em depoimentos e conversas com dirigentes da instituição é de que o curso de engenharia além de contemplar e ampliar os cursos de voltados para as exatas é também a construção de um parque tecnológico, onde a Prefeitura disponibilizará para servir de estágio e até mesmo como laboratório de estudos, sugerindo ainda que algumas disciplinas possam ser ministradas no próprio local, justificou ainda que este curso serviria de iniciação para que outros cursos de engenharia fossem implantados no campus. O curso de pedagogia teve sua instalação justificada na intenção de atender àqueles estudantes que não possuem condições de frequentar aulas no período noturno, pois o curso será oferecido no período vespertino, esse por ser licenciatura e uma área de humanas, poderá abrir caminho para outras licenciaturas.

Desta forma, justica-se que seriam três pontas que poderiam oferecer oportunidade do campus ampliar ainda mais as opções e ofertas de novos cursos para o Campus de Ponta Porã.

São justificativas encontradas nos PPP e em discussões acerca do tema com funcionários e dirigentes da universidade para os dois campus. Estas justificativas mostram a versão idealizada e desejada pela instituição, o que não é possível visualizar em quaisquer documentos oficiais e nem mesmo em depoimentos, são os sentidos de aberturas destes cursos e campus.

Neste item da pesquisa, a tentativa era de por meio dos Projetos Político Pedagógicos analisarmos os sentidos de instalação dos campus e cursos, porém foi possível identificar vários tópicos e conceitos, além do histórico da UFMS, campus e cursos, mas o que almejávamos não consta no PPP e por meio das depoimentos que aparecem no próximo item, os depoentes disseram não terem participado do processo de instalação dos campus e cursos. Houve tentativas frustradas em entrevistar a reitora, pró-

reitora ou algum secretário que pudesse falar sobre estas ações, pois durante todo o período de pesquisa de campo não foi possível conseguir agendar tais depoimentos.

Neste sentido alguns questionamentos foram possíveis de serem respondidos, assim como em outros não conseguimos ser claramente compreendidos devido à falta de referências confiáveis e talvez ainda surjam alguns questionamentos a respeito de conseguir elencar com segurança os sentidos utilizados pela universidade para a escolha de campus e cursos. Pensando na interiorização do ensino superior de qualidade a intenção e escolha dos cursos visam atender as necessidades da população das regiões atendidas pela instituição e que estas escolhas não partiram de ações políticas ou de interesses financeiros devido ao custo elevado ou não para a abertura de cada curso.

3.4 Sustentabilidade da expansão dos campus e novos cursos

Neste item iremos analisar quais os critérios de aberturas destes cursos e campus, observar se eles estão partindo de conceitos bem mais políticos ou iniciaram pensando na sustentabilidade da interiorização do ensino superior. Pensando em expansão e sustentabilidade do ensino superior, iremos abordar basicamente cinco pontos que remetem as questões de expansão e sustentabilidade do ensino superior: demanda regional, procura pelos cursos oferecidos, evasão de alunos e conclusões nos cursos, rotatividade docente e ofertas para ampliação de projetos e pesquisas.

Demanda regional e procura por cursos

Pensando em demanda[6] regional para o Ensio Superior, vale pensar na organização e ofertas dos cursos distribuídos na região, em específico nos dois municípios que estão em foco nesta pesquisa: Ponta Porã e Nova Andradina. A procura por cursos tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, a população está cada vez mais voltada para a formação de nível superior. O que ainda não conseguimos visualizar é como esse aumento vem acontecendo, pois a procura existe, mas a oferta acontece de maneira um pouco duvidosa, pois os métodos de seleção para abertura de campus e as escolhas de cursos ainda não estão claras.

[6] Procura por cursos em Nível Superior em Mato Grosso do Sul, neste caso referente ao ensino público, onde a população estima o ingresso em um curso de qualidade que lhe ofereça condições de conclusão e oportunidades de trabalho após o termino da graduação, seja ela em nível de licenciatura ou bacharelado.

> O que se pensou, eu acredito, em um primeiro momento, na ocasião, foi exatamente nessa linha de atuação no uso das novas tecnologias. No estão de Mato Grosso do Sul, até então havia um curso de ciências da computação, somente na cidade de Campo Grande. O primeiro curso foi em 1987, somente na cidade de Campo Grande. Depois vieram outros cursos também em Campo Grande, e em outras instituições e também em Dourados de análise de sistemas, que hoje a UFGD já tem uma faculdade de ciências exatas, e um curso de sistema de informação com a perspectiva de abertura de um curso de engenharia da computação. Então eu acho que essa interiorização da área tecnológica ela é importante, por que como a gente sabe, a tecnologia hoje ela permeia diversas áreas de atuação, medicina Educação. Eu acredito que a intenção de levar a tecnologia para os cursos de interior, foi exatamente, talvez na perspectiva de promover um pouco mais da capacitação profissional no uso dessas tecnologias nos diversos setores da sociedade. (ENTREVISTA "B", trecho entre 8min32seg e 9min51seg).

Ao buscar compreender como estes processos aconteceram os depoentes não podem afirmar com segurança, pois relatam não terem participado dos métodos de escolhas tanto dos campus, quanto dos cursos, também não possuem documentações que pudessem ser disponibilizadas para que o entendimento fosse possível. O depoente ainda observa que a escolha destes cursos também está voltada para um processo de incentivo do governo para algumas áreas específicas.

Muitos alunos frequentam os cursos ofertados por estes dois campus e moram em outros municípios. Nova Andradina acolhe todo o vale do Ivinhema e Ponta Porã oferece vagas para vários municípios ao seu redor, como Coronel Sapucaia, Amambai, Aral Moreira, Antonio João, Bela Vista, além de moradores no país vizinho e a população do Assentamento Itamarati.

Pensando em toda essa população que busca por um curso de nível superior, chegamos a questionar em alguns momentos que estes campus poderiam ter dificuldades para suprir a procura e concorrência pelas vagas ofertadas, porém o que conseguimos observar são cursos que oferecem cinquenta ou mais vagas que apenas são preenchidas na terceira ou até mesmo quarta chamada e em alguns casos não conseguem formar turmas. Este último é o caso do curso de história do Campus de Nova Andradina, o qual possui uma turma que apenas conquistou o direito de iniciar o curso por meio de uma liminar judicial. A forma de ingresso é por meio do SISU, são ofertadas em base cinquenta vagas para cada turma, mas nem sempre são preenchidas em sua totalidade.

Mesmo assim podemos perceber, por meio de depoimento dos dirigentes dos campus, que as ofertas dos determinados cursos atendem totalmente às necessidades da população destas localidades e que, muitas vezes, estudantes de outros estados concorrem

às vagas ofertadas. Porém mesmo alguns depoentes afirmando que com o processo seletivo por meio do SISU, os estudantes escolhem o curso independente de ser em regiões alheias a de sua residência fixa e que os cursos devem ser abertos devido a demanda do país e não da região, alguns depoimentos provam o contrário, o que é o caso do depoente "E" quando relata que:

> Penso que se a gente não criar a médio e longo prazo uma identidade para os campus regionais, a nossa capacidade de atração vai se tornar pequena a médio e longo prazo. Porque daqui a pouco a gente vai ter formado regionalmente boa parte das pessoas nos cursos que a gente oferece e até pensando no ponto de vista de mercado mesmo, não só filosoficamente que é importante as pessoas se formarem em nível superior, isso é importante no ponto de vista da formação do cidadão, penso que do ponto de vista do mercado de trabalho em dez anos a gente satura o mercado regional na formação que a gente tem. (ENTREVISTA "E", trecho entre 3min35seg e 4min21seg).

Aponta que a instituição vem discutindo como fazer para que os campus do interior possam se consolidar com os cursos ofertados, para que a procura não seja menor que a oferta, quando se pensa em uma população relativamente pequena frente à oferta por outros cursos oferecidos por outras instituições de ensino na cidade e até mesmo os mesmos cursos disponíveis em municípios muito próximos e com maiores condições de qualidade, o que acontece com o curso de história no Campus de Nova Andradina.

> Eu penso que esse é o desafio, dar uma identidade e ao mesmo tempo sustentabilidade para esses campus no interior, vai passar eu penso, por essa capacidade de tempos em tempos reorganizar os campus do interior, se a gente não conseguir criar uma identidade. Eu penso, porque um cara viria estudar em Nova Andradina, quais são os atrativos como aluno? Quais são os atrativos que a gente tem? No caso do curso de História por exemplo, nós temos mais seis ou sete ou oito no estado inteiro, porque alguém viria estudar história aqui? O que a gente tem visto é que os alunos estudam aqui porque fica mais próximo da casa, é interessante mas não é o suficiente. (ENTREVISTA "E", trecho entre 5min17seg e 5min58seg).

Ao questionarmos a respeito de qual foi o procedimento para a escolha destes cursos, os depoentes relatam não terem participado dos processos de escolhas, tanto para a localidade do campus, quanto para a escolha dos cursos. Buscamos por declarações ou atas onde fosse possível identificarmos qualquer tipo de pesquisa ou sondagem realizada com o propósito de descobrir qual curso a população ou o município precisa que seja ofertado. Porém não identificamos tais documentos. A ideia que é apontada parte que nos dias atuais, com o processo seletivo partindo do SISU, o que é aceito é que os estudantes podem vir de qualquer lugar do país para o preenchimento das vagas.

Pensando sobre esta visão percebemos que nem sempre os cursos ofertados são exatamente o que a população precisa em determinadas regiões, para atender a estudantes de outras regiões, os campus precisam ofertar bolsas e apoios para que possam manter moradias no município, porém as bolsas disponíveis nem sempre atentem a demanda da procura e estes estudantes acabam desistindo do curso.

Pensando em interiorização do ensino superior podemos apontar que a intenção é levar para o interior dos estados ensino superior para todos e de qualidade, porém pensando na procura e oferta, percebemos por meio das observações e depoimentos que muitas vezes os estudantes acabam tendo como única opção os cursos ofertados, que nem sempre é aquela que atende as necessidades que a população precisa para se qualificar e conseguir melhorar a qualidade de vida por meio do seu trabalho, pois há casos em que o estudante consegue graduar e o curso não oferece área de trabalho, ou seja, o aluno adquire a graduação e não consegue trabalho na região onde mora.

O depoente "B" aponta em seu depoimento que os novos cursos que serão ofertados no Campus de Ponta Porã, abrirão oportunidades para que os alunos ao concluírem o curso tenham campo para exercerem a profissão.

> Nós já temos o curso de pedagogia abrindo ano que vem (2014), e temos o de engenharia mecatrônica abrindo em 2015. Essas são as duas propostas de cursos que foram inicialmente autorizadas pelo Ministério da Educação. O campus vem trabalhando em duas linhas, o governo tem incentivado a formação de engenheiros porque é necessário para o desenvolvimento do país e a formação de professores que também é necessário para o desenvolvimento do país. (ENTREVISTA "B", trecho entre os 12min46seg e 13min16seg).

Em depoimento relata que o campus já possui um curso de licenciatura em matemática e que o curso de pedagogia vem para complementar a linha de formação de professores e diz ainda que partindo do curso de licenciatura em pedagogia será possível futuramente oferecer outros cursos de licenciatura, cita o como exemplo um desejo em poder oferecer no Campus de Ponta Porã o curso de licenciatura em educação física, mesmo sabendo que este é um pensamento a longo prazo devido aos custos elevados para a construção de laboratórios e espaços físicos para atender tal curso. Relata ainda que os cursos de licenciaturas serão ofertados direcionados para a licenciatura voltada para as novas tecnologias e desta forma consegue fazer um link com os cursos de exatas já ofertados pelo campus.

> A instituição por meio da administração central já está pleiteando junto ao MEC recursos para a expansão da infraestrutura do campus, construção de novos blocos, principalmente de novos blocos de sala de professores e de laboratórios, uma nova biblioteca, que a nossa biblioteca agora com mais dois novos cursos já vaí se tornar pequena para o volume de livros, (...) já estamos trabalhando no sentido de acomodar nosso espaço físico. (ENTREVISTA "B", trecho entre 18min35seg e 19min07seg).

Justifica também em depoimento qual a relevância e importância em oferecer no município de Ponta Porã o curso de engenharia mecatrônica que também é um curso voltado mais para as exatas que para a área de humanas.

> O curso de engenharia mecatrônica já é um curso mais tecnológico, então ele vai trabalhar muito mais próximo aos cursos de ciências da computação e de sistemas da informação e também pega um contexto muito positivo que é o de implantação do parque tecnológico em Ponta Porã, que está sendo apadrinhado pelo parque tecnológico de Itaipu (...), o prefeito propôs que o curso já fosse implantado dentro do parque tecnológico. (ENTREVISTA "B"13min38seg e 13min42seg).

O depoente exemplifica como tendo os cursos de engenharia mecatrônica e pedagogia como sendo as duas pontas e entre eles ou outros três cursos já existentes no campus e que estes dois novos cursos são visualizados como sendo as pontas por serem responsáveis em puxar e fazer ligações com possíveis novos cursos, tanto voltados para as exatas quanto para as humanas. Neste caso o Campus de Ponta Porã deixaria de ser apenas voltado para as exatas como é atualmente.

Essa nova expansão de cursos não proporciona apenas conquistas, questionando a respeito de infraestrutura e espaço físico, mesmo sabendo das instalações novas em Ponta Porã e também em Nova Andradina, o que é possível relatar partindo dos depoimentos é que com a abertura de novos cursos a demanda de quantidade de discentes e técnicos também irá aumentar, o que será um problema, pois as previsões de construção e reformas dos prédios são a longo prazo e o espaço oferecido se tornará pequeno para atender ao aumento de funcionários.

Ponta Porã, ao contrário de Nova Andradina, conta ainda com um bloco que está cedido para outra universidade até o ano de 2016, e apenas a partir desta data é que as instalações poderão ser novamente utilizadas pela UFMS, já o Campus de Nova Andradina para receber nos cursos, os quais trataremos mais adiante, precisa obrigatoriamente de um investimento para rever a estrutura física e organização dos prédios para ser possível atender a demanda.

No Campus de Nova Andradina também existem projetos de implantações de novos cursos. Em conversas informais os depoentes da pesquisa apontam que a intenção de abertura de novos cursos se dá pela necessidade que cada campus tem de possuir cinco ou mais cursos para continuar sendo um campus, caso contrário estes se tornariam uma extensão do Campus de Campo Grande.

> Estão previstos os cursos de Engenharia da Produção e Engenharia Civil, e outro tecnológico em gestão financeira. Talvez a gente consiga criar uma identidade, não só a proximidade das áreas, mas permitir, potencializar a médio prazo a verticalização disso. Eu acredito que professores de áreas correlatas, possam, em conjunto, montar um curso de mestrado a médio prazo. Coisa que se a gente fragmentar, colocar cada um de uma área, um curso na área de exatas, de humanas, biológicas, no meu ponto de vista nós não avançaremos, ficaremos nessa de formar graduados. (ENTREVISTA "E", trecho entre 6min13seg e 14min56seg).

Aponta ainda que desses três cursos previstos para serem abertos, o de gestão financeira já está aprovado pelo conselho universitário e os outros dois até a presente data são apenas propostas, mas relata que o intuito é que os três sejam abertos a curto prazo, uma vez que em conversas informais com demais depoentes, os campus precisam de pelo menos cinco cursos para que não se tornem extensão da UFMS de Campo Grande.

Visualizando a tentativa de abertura de novos cursos na busca de fortalecer os já existentes, é notada a procura pela identidade do Campus de Nova Andradina, uma vez que os cursos ofertados estão em fase crítica de permanência no município. Neste contexto, questionamos aos depoentes as políticas utilizadas para a escolha desses cursos para que o campus iniciasse suas atividades acadêmicas. O depoente "E" nos relata mesmo não tendo participado do processo de abertura do campus que:

> Esse processo eu não acompanhei, quando eu prestei o concurso em 2006 eu já vim, eu me inscrevi pra vir trabalhar no Campus em Nova Andradina, então esse processo todo de como foi que abriu o campus, como que decidiram vir para cá, por que escolheram aqueles cursos, eu não participei disso. Eu cheguei aqui e estava aí o curso de geografia e eu tinha que dar aula. (ENTREVISTA "E", trecho entre 10min11seg e 13min12seg).

Apesar de não ter participado das políticas para a escolha dos cursos durante a abertura do campus, o depoente aponta que esteve em uma reunião na qual discutiam as possibilidades de novos cursos e quais seriam estes cursos.

> Então, o que eu percebo e até participei de algumas reuniões é que há um interesse bastante grande dos políticos locais, regionais, em fortalecer a presença da UFMS na cidade e na região. Isso é muito pacífico, independentemente do partido eu não ouvi ninguém fazendo nenhuma crítica

> que fosse assim contundente em relação a presença da UFMS. Na verdade algumas críticas ocorrem dependendo dos contextos e das contingências políticas com relação a expansão, como a universidade desempenha um papel na sociedade importante, ligar-se a esse papel é também importante para os políticos locais e regionais e eles tendem a participar e até conduzir alguns debates sobre a expansão universitária. Eu mesmo participei em Brasília o ano passado de uma reunião com o então senador aqui do Mato Grosso do Sul, Antonio Russo, que foi organizada pelo prefeito da cidade e que teve a presença do ministro da educação, da reitora, do pró-reitor de pesquisa, discutindo não só a expansão e o fortalecimento, mas também a criação de novos cursos no campus e a demanda regional era por engenharia civil nesta época. (ENTREVISTA "E", trecho entre 18min03seg e 20min10seg).

Um outro obstáculo a ser enfrentado pelos campus, nos dois casos, os dirigentes apontam que para conseguirem atender com qualidade os novos cursos que começarão a receber em 2014 é a adequação do espaço físico destes campus, como salas de aula, laboratórios, bibliotecas, salas para professores, entre outros, porém ao visitar o campus durante o dia percebemos que não existe utilização do espaço pelos estudantes e professores. No Campus de Ponta Porã, algumas disciplinas são ofertadas no período diurno, mas o maior fluxo de acadêmicos ocorre no período noturno, já no Campus de Nova Andradina, as instalações ficam sem nenhuma utilidade, inclusive a biblioteca e um dos motivos mais sérios é a falta de transporte para que as pessoas consigam chegar até o campus.

Pensando em expansão e interiorização das universidades, seria considerada uma ação positiva se pudéssemos pensar em um incentivo de maior acesso SOS estudantes a estas universidades. No entanto, o crescimento vem ocorrendo de forma desordenada e o que percebemos são estudantes se matriculando em cursos ofertados sem realmente ser a área que gostariam de atuar e que são ofertados em condições mínimas de sustentabilidade, onde os números aparecem e os resultados satisfatórios não. Neste caso, estamos formando profissionais insatisfeitos e que muitas vezes saem da graduação sem perspectiva de sucesso na vida profissional, ou por não gostarem da área de formação ou por não terem mercado de trabalho suficiente para todos, como podemos perceber na fala do depoente "E" quando trata das dificuldades para a consolidação dos cursos ofertados nos campus.

> O que eu percebi na questão da geografia, eu posso falar, porque eu fui professor do curso, quando nós instalamos o curso nós tínhamos dois cursos de licenciatura e no campus da licenciatura a gente tem que analisar outros contextos, não só o oferecimento do curso, mas é o que esse egresso vai

> poder no ponto de vista de mercado de trabalho e infelizmente isso tem que ser no ponto de vista institucional pensando oferecer, que mercado de trabalho é esse que espera esse egresso. O que a gente percebe não só no Mato Grosso do Sul, mas também no Brasil de forma geral, a carreira docente no ensino público estadual, não é uma carreira que tem uma apreciação (...) (ENTREVISTA "E", trecho entre 19min55seg e 22min13seg).

O depoente aponta que essa oferta desordenada acaba formando profissionais em áreas não sonhadas e que muitas vezes, essas áreas não são reconhecidas como deveriam e que acabam desapontando esses profissionais que não atuam como deveriam , ou preferem seguir outras carreiras alheias a de graduação. Estas ofertas desordenadas acabam causando extremidades negativas devido aos padrões de expansão seguidos até o momento.

Evasão e conclusão dos cursos

Uma das dificuldades encontradas pelas universidades é a quantidade da evasão[7] de alunos em nível superior de ensino, A evasão significa um número de estudantes que ao iniciar um curso de nível superior não completa durante período determinado para o término do curso iniciado, pensando em expansão e sustentabilidade do ensino superior esse é um dos pontos que implicam para que as universidades consigam ampliar e consolidar sua criação na interiorização do estado de Mato Grosso do Sul. Cursar uma faculdade hoje aponta ser a vontade de uma grande maioria da população, mesmo quando por motivos diferenciados, onde para alguns demonstra status e para outros representa a possibilidade de melhorar a qualidade de vida por meio de um trabalho melhor, com possibilidades de estabilidade financeira que muitas vezes atuará não somente para o formado, mas pode significar a melhoria da qualidade de vida de toda a família.

A evasão é uma problemática que atinge as universidades de ensino superior no Brasil e que não é diferente no município em questão, desta forma cada vez mais as universidades procuram ações para diminuir a quantidade de desistências que acontecem ainda mesmo antes do início das aulas. A perda destes alunos que iniciam as aulas, mas não chegam a concluir os cursos, pode implicar em desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos, pois principalmente no setor público significa desperdício de recursos públicos sem o devido retorno.

---

[7] 1. Ato de evadir(-se), de escapar da prisão. 2. Fuga às ocultas. 3. *Fig*. Subterfúgio, evasiva. (RIOS, 1999, p. 267).

> Quando eu cheguei aqui, o curso já estava em andamento, já fazia 6 meses que o curso estava funcionando. Começou em 2009. Eu cheguei no 2º semestre de 2010. Então ele foi aberto no 2º semestre de 2009, e eu cheguei 1 ano depois. Mais por exemplo, eu ainda dou aula para os alunos da 1ª turma, por que só formou 1 aluno. Então na verdade todo o processo, todos os problemas quando eu cheguei, eles ainda estavam no auge, a exceção foi que quando eu cheguei tinham professores efetivos. (ENTREVISTA "D", trecho entre 2min04seg e 3min).

Alguns motivos podem ser responsabilizados pela evasão de acadêmicos no ensino superior, efeitos esses que podem auxiliar pela diminuição mas também serem responsáveis pelo aumento na quantidades de desistência ou até mesmo mudança de cursos durante a graduação.

Uma delas que podemos apontar é a ampliação de números de vagas ofertadas pelas universidades, esta pode ser apontada como uma ação benéfica para a expansão do ensino superior, porém quando esta acontece de forma desordenada ou precipitada pode apontar mais um malefício para que a consolidação deste curso aconteça. O objetivo em impedir a evasão de alunos é justamente conseguir atrair cada vez mais estudantes para esses cursos. O que podemos apontar certamente, é que muitas vezes os cursos oferecidos podem não ser aqueles que a população destas regiões realmente necessitam, e quais as condições em que estes cursos estão sendo ofertados.

> O que a gente enfrentou no início, é que nós tínhamos dois cursos de licenciatura, que atraiam alguns alunos, e UE funcionava pela metade. Nas primeiras turmas, nós formamos sete alunos de geografia e acho que onze de história, a aí o investimento feito para isso se você for fazer a conta (...) (ENTREVISTA "E", trecho entre 21min37seg e 21min55seg).

Durante pesquisa realizada nos municípios de Ponta Porã e Nova Andradina, questionou-se a respeito da escolha de determinados cursos ofertados e também sobre a localidade física nestes campus. O que foi possível identificar é que os alunos acabam se candidatando para os cursos que lhes são oferecidos,porém muitas vezes não é o curso em que a população realmente precisa ou este é oferecido em horários e condições impossíveis para que o aluno consiga frequentar.

O depoente "H", relata em seu depoimento que possui residência em Bataiporã, município vizinho a Nova Andradina, e que para frequentar o curso de história conta com transporte ofertado pelo seu município ou vem de condução própria, aponta que é difícil chegar do centro de Nova Andradina ao campus que fica em média 8 km de distância, pois o município não possui transporte público.

A aluna diz ter escolhido o curso de história por já frequentar um curso a distância em teologia e acredita que história seria o mais próximo de teologia para cursar de forma presencial. Relata que iniciou no curso que ofertava em média quarenta a cinquenta vagas pelo SISU na terceira chamada e que o curso não conseguiu preencher todas as vagas disponíveis.

E aponta, ainda, que o curso possui apenas quatro professores habilitados em história e que um deles possui residência em Campo Grande, o que dificulta a acessibilidade, pois está na universidade apenas em dias específicos da semana.

> Tem boatos na faculdades,não que eu sinta, porque eu estou no segundo semestres que se tivesse mais professores a gente poderia ter iniciação científica que não tem, eu mesmo tenho muita vontade de fazer e não tem quem ofereça. (ENTREVISTA "H", trecho entre 5min17seg e 5min59seg).

Apresenta que dos quatro professores habilitados em história, além deste que mora em Campo Grande, um não dá aula para o seu semestre e por esse motivo muitas vezes encontram dificuldades para frequentar eventos em outros municípios, pois ônibus apenas pode levar acadêmicos com pelo menos um professor acompanhando e com essas restrições acabam contando apenas com dois e que na maioria das vezes não podem os acompanhar. Desta forma, para que participem de eventos de formação continuada precisam partir apenas com recursos próprios, sem incentivo da instituição.

Em determinados momentos, é possível perceber que principalmente aqueles estudantes que tiveram de efetivar moradia em um desses municípios, precisaram de auxílio e doações de professores e amigos para conseguirem se manter na instituição e que mesmo assim não conseguem ter segurança se conseguirão concluir o curso, apontam que existiria maior segurança e possibilidade de concluir o ensino superior se tivessem condições de continuar morando com a família.

Até mesmo aqueles que conseguem usufruir do deslocamento diário por meio de ônibus ou até mesmo transporte particular, sentem dificuldades em manter frequência e permanência no curso até a conclusão, pois na maioria das vezes o valor do transporte é elevado e o município não oferece ajuda para os estudantes, o que podemos confirmar com o depoimento de alunos e até mesmo dos dirigentes entrevistados.

> Nós tivemos uma discussão interessante, acho que o grande problema por enquanto e que está sendo resolvido pela prefeitura com o deslocamento do ônibus que leva e traz os alunos durante a noite, no período noturno que é quando agente tem aula, era essa distância e o acesso ao campus. (Entrevista "E", trecho entre 11min25seg e 14min55seg).

Em Ponta Porã apesar do campus estar localizado distante do centro da cidade possui transporte disponibilizado gratuitamente pela prefeitura, transporte coletivo para os estudantes chegarem até a universidade e as possibilidades de outros transportes como vans e condução própria como bicicletas, motos e carros são possíveis de utilização. Em Nova Andradina, a situação é um pouco mais complexa, pois a distância do campus do centro da cidade é relativamente maior que em Ponta Porã e além de a prefeitura não oferecer transporte gratuito, o município não conta com os serviços de transporte coletivo.

> Totalmente difícil o acesso, tanto que acho que nesse ano, alguns alunos se uniram e conseguiram ônibus da prefeitura para trazer, porque o pessoal ficava ali com o dedão pedindo carona. Porque não tem ônibus que vem para cá e é distante, é de muito difícil o acesso. (Entrevista "H" trecho entre 8min21seg e 8min59seg.).

Os alunos acabam apenas contando com os serviços de vans ou de condução própria, o que muitas vezes compromete grande parte do orçamento mensal dos alunos, o que dificulta muito a permanência dos alunos nos cursos. Atualmente a prefeitura de Nova Andradina disponibiliza ônibus com horário fixo para apenas levar os alunos para o campus, para voltar estes estudantes que finalizam seus estudos diários às 22h40min, ainda dependem de carona ou transporte particular. Possuem esperanças de que após terminar a construção do Hospital do Câncer localizado em frente ao campus as condições de acesso melhorem.

É possível apontar algumas das causas mais citadas pelos depoentes como sendo as principais causadoras de evasão de alunos no ensino superior: necessidade de trabalhar, o que influencia no tempo para estudos; falta de assimilação do aluno com o curso; dificuldades de aprendizado, por não contarem com ensino básico de qualidade; não atendimento das expectativas dos estudantes por parte do curso; dificuldades de acesso à universidade; falta de auxílio ao Estudante (Financeiro, Alimentar, etc.)

Os Campus tanto de Ponta Porã quanto de Nova Andradina além de oferecerem bolsa permanência e bolsas para elaboração de projetos também necessitam de apoio do município em ofertar condições para que os estudantes consigam permanecer no município e também no curso, porém ainda não estão sendo ofertados na quantidade e qualidade necessária para suprir a demanda.

> O município tem sido um parceiro muito grande, principalmente nas realizações de ações de extensão, ele apoia, divulga, favorece, contribui. Eu

> diria que não há um apoio financeiro efetivo, mas agora com a chegada desses cursos a gente já pediu que fosse pensado numa casa do estudante, principalmente para estudantes que vêm de fora do estado (...), lutar pela volta do passe livre para os estudantes. (ENTREVISTA "B", trecho entre 22min01seg e 22min45seg).

Os campus estão buscando métodos para que ocorra a permanência dos estudantes até o término do curso, pois devido as dificuldades enfrentadas no decorrer da graduação muitos acabam desistindo, trancando ou ainda mudando de curso. Os motivos mais apontados para as desistências destes estudantes se dão pela necessidade de trabalhar durante o dia e estudar durante a noite, onde muitas vezes as condições de acesso a universidade não contribuem para que a permanência aconteça.

Falta de transporte, cansaço, condições financeiras, família, são alguns dos motivos pelos quais levam os alunos a deixarem o sonho de concluírem um curso de ensino superior, pois a principal ideia é a interiorização do ensino superior para atender a população que não possui condições de buscar ensino em outras regiões, mas os métodos de ofertas, na maioria das vezes, não atendem aos princípios de expansão e sustentabilidade deste movimento.

Rotatividade de docentes

Outra dificuldade considerada de grande influência para a expansão e principalmente para a sustentabilidade do ensino superior é a rotatividade[8] de professores nos campus em questão, o termo rotatividade de professores é utilizado aqui para apontar a flutuação de recursos humanos nas instituições de ensino superior nos municípios pesquisados. A não permanência de docentes influenciada pelas condições de trabalho oferecidas pelos campus é um fator importante a ser observado. A não permanência do corpo docente também contribui para a falha na sustentabilidade dos professores nos campus em que estão atuando.

> Não teve um ano desde que eu cheguei aqui que tivesse um edital para a seleção de docentes com vagas para Ponta Porã, desde de 2009 quando abriram os primeiros editais e nós recebemos nossos primeiros seis professores, a gente vem recebendo professores a cada ano. O maior número de docentes nós recebemos agora no início de 2013,para fechar os cursos que já estavam funcionando aqui, hoje nós estamos com vinte e oito professores efetivos no campus. (ENTREVISTA "B", trecho entre 23min51seg e 26min35seg).

[8] 1. O que roda ou faz rodar. 2. Que atua ou funciona girando. 3. Que se dá em rodízio (cargo, função, etc.). (RIOS, 1999, p.476).

O depoente aponta que destes vinte e oito professores, seis são doutores e contam com cinco doutorando, relata que a minoria é professor substituto e que na instituição atualmente não conta com nenhum professor voluntário, como ocorreu no início do curso de matemática. Aponta ainda que com a abertura dos dois novos cursos e com a realização de um novo processo seletivo esse número deverá aumentar.

No caso de Ponta Porã, atualmente quase todos os docentes são residentes no município, mas durante a abertura do campus a rotatividade foi considerável, muitos dos professores que assumiram as aulas durante o primeiro mês de aula no curso de matemática eram professores voluntários, pois o campus ainda não possuía profissionais efetivos para iniciarem as aulas, só então é que partindo de processo seletivo é que começaram a chegar os primeiros professores efetivos. Na maioria dos semestres algumas disciplinas do currículo não estavam sendo ofertadas por falta de profissionais.

Essa instabilidade do corpo docente pode ser justificada pelas condições de qualidade de vida ofertadas pelos municípios, o caso de Ponta Porã que possui fronteira seca com Pedro Juan Cabalheiro ainda podemos contar com alguns recursos que faltam no lado brasileiro, mas não justifica a falta de infraestrutura do município. Hoje é possível observar, por meio dos depoimentos, que no Campus de Ponta Porã a maioria do docentes possuem residências e estão constituindo e fixando família no município.

> Eu acho exatamente por que nós estamos com expansão do ensino superior, e tem uma grande oferta, de número de vagas no país. Então o que acontece, o professor vem pra cá, em geral as pessoas que vêm pra cá eram solteiras, quando eu cheguei aqui não tinha nenhum casado, inclusive eu era solteira e o que acontece, aqui é uma cidade pequena, não tem entretenimento, o custo de vida aqui é alto, pra você ir para um cinema você tem que ir a Dourados e é difícil estabelecer, eu sempre achei muito difícil passar fim de semana aqui. Por conta que você não tem o que fazer. A cidade é uma cidade turística voltada para compras no Paraguai. Então, se você quer ir num cinema, num shopping, você não tem o que fazer. Como as pessoas daqui não são muito dadas a amizade, aqui o pessoal é muito fechado. Difícil de você se estabelecer aqui e conseguir se entrosar. E as pessoas não aguentavam, apareciam vagas em outros lugares, em grandes centros, é normal irem, eu não fui porque acabei conhecendo meu marido e acabei me estabelecendo, como tem outros colegas que também ficaram. Mas quem tinha família muito longe, e não estava acostumado não se habituou, aí foi embora. (ENTREVISTA “D”, trecho entre 11min20seg e 12min57seg).

Ao contrário do Campus de Ponta Porã, o Campus Nova Andradina, a maioria dos professores possuem residência em outros municípios e até mesmo na capital. O curso de Licenciatura em História que oferece o curso em oito semestres possui apenas três docentes habilitados na área e um deles mora em Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, os demais professores são formados em outras áreas. Apesar de ser perfeitamente clara a falta de profissionais habilitados na área, o coordenador do curso falou informalmente, pois não autorizou a gravação do depoimento, afirma que essa quantidade é suficiente e atende a todas as necessidades acadêmicas. Mas podemos confirmar com outros depoimentos.

> Hoje nós temos oito professores no cursos de administração e seis no curso de história, dois são substitutos, um substitui um professor que está fazendo doutorado que é do curso de história e o outro substitui um professor que pediu exoneração. Estamos abrindo concurso público para ocupar a vaga deste professor de história que tinha se demitido, inclusive é alvo de demandas judiciais, a estruturação do curso, é uma confusão danada. (ENTREVISTA "E", trecho entre 15min36seg e 16min23seg).

As principais causas apontadas para a ocorrência desta rotatividade de profissionais são as condições da qualidade de vida ofertadas. Ao assumirem as vagas disponíveis os docentes não visam apenas a remuneração, estão atentos também para outros quesitos de grande importância para sua permanência. Observam as questões de saúde, lazer, educação, custo de vida, acessibilidade de deslocamento para outros municípios e estados, o que para ambos os municípios é de grande dificuldade ofertar.

> Quem é esse docente que vem para o interior? Ele vem para dar aula? Se ele é um "auleiro", então ele vai ter que dar sei lá quantas aulas, dezesseis horas aulas por semana porque ele não vai desenvolver pesquisa nem vai fazer extensão, é lógico que não pode fazer isso porque a universidade prevê para professor DE (dedicação exclusiva) tem que fazer pesquisa, ensino e extensão. Nós temos que pensar que se a gente quer avançar na pesquisa da extensão nós precisamos pensar, primeiro na quantidade de professores, obviamente nós teríamos que ampliar um pouco. Mas também pensar que professor é esse que vem. (ENTREVISTA "E", trecho entre 16min24seg e 17min19seg).

Outro ponto importante para a permanência dos docentes é a falta de oportunidade para elaborarem projetos e pesquisas, pois para a maioria dos docentes universitários é de muita importância as condições e ofertas para que possam participar de grupos de pesquisas e que possam participar de projetos.

> Esses professores, eles vêm, passam um tempo e vão embora, querem ser transferidos, querem ir pra capital ou querem ir para outra universidade, por

> conta de toda uma questão que não vem ao caso. (ENTREVISTA “E”, trecho entre 17min24seg e 18mine54seg).

Esses requisitos são dificilmente ofertados pelos municípios de interior, e estes profissionais assim que encontram a oportunidade de transferência para municípios que apontem melhores condições, nestes aspectos, não veem motivos para continuar em uma região não oferece qualidade de vida para sua família.

Projetos e pesquisas

Uma das condições para a permanência de professores nas universidades parte das condições que ela oferece para a realizações de projetos e pesquisa. Nos campus pesquisados essa foi uma das questões questionadas aos depoentes que relataram, de maneira geral, que os projetos de pesquisa e extensão acontecem, porém de maneira tímida se formos confrontar com a realidade dos campus.

No Campus de Nova Andradina, as pesquisas são descritas como existentes, porém os próprios cursos enfrentam dificuldades para conseguir continuar oferecendo vagas para novos egressos, como é o caso de geografia que apenas atende a turma que ainda não concluiu a graduação e já não disponibiliza mais vagas para novas turmas e o de história que iniciou com liminar judicial para que os estudantes tivessem o direito de frequentar as aulas no curso em que foram aprovados dentro das cinqüenta vagas ofertadas e que não foram preenchidas em sua totalidade assim como nas demais turmas.

> Uma outra questão importante é permitir que se for levado a efeito o lado da pesquisa, da extensão, uma discussão pelo menos em algumas áreas da pesquisa, no nosso caso da geografia, da história, da administração, voltadas para pesquisas, voltadas para temas regionais. Isso tem acontecido, na verdade não com todos os professores, essa questão da pesquisa é bastante complicada também nos campus do interior, mas eu percebo que há uma possibilidade muito grande de se desenvolver esse campo aí da pesquisa. (ENTREVISTA “E”, trecho entre 2min55seg e 3min31seg).

Aposta a depoente “H”que se a quantidade de professores que atuam em Nova Andradina não fosse insuficiente, os acadêmicos poderiam realizar também pesquisa, ensino e extensão no campus, aponta estar no segundo semestre e ainda mesmo gostando não teve oportunidade de participar destas atividades e não sabe se será ofertada nos próximos semestres.

Já no Campus de Ponta Porã o que é relatado por todos os depoentes é que o campus conta com a elaboração e prática de projetos de pesquisa e de extensão e que principalmente possuem a participação dos estudantes bolsistas e não bolsistas na realização desses projetos. O depoente "C" nos aponta algumas condições que a UFMS oferece para que os professores trabalhem com o tripé, pesquisa, ensino e extensão.

> Outra que é importantes e a gente sente confortável e é levado sempre em conta e incentivado pela direção, os professores estarem em estado de capacitação. Então se ele comprova que ele está envolvido em projetos, que ele comprova que ele está em um programa de doutoramento, isso tudo faz com a gente faça um programa de carga horária que possibilita a ele ter um conforto para que possa continuar se capacitando e estudando. (ENTREVISTA "C", trecho entre 16min08seg e 16min43seg).

O depoente justifica que a distribuição varia de acordo com a área de atuação dos professores da instituição, ou seja, se é um professor que prefere ter mais tempos em sala de aula a elaborar projetos, sua carga horária fica mais direcionada para a quantidade de aulas e se for um professor pesquisador, este assume mais horas de pesquisa que ministrando aulas. Aponta que desta forma é possível que o campus consiga manter o tripé de ensino, pesquisa e extensão e que é muito respeitada a opção da área de atuação dos professores.

Aponta ainda que os alunos também estão diretamente ligados aos projetos de pesquisa, ensino e extensão e diz ainda que os alunos que possuem bolsa permanência precisam, obrigatoriamente, estar envolvidos em projetos de pesquisas.

> Esse caso aqui em Ponta Porã é muito claro, então nosso projeto de extensão, está sempre sendo divulgado esses projetos, eu por exemplo trabalho com programas de capacitação, aí eu divulgo na lista de todos os cursos, no caso de ciências da computação e sistemas de informação e abro vagas para eles participarem nos programas de capacitação e projeto de extensão(...) (ENTREVISTA "C", trecho entre 26min24seg e 28min55seg).

O depoente aponta a necessidade de envolver cada vez mais os estudantes em projetos de extensão, pois estes alunos que participam de pesquisa, ensino e extensão, permanecem muito mais no curso e possuem maiores possibilidades de conclusão dos cursos que aqueles acadêmicos que frequentam a universidade apenas em horários de aulas regulares. Vê neste tripé da educação a forma de fortalecer a assiduidade e diminuição de desistências dos alunos durante sua formação.

Pensando em expansão e sustentabilidade, percebemos por meio dos depoimentos que ainda são muitas as dificuldades enfrentadas pela interiorização do ensino superior,

que possui como principal objetivo levar à população do interior condições e oportunidades para concluir um curso de nível superior.

É possível identificar que as universidades precisam de maior apoio do governo nos sentido de possibilitar maiores condições de permanência de docentes e discentes nos campus abertos nas cidades de interior. Esses incentivos poderão ser feitos por meio de bolsas para auxiliarem os estudantes, melhores escolhas nas quais a população de determinada região realmente necessite, condições de funcionamento de qualidade desses cursos, apoio dos governos municipais em questão de transportes e outros auxílios e principalmente incentivo e qualificação dos docentes que se habilitam a atuar nos campus de interior dos estados.

Expansão e sustentabilidade necessitam muito mais que prédios e carteiras para que a consolidação destes campus e cursos aconteça, podemos pensar que seja possível uma reestruturação e construção de identidade frente aos objetivos para cada município, de maneira que a criação de cursos e campus possam acontecer de maneira que atendam a demanda e as necessidades destas regiões e não perpassem apenas por ações políticas, as quais não consigam nem a curto e nem a longo prazo alcançar a consolidação desta expansão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo resultou da investigação sobre a expansão e sustentabilidade do ensino superior em Mato Grosso do Sul, entre as décadas de 1992 e 2012, recorte temporal que acontece durante os governos de FHC e LULA.

Descrever o sistema de ensino superior no Brasil é no mínimo uma tarefa árdua e bastante complicada devido à diversidade de estrutura e organização, porém pensando em ensino superior das universidades federais, no qual a fonte desta pesquisa é uma única universidade em dois de seus campus, foi possível, apesar das dificuldades perceber e relatar neste estudo os sentidos de implantação de campus e cursos e sua sustentabilidade.

Depois de interagirmos com as fontes históricas, buscando apontar a evolução do ensino superior partindo do macro até chegarmos ao micro, no qual nos reportamos a Mato Grosso do Sul tendo como fonte a UFMS em dois municípios: Ponta Porã e Nova Andradina, observou-se dois temas principais que nortearam a pesquisa: o primeiro em verificar os sentidos de aberturas de cursos e novos campus utilizados pela UFMS, partindo das observações destes critérios dos projetos políticos pedagógicos e avaliações institucionais e o segundo observar a questão da sustentabilidade destes novos campus e cursos autorizados neste recorte temporal.

Em um primeiro momento, foi de muita importância fazer uma retrospectiva sobre a história do ensino superior brasileiro e suas transformações, mostrando que a educação evoluiu passando por várias rupturas marcantes na história, iniciando com a chegada dos portugueses ao novo mundo e observando a evolução e as transformações do ensino superior após todo o tempo percorrido desde a chegada da primeira universidade no Brasil até o recorte temporal e a localidade da pesquisa. Este primeiro momento busca registrar a partir de levantamentos bibliográficos e baseados em autores conhecedores do tema a evolução do ensino superior no Brasil.

Apontamos também neste primeiro momento, a expansão do ensino superior nos governos de FHC e LULA, perceber as diferenças de cada governo ao referir-se às questões do ensino superior no Brasil e que logo atinge diretamente a todos os estados incluindo o Mato Grosso do Sul, que é o estado no qual se dá a pesquisa. Foi possível visualizar que a diferença mais pontual dos dois governos em questão, trata-se que no primeiro governo que teve a duração de dois mandatos, priorizou a expansão do ensino superior no setor privado, buscando então privatização do ensino superior no Brasil. Já no segundo governo, que também esteve no poder por dois mandatos, o que se priorizou foi a expansão da interiorização do ensino superior nas universidades públicas, com a intenção de levar as universidades e a possibilidade de conseguir concluir um curso de nível superior de qualidade para toda a população brasileira.

No segundo momento, apresentamos o processo de expansão da Universidade Federal de Mato Grosso Sul, iniciamos falando sobre a implantação da UFMS, seu processo histórico partindo de sua criação ainda quando Mato Grosso e Mato Grosso do Sul eram um único estado, suas transformações e evolução na região. Buscou tratar da expansão e caracterização da UFMS, sua evolução perante a abertura de novos campus e cursos.

Abordamos a implantação da UFMS visualizando sua origem em Campo Grande em 1962, que passou a ser sede dos demais campus nos quais podemos identificar durante a pesquisa , totalizando onze campus contando com o de Campo Grande, os campuis estão situados no interior do estado nas cidades de: Corumbá, Aquidauana, Bonito, Ponta Porã, Naviraí, Nova Andradina, Três Lagoas, Paranaíba, Chapadão do Sul e Coxim.

Dedicamos também uma parte da pesquisa para a caracterização da UFMS, suas características, cursos ofertados pelos campus, cursos de pós-graduação em nível de

especialização, mestrado e doutorado ofertados pela universidade, este na intenção apenas de informar ao leitor uma vez que o objetivo da pesquisa não é analisar os cursos de pós-graduação, o compromisso social, programas de pesquisa e extensão, seus espaços físicos, corpo docente e técnicos administrativos. As informações foram relevantes para o trabalho, na intenção de observar os movimentos realizados pela universidade e sua expansão, visando assim compreender se estes movimentos foram realizados de maneira sustentável e se estão conseguindo se consolidar nos municípios em que atuam.

Outro aspecto deste segundo momento, observado neste estudo, foram os sentidos de instalação dos novos cursos e campos abertos no terceiro movimento de expansão e interiorização do ensino superior no Brasil. Neste terceiro movimento de expansão fazem parte os municípios de Navirai, Ponta Porã, Bonito, Nova Andradina e Chapadão do sul, tendo como fonte para análise os projetos políticos pedagógicos e documentos oficiais de avaliação institucional dos campus elencados para a realização da pesquisa, Ponta Porã e Nova Andradina. É apontado no decorrer da pesquisa que a escolha dos campus foi por serem diferenciados nas áreas em que atuam, sendo o primeiro para área de exatas e o segundo para humanas, além das semelhanças de custo e manutenção pelos cursos escolhidos.

Num terceiro movimento da pesquisa, observamos as ações necessárias para que seja possível a autorização para a abertura de IES, campus e cursos. A discussão acerca do tema se constitui sob as orientações do MEC que aponta os procedimentos necessários para que as instituições possam atuar com a educação de ensino superior.

Analisamos também a expansão do ensino superior em Mato Grosso do Sul, tendo como fonte a UFMS a partir de duas linhas para análise, os sentidos utilizados para a escolha de aberturas de cursos e novos campus, ou seja, os métodos utilizados pela universidades para escolherem os municípios e localidade para instalarem seus campus e oferecerem os novos cursos e a sustentabilidade planejada para estes campus, as ações utilizadas para garantir a consolidação podendo garantir a oferta de educação superior de qualidade para a população do interior do estado. A caracterização dos municípios foi realizada em Ponta Porã e Nova Andradina, no qual se faz importante para que seja possível que o leitor e outros pesquisadores compreendam como estavam estruturados estes municípios no período da pesquisa, entre os anos de 2012 e 2013.

No intuito de responder alguns questionamentos que norteiam a pesquisa sobre a expansão do ensino superior, observamos que alguns pontos eram de grande importância para a pesquisa, como a demanda regional, evasão e conclusão dos cursos, rotatividade docente, projetos e pesquisas, para responder tais questionamentos, optamos pela construção de uma reflexão, entre o os sentidos de aberturas de cursos e campus e depoimentos de alguns dirigentes dos dois campus em análise, Ponta Porã e Nova Andradina. Retratamos as experiências vividas pelos depoentes durante o processo de instalação e escolha dos cursos ofertados nestes campus, vislumbrando compreender o processo de expansão e sustentabilidade do ensino superior em Mato Grosso do Sul, nosso objeto de estudo, o que nos fez considerar os sentidos para esta expansão que foi construída inicialmente na intenção de oferecer a interiorização do ensino superior de qualidade para toda a população.

Sobre a expansão e sustentabilidade do ensino superior em Mato Grosso do Sul, mencionamos nos primeiros capítulos além de um levantamento bibliográfico sobre a história do ensino superior no Brasil, questão necessária para a compreensão dos movimentos ocorridos para a evolução, sustentabilidade e consolidação desta expansão. Percebemos que o ensino superior brasileiro passou por várias mudanças, principalmente após o ano de 1937, quando tínhamos o Ministério da Educação e também a partir da criação da LDBEN, instituída pelo governo de FHC, a Lei 9.394/96, lei que estabeleceu rumos à educação no Brasil e também as diretrizes para o ensino superior.

Percebemos neste primeiro capítulo as transformações do ensino superior no Brasil, pensando que desde sua criação até os dias de hoje é possível perceber que as reformas implantadas nestes cinco séculos ainda são insuficientes para gerar o desenvolvimento cultural, social e científico que a sociedade precisa. Foi possível notar também que apesar das transformações ainda não alcançarem o seu ponto máximo, um ponto que é digno de observação é que a universidade deixou de ser uma realidade apenas para aqueles que possuíam um poder aquisitivo elevado e passou a ser oferecida para toda a população, pois por meio dos métodos de ingresso hoje ofertados, como por exemplo o SISU, há a todos oportunidade de preparação intelectual para pleitear uma das vagas ofertadas. Vale lembrar também que o processo seletivo conta com os sistemas de cota que vêm para garantir os direitos de todos.

No segundo capítulo, abordamos as questões relacionadas ao processo histórico de nosso objeto de estudo e da fonte da pesquisa, sendo eles, o ensino superior e a UFMS. Foi realizado um estudo na busca da compreensão histórica da instalação da universidade em Mato Grosso do Sul e de sua expansão pelo estado, o capítulo aponta além da história da implantação da universidade, a caracterização dos campus da UFMS e também a caracterização dos cinco campus que fazem parte do terceiro movimento de expansão, onde dentre estes estão os dois que constituem as fontes da pesquisa.

Vale lembrar que estes campus que foram instalados no terceiro movimento de expansão fazem parte do REUNI e tem como objetivo a interiorização do ensino superior, com o intuito de levar a possibilidade de concluir um nível superior àquelas pessoas que não possuem condições de deslocamento para os grandes centros para cursarem um curso de graduação.

Pensando em considerações finais, o tema expansão do ensino superior no Brasil tem ganhado importância nas discussões no país, tem sido considerada, por alguns críticos, como uma tentativa de levar até o interior do estado a possibilidade de toda a população ter acesso à graduação, mas também aponta ser feita em algumas universidades de forma desordenada. É pensando nesta condição de oferta que o terceiro capítulo trata o objeto de estudo. No decorrer da pesquisa, foi necessário repensarmos sobre o objeto de estudo, pois as relevâncias e rumos da pesquisa nos levaram a visualizar os caminhos percorridos pelas fontes para estruturar a expansão do ensino superior.

De acordo com o SINAES (2007) e MEC os cinco pontos avaliativos de uma instituição de ensino superior tratam além da sustentabilidade, também desejam saber se as universidades possuem corpo docente especializado e estáveis nos campus, se o espaço físico atende às necessidades dos acadêmicos, se os salários e condições de trabalho oferecem permanência ao corpo docente e técnicos nos campus, se a demanda de procura para os cursos oferecidos é relativa a quantidade de vagas ofertadas. Nesta perspectiva, percebemos a necessidade de avaliar estes mecanismos utilizados para as aberturas de novos campus e cursos na UFMS.

Ao longo da pesquisa, buscamos responder os questionamentos que surgiram em consequência do diálogo entre as fontes, que neste caso são as entrevistas realizadas com os depoentes das instituições que foram utilizadas como fontes e os levantamentos bibliográficos.

É necessário citar que os críticos apontam que as transformações do ensino superior no Brasil são passiveis de críticas, e que seu surgimento no país teve grande influência externa, sob as influências dos modelos Norte-Americano e Francês. Estes influenciaram na consolidação do ensino superior, nas universidades que se utilizaram de intelectuais estrangeiros para a sua consolidação no país.

Podemos apontar que as transformações que vêm ocorrendo na educação superior brasileira, estão ocorrendo também em um panorama mundial. Porém o que nós questionamos são os métodos utilizados para estas transformações, se existem condições de sustentabilidade e consolidação do ensino superior no estado.

Ao dialogar com as exigências do MEC para abertura de cursos e campus e os depoimentos obtidos durante a pesquisa ficaram apontados de forma duvidosa os sentidos de instalação destes campus e cursos. Ao levantar a temática para os depoentes o que percebemos são divergências entre as ações apontadas em documentos, como os projetos de cursos e a realidade declarada nos depoimentos.

Concluímos o terceiro capítulo, apontando que as declarações mostram que em Nova Andradina o campus está localizado em uma área distante sete quilômetros do centro da cidade, porém os acadêmicos não contam com sistema de transporte público para que possam ter acesso ao campus. Seu espaço físico atende às necessidades dos estudantes, porém o curso de geografia já não oferece mais vagas, apenas estão atendendo as turmas que ainda não concluíram a graduação, o curso de história continua com o curso ativo, mas as vagas não são preenchidas em sua totalidade e o curso de administração também sente dificuldades de ocupar todas as vagas ofertadas, desta forma, de acordo com o número reduzido de alunos as condições físicas da universidade estão atendendo aos estudantes.

Porém, o que não podemos deixar de apontar é que, apesar dos depoimentos apontarem que a estrutura física atende a demanda, não conseguimos identificar os laboratórios, a biblioteca conta com um acervo reduzido de obras e durante o dia o campus encontra-se totalmente inutilizado por estudantes.

Além deste problema físico, também foi apontado a falta de professores para atender a grade curricular, no caso do curso de história, apenas quatro são professores da área, um não mora no município e está apenas dois dias da semana no campus e outra professora está de licença para estudo. É possível apontar nesta pesquisa que por uma grande

rotatividade de professores e instabilidade dos cursos ofertados o campus não consegue oferecer aos estudantes o tripé da educação: pesquisa, ensino e extensão.

Por mérito das dificuldades em estruturar e consolidar de maneira sustentável os cursos ofertados, a evasão de alunos é bastante notável. De acordo com os depoimentos e alguns documentos, as vagas muitas vezes não conseguem ser lotadas em sua totalidade, ou não atendem ao número de inscritos, ou não são aprovados no processo seletivo, ou ainda são aprovados mas não efetivam as matrículas. Assim não poderíamos deixar de apontar a quantidade considerável de evasão nos cursos, que além da falta de docentes e incentivos para a permanência dos acadêmicos, uma vez que as bolsas permanência são ofertadas mas não em quantidades suficientes, muitos destes alunos deixam o curso antes da conclusão, também possuem as dificuldades financeiras, precisam trabalhar durante o dia e frequentar as aulas durante a noite e acabam desistindo frente às dificuldades de acesso e permanência encontrados.

Foi apontado que o Campus de Nova Andradina irá contar com mais três cursos que estão em tramite para sua abertura, todos os três na área da engenharia, porém para que seja possível a abertura destes cursos o campus terá que construir mais um bloco, salas de laboratório, pesquisa, sala de professores, ampliar a biblioteca, entre outras ações. O que chama a atenção é que foi relatado que existe o processo de abertura e que já contam com um dos cursos aprovados, porém não foi demonstrado qualquer projeto de ampliação e reestruturação do campus. Não foi esclarecido para a pesquisa quais ações de sustentabilidade e consolidação serão realizadas, apenas que, para o campus não se transformar em extensão do Campus de Campo Grande deverá ter no mínimo cinco cursos em funcionamento.

Nesta perspectiva de abertura, fica o questionamento a respeito do campus abrir de maneira desordenada os cursos e a sua sustentabilidade, uma vez que com as mesmas políticas de expansão utilizadas anteriormente, conta com dois dos três cursos ofertados atuando com grande dificuldade, um atende apenas as últimas turmas e não está ofertando mais vagas e o outro apenas está funcionando devido a uma ação judicial, o caso do curso de história.

No Campus de Ponta Porã, também foram apontados alguns problemas de transporte e iniciaram as atividades com grande rotatividade de professores, a evasão de alunos existe, porém em quantidade aceitável. O campus não possui cursos de pós-graduação,

mas por meio de projetos, pesquisa e bolsas permanências ofertadas aos alunos conseguem fazer parte do tripé, oferecem ensino e extensão, a pesquisa ainda caminha de forma tímida. O campus apesar de distante do centro da cidade, dispõem de transporte público e escolar, possibilitando que os estudantes frequentem o campus nos períodos diurno e noturno. A demanda pelos cursos ofertados existe e o sistema de ingresso é pelo SISU, porém os depoentes relatam que por serem cursos de exatas e seus alunos na grande maioria trabalham durante o dia e estudam a noite não conseguem permanecer até o fim do curso.

O campus também conta com a abertura de mais dois cursos, sendo um de licenciatura e o outro em engenharia, também relatam a necessidade de ampliação do campus, corpo docente e técnicos.

Porém, apesar dos dois cursos apontarem semelhanças nas dificuldades enfrentadas para conseguir oferecer educação superior de qualidade para toda população, uma vez que este é o intuito da interiorização das universidades, o Campus de Ponta Porã se encontra mesmo com algumas dificuldades, maior facilidade em organizar-se para caminhar para esta sustentabilidade.

Nesta perspectiva se pode concluir, que assim como no restante do Brasil, os sentidos de abertura de cursos e campus, ainda precisa avançar consideravelmente para obter sustentabilidade e consolidação. Existem procuras por vagas, mas a expansão do número de instituições precisa acontecer de maneira que atenda a população do interior e que as escolhas de cursos e campus partam da necessidade da população e não serem selecionados devido a facilidade de utilizar os mesmos recursos já existentes e ou por serem cursos com aquisição e custo financeiro acessíveis, o que muitas vezes me questionei não ser o caso das fontes da pesquisa.

Desta maneira, se faz necessário uma constante reflexão sobre estes sentidos de expansão utilizados pelo sistema de ensino superior brasileiro, com a intenção de que a oferta seja condizente com as necessidades apontadas pela população, uma vez que esta também sofra alterações de acordo com o mercado de trabalho.

Entendemos que para que a expansão apresente condições aceitáveis para que haja sustentabilidade e consolidação do ensino superior em Mato Grosso do Sul muitas transformações no sentido de aberturas dos cursos e campus ainda devem ser pensadas. Muitas questões acerca da expansão do ensino superior foram levantadas nesta pesquisa,

algumas foram respondidas, outras nos reportamos com um pouco mais de intensidade e a outras, talvez, não tenhamos conseguido apontar respostas.

Enfim, a expansão do ensino superior, foi muito importante para que a interiorização e educação de qualidade para todos pudesse acontecer. Porém, pelo menos no período em que realizamos esta pesquisa, o sentido desta expansão não ocorreu de maneira sustentável e que pudesse acontecer. Ponta Porã começa a apontar indícios de que essa sustentabilidade possa ocorrer com a implantação de novos cursos e consolidação dos já existentes, mas o município de Nova Andradina não nos mostra maneiras de para que essa consolidação possa ocorrer. Neste sentido a pesquisa nos comprova a fragilidade como vem ocorrendo à expansão e sustentabilidade do ensino superior em Mato Grosso do Sul nos municípios que fizeram parte da pesquisa.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Leila (coord.). **Correios no Brasil.** Rio de janeiro: Editora Spala, 2007.

AMARAL, Nelson Cardoso. **Financiamento da educação superior:** estado x mercado. São Paulo : Cortez, UNIMEP, 2003.

ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação Fonte disponível em: http://www.anped.org.br/noticias/ler/36-reuniao-nacional-da-anped-goianiago-2013. Em 22/01/2013; 10h.

ANDRÉ, M. E. D. A.; MENGA, L. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas São Paulo: EPU, 1986.

AZEVEDO, Fernando. **A Cultura Brasileira:** introdução ao estudo da cultura. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

BELLONI, Isaura. Função da Universidade: notas para reflexão. In. BRANDÃO, Zaia. ET. AL. **Universidade e Educação**. Campinas: Papirus, 1992. p. 71 – 78.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394 de 20.12.1996.** DOU: Brasília, 1996.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Brasília, 1995. Disponível em http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>acesso em 21/dez./2013.

BRASIL, Lei Nº 9.394 – **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 20 de Dezembro de 1996.

BRASIL, **Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995**. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências.
Portaria MEC nº 4.361/2004, de 29 de dezembro de 2004.

BRASIL, INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Fonte: http://portal.inep.gov.br/, em 07/07/12; 21h.

BRASIL, MEC. Fonte disponível em/: http://portal.mec.gov.br/index.php, em 09/09/12; 8h30min.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BOURDIEU, P. **As estruturas sociais da economia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

BOURDIEU, P; PASSERON, T. **A Reprodução**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1978.

BOURDIEU, Pierre, 1930-2002, **O poder simbólico** / Pierre Bourdieu; tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 16ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 322p.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. O ProUni no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. **Educação e Sociedade.** Campinas, v.27, n.96, Especial, out. 2006.

CASTRO FILHO, Levy Pinto de. **Ensino Superior no Brasil e Imunidade aos Impostos.** Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2002.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do estado ao projeto de reforma. **Educação e Sociedade.** Campinas, vol.25, n. 88, Especial, p.677-701, out.2004.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CUNHA, Luís Antonio. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte : Autêntica, 2000.

CUNHA, Maria Ivone Lima de Andrade. Entrevista Sonora. Entrevistadora: Adriana Langer. Nova Andradina, 2013.

ESTUDOS DO PANTANAL. Fonte disponível em http://www.propp.ufms.br/index.php?section =estudospantanal& itemId=10; em 19/07/12; 21h30min.

_____. O ensino superior no octênio FHC. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol.24, n. 82, p.-37-61, 2003.

_____. **A universidade temporã.** 2.ed. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1986.

FACHIN, Solange. Entrevista Sonora. Entrevistadora: Adriana Langer. Nova Andradina, 2013.

FAVERO, Maria de Lourdes A. **UNE em tempos de autoritarismo.** Rio de Janeiro : UFRJ, 1994.

_____. **Universidade do Brasil:** das origens à construção. Rio de Janeiro : UFRJ/INEP, 2000.

FERREIRA, Fernando Ilídio. Modos de governo da educação**:** políticas, atores e conexões. In: **Administração Escolar**, n. 6., 2006.

FILHO, Reginaldo Inojosa da Silva. Entrevista Sonora. Entrevistadora: Adriana Langer, Ponta Porã, 2013.

FOSECA, Thais Nívia de Lima e. **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FRANCO, Diego Teixeira; SERRA, Camila da Silva. **A liberdade acadêmica e sua influencia na formação do pesquisado:** um estudo de caso da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Florianópolis; 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educação e Sociedade.** Campinas, vol.28, n 100, Especial, p.1129, out. 2007.

GATTI, B. A. **Estudos Quantitativos em Educação.** Educação e Pesquisa, n. 1, v. 30, p. 11- 30, jan/abr 2004.

GILES, T.R. **História da Educação**. São Paulo: EPU, 1987

GOMES, Alfredo Macedo. As reformas políticas da educação superior no Brasil: avanços e recuos. In: MANCEBO, Deise, SILVA JR, João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira (orgs.). **Reformas e políticas:** educação superior e pós-graduação no Brasil. Campinas : Alinea, 2008.

GONÇALVES, Marcelino de Andrade. Entrevista Sonora. Entrevistadora: Adriana Langer. Nova Andradina, 2013.

GOULART, Sueli. **Universidades e desenvolvimento local.** Porto Alegre : Sagra Luzzatto, 2005.

HAWERROTH, Jolmar Luís. **A expansão do ensino superior nas universidades do sistema fundacional catarinense**. Florianópolis: Insular, 1999.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira:**leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003, 135p.

HISTORIA DA CRIAÇÃO DA UFMS. Fonte disponível em http://www.famed.ufms.br /index.php?_inside=2&comp=124&see=3, em 19/07/2012; 9h.

HISTÓRIA: Fonte: Disponível em http://www.cbc.ufms.br/Biblioteca/sibi/historia.php; em 19/7/2012; 23h45min.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13033:credenciamento-e-recredenciamento-de-ies&catid=323:orgaos-vinculados

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12467&Itemid=783

HUNT, E.K.; **História do pensamento econômico:** uma perspectiva crítica / E.K Hunt, Howard J. Sherman; Tradução de José Ricardo Brandão Azevedo e Maria José Cyhlar Monteiro – 2. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2005 – 7ª reimpressão.
IKUTA, Fávia Akemi. Entrevista Sonora. Entrevistadora: Adriana Langer. Nova Andradina, 2013.

JUNIOR, Amaury Antonio de Castro. Entrevista Sonora. Entrevistadora: Adriana Langer. Ponta Porã, 2013.

LDBEN, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Fonte disponível em: http://www.portal.sinpeto.com.br/attachments/055_LEI%209394%20LDBEN.PDF em 29/08/12. 22h50min.

LEITE, Denise. **Reformas universitárias***:* avaliação institucional participativa. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

LEHER, Roberto. Educação no governo Lula: a ruptura que não aconteceu. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida et ali. **Os anos Lula:** contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 396-412.

LIMA, Licínio C.; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; CATANI, Afrânio Mendes. **O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a universidade nova.** Campinas, Sorocaba, v.13, n.1, p.7-36, mar.2008.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação :** da antiguidade aos nossos dias. 11.ed. São Paulo : Cortez, 2004.

MARX, Karl, 1818-1883. **Contribuição à crítica da economia política**; Tradução de Maria Helena Barreiro Alves, revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. São Paulo, Mratins Fontes, 1977.

MARZIGLIA, Cássio de Lima. Entrevista Sonora. Entrevistadora: Adriana Langer. Nova Andradina, 2013.

MELLO, Valter Acássio de. **A expansão da Educação Superior pela estratégia da interiorização:** nexos com os bons resultados do IDEB em Mato Grosso do Sul. 2010, 174F. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2010.

MICHELOTTO, R. M. **A Liberação do acesso e a extensão como estratégias de democratização da Universidade:** A experiência da Itália e do Brasil. 1999. Tese (Doutorado) – Departamento de Educação, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Paulo.

MOREIRA, D. A. **Didática do Ensino Superior:** Técnicas e Tendências. São Paulo: Pioneira, 1997.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A reestruturação da educação superior no Brasil e o processo de metamorfose das universidades federais:** o caso da Universidade Federal de Goiás. 2000, 210f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

PAIVA, Vanilda; WARDE, Mirian Jorge. **Dilemas do ensino superior na América Latina.** Campinas, SP: Papirus, 1994.

PIAZZA, Walter Fernando. **O Ensino Superior Catarinense:** uma abordagem histórica (1917-1997). ANAIS DA XVII REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, 1997, p.285.

RICKEN, Ignácio. **Planejamento do Ensino Superior:** sua aplicação ao Sistema das IES Fundacionais de Santa Catarina. Florianópolis, 1981. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) – Curso de Pós-Graduação em Administração / CSE, Universidade Federal de Santa Catarina, 1981.

RISTOFF, Dilvo. **Avaliação da educação superior:** flexibilização e regulação. In: DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira; CATANI, Afrânio Mendes (orgs.). **Políticas e gestão da educação superior:** transformações recentes e debates atuais. São Paulo : Xamã, Goiânia, Alternativa, 2003.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973).** 14.ed. Petrópolis : Vozes, 1991.

ROSA, Claudia Carreira da. Entrevista Sonora. Entrevistadora: Adriana Langer. Ponta Porã, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 20. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 1996.

SMITH, Adan. **Sobre as causas do aumento da produtividade do trabalho e sobre s ordem segundo a qual o produto deste trabalho é naturalmente distribuído pelos homens de diferentes condições sociais**. Abril Cultural. Coleção: Os Pensadores; 346p., 1ª Ed. 1974.

SMITH, Adan. **Sobre a natureza, a acumulação e o emprego do capital**. Abril Cultural. Coleção: Os Pensadores; 346p., 1ª Ed. 1974.

SCHROEDER, Margaret Maria **Uma contribuição para a reflexão sobre a didática na história do ensino superior no Brasil**. Florianópolis: Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

SILVA, Robson Soares. Entrevista Sonora. Entrevistadora: Adriana Langer. Ponta Porã, 2013.

SINAES – Sistema Nacional da Educação Superior: da concepção à regulamentação / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – 4. Ed., ampl. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de**. Estrutura e Funcionamento de Ensino superior**, São Paulo: Editora Pioneira, 2001.

SQUISSARDI, Valdemar. **Universidade brasileira no século XXI.** São Paulo : Cortez, 2009.

TAVARES, Danieli. **A Pós-Graduação em Educação no Mato Grosso do Sul:** desafios de flexibilização e inserção social no contexto das políticas de expansão dos anos FHC (1995-2002). 2010, 140f. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2010.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação Superior no Brasil:** análise e interpretação de sua de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

TEIXEIRA, Anísio. Reforma universitária na década de 60. In: _____. **Educação e Universidade.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

TRIGUEIRO, Michelangelo G. Santoro. **Universidades Públicas:** desafios e possibilidades no Brasil contemporâneo. Brasília – DF: Editora UNB, 1999.

TOBIAS, José Antônio. **História da educação brasileira.** 3.ed. São Paulo : IBRASA, 1986.

TRISTÃO, Dulce Maria; MONGELLI, Henrique; **REUNI**: programa de reestruturação e expansão da Universidade Federal de Mao Grosso do Sul. TRISTÃO, Dulce Maria; MONGELLI, Henrique. (Orgs.). 2008 – 2012. 40p.

TRISTÃO, Dulce Maria; **REUNI**: programa de reestruturação e expansão da Universidade Federal de Mao Grosso do Sul. TRISTÃO, Dulce Maria; MONGELLI, Henrique. (Org.). 2008 – 2012. 54p

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VIDAL, Diana Gonçalves. **As Lentes da História**: estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2005.

VIEIRA, Luiz Renato. **A expansão do ensino superior no Brasil**: abordagem preliminar das políticas públicas e perspectivas para o ensino de graduação. In: **Avaliação** – Revista de Rede de Avaliação Institucional da educação Superior. v. 8, n. 1, p. 81- 97, mar. 2003.

ZANDI, Lidiana Gonçalves Godoy. Entrevista Sonora. Entrevistadora: Adriana Langer. Nova Andradina, 2013.

APÊNDICE

Roteiro de entrevista

1) O conceito de expansão e sustentabilidade;
2) Quais as maiores dificuldades enfrentadas pela UFMS para melhoria de ensino?;
3) Quais as maiores dificuldade enfrentadas pela UFMS para a expansão de cursos e campus?;
4) Qual a influência do Programa REUNI para a expansão da UFMS?;
5) Em que contribuíram os governos de FHC e Lula para a expansão da UFMS?;
6) Quais sentidos de expansão foram utilizados pela UFMS para implantação de novos cursos e ampliação de vagas?;
7) Foram realizados pesquisas locais municipais para a escolha dos novos cursos implantados?;
8) A escolha do local para a implantação do campus foi através de pesquisas que apontasse o melhor local para atender a demanda ou partiu de indicação específica?;
9) A estrutura física do campus atende totalmente as necessidades dos alunos?;
10) A quantidade de docentes atende totalmente as necessidades para ensino de qualidade?;
11) A UFMS oferece condições para que ocorra pesquisa, ensino e extensão na instituição?;
12) A UFMS oferece condições para os alunos interferirem e ou articularem sobre as ações da instituição?;
13) O número de vagas ofertado anualmente é preenchido por completo?;
14) O número de desistência anualmente é superior a 20%?;
15) Qual o maior motivo de desistência apontado pelos alunos?;
16) A UFMS oferece condições para a permanência do grupo docente no campus?
17) A maioria dos docentes do campus é efetivo ou contratado?
18) Existe previsão de abertura de novos cursos para este campus?

Quadro com a relação de entrevistas.

Depoente	Função	Cidade
A	Gestor	Ponta Porã
B	Gestor	Ponta Porã
C	Gestor	Ponta Porã
D	Gestor	Ponta Porã
E	Gestor	Nova Andradina
F	Gestor	Nova Andradina
G	Professor	Nova Andradina
H	Aluno	Nova Andradina
I	Funcionário	Nova Andradina
J	Funcionário	Nova Andradina

ANEXO

Decreto com o projeto REUNI.

Decreto Nº 6.096 de 24 de Abril de 2007

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007.

Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição, e considerando a meta de expansão da oferta de educação superior constante do item 4.3.1 do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

§ 1º O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

§ 2º O Ministério da Educação estabelecerá os parâmetros de cálculo dos indicadores que compõem a meta referida no § 1º.

Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

Art. 3º O Ministério da Educação destinará ao Programa recursos financeiros, que serão reservados a cada universidade federal, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas, especialmente no que respeita a:

I - construção e readequação de infra-estrutura e equipamentos necessárias à realização dos objetivos do Programa;

II - compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; e

III - despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação.

§ 1º O acréscimo de recursos referido no inciso III será limitado a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal da universidade, no período de cinco anos de que trata o art. 1º, § 1º.

§ 2º O acréscimo referido no § 1º tomará por base o orçamento do ano inicial da execução do plano de cada universidade, incluindo a expansão já programada e excluindo os inativos.

§ 3º O atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação.

Art. 4º O plano de reestruturação da universidade que postule seu ingresso no Programa, respeitados a vocação de cada instituição e o princípio da autonomia universitária, deverá indicar a estratégia e as etapas para a realização dos objetivos referidos no art. 1º.

Parágrafo único. O plano de reestruturação deverá ser aprovado pelo órgão superior da instituição.

Art. 5º O ingresso no Programa poderá ser solicitado pela universidade federal, a qualquer tempo, mediante proposta instruída com:

I - o plano de reestruturação, observado o art. 4º;

II - estimativa de recursos adicionais necessários ao cumprimento das metas fixadas pela instituição, em atendimento aos objetivos do Programa, na forma do art. 3º, vinculando o progressivo incremento orçamentário às etapas previstas no plano.

Art. 6º A proposta, se aprovada pelo Ministério da Educação, dará origem a instrumentos próprios, que fixarão os recursos financeiros adicionais destinados à universidade, vinculando os repasses ao cumprimento das etapas.

Art. 7º As despesas decorrentes deste decreto correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Paulo Bernardo Silva

Este texto não substitui o publicado no DOU de 25.4.2007